UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DOUTORADO EM PSICOLOGIA

EXAME DE DEFESA

BARUC CORREIA FONTES

A MONOPARENTALIDADE ADOTIVA EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS MARCADORES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Adoptive single parenthood in perspective: an analysis based on gender and sexual orientation markers.

São Cristóvão-SE

Fevereiro/2025

BARUC CORREIA FONTES

A MONOPARENTALIDADE ADOTIVA EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS MARCADORES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Adoptive single parenthood in perspective: an analysis based on gender and sexual orientation markers.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe – UFS, na linha de pesquisa Saúde e Desenvolvimento Humano, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Elder Cerqueira-Santos

São Cristóvão-SE

Fevereiro/2025

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

F677m

Fontes, Baruc Correia

A monoparentalidade adotiva em perspectiva: uma análise a partir dos marcadores de gênero e orientação sexual = Adoptive single parenthood in perspective: an analysis based on gender and sexual orientation markers / Baruc Correia Fontes ; orientador Elder Cerqueira - Santos. – São Cristóvão, SE, 2025.

187 f.; il.

Tese (doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Psicologia. 2. Adoção. 3. Famílias monoparentais. 4. Filhos de famílias monoparentais. 5. Preconceitos. 6. Minorias sexuais. I. Santos, Elder Cerqueira, orient. II. Título.

CDU 159.9:316.647.8

BARUC CORREIA FONTES

A MONOPARENTALIDADE ADOTIVA EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS MARCADORES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Adoptive single parenthood in perspective: an analysis based on gender and sexual orientation markers

Aprovada em __/__/____

_____

Prof. Dr. Elder Cerqueira-Santos
Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Orientador/Presidente

_____

Prof. Dr. Joilson Pereira da Silva
Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Avaliador interno

_____

Prof. Dr. Fábio Scorsolini-Comin
Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
Avaliador externo

_____

Profa. Dra. Normanda Araújo de Morais
Universidade de Fortaleza, Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Avaliadora externa

_____

Profa. Dra. Priscila Lawrenz

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Avaliadora externa

Às mães e pais solo por adoção deste país, que cotidianamente enfrentam preconceito e discriminação.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de coragem. Em tempos em que a individualidade conquista cada vez mais adeptos, agradecer é reconhecer que ninguém realiza nada sozinho. Esta tese é fruto do apoio de muitas pessoas. Ainda que seja uma trajetória solitária, a construção de uma tese também se constitui como um espaço de colaboração.

No início dessa jornada, quando ainda relutava em acreditar no desejo de retornar à rotina acadêmica de pesquisa, recebi o incentivo e o apoio de duas pessoas muito importantes: Francisco e Mozer. Desde a concepção inicial do projeto de pesquisa até as longas horas de conversas sobre o propósito desta tese, ambos estiveram presentes, apoiando-me, compreendendo minhas ausências e celebrando cada uma de minhas conquistas. A Mozer, sou especialmente grato pelas análises realizadas nos estudos iniciais desta tese; a Francisco, pela inspiração para pensar em um possível pós-doutorado – quem sabe, um dia? Minha gratidão eterna a vocês dois. Amo vocês.

Ao iniciar o doutorado, tive a felicidade de encontrar o orientador mais afetuoso e dedicado que poderia imaginar: Elder. Agradeço a você por ter me ajudado a manter a sanidade ao longo desse percurso, por me conduzir com serenidade, por ler e reler este trabalho com atenção, pelas sugestões, pelas críticas construtivas e pela parceria constante. Espero que nossa colaboração se mantenha viva em muitos outros projetos futuros.

Agradeço ao grupo de pesquisa “Sexus: Sexualidade, Saúde e Desenvolvimento Humanos”, aos colegas que compartilharam esta jornada comigo e que contribuíram com sugestões valiosas para esta tese ao longo do tempo – vocês sabem quem são. Meu agradecimento também aos bolsistas de iniciação científica que tive o privilégio de orientar.

Um agradecimento especial a Jean, pelas contribuições fundamentais nas análises de um dos estudos desta tese.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, que gentilmente aceitaram o convite para analisar este trabalho e ofereceram valiosas sugestões para o avanço da pesquisa na área – Prof. Fábio, Prof. Joilson, Profa. Normanda e Profa. Priscila –, o meu muito obrigado.

Agradeço à Luana e à Nayara pelas cuidadosas e necessárias correções neste trabalho. Agradeço também à Hannah, pelas contribuições com os resumos e sua tradução para a língua inglesa. Meu sincero obrigado

Expresso também minha gratidão à Ages, minha casa e local de trabalho. Nesta instituição, evoluí significativamente como docente e reafirmei meu desejo de seguir o caminho acadêmico. Às coordenações, aos colegas professores e aos queridos alunos, meu sincero agradecimento.

Agradeço ainda à minha família, meu porto seguro, aqueles que torcem genuinamente por mim. Mesmo quando não compreendiam plenamente o que eu estava fazendo, apoiaram-me com orações e muito carinho. Mãe, pai, irmãos, irmã, sobrinho e sobrinha, vocês são tudo para mim. Muito obrigado por estarem sempre ao meu lado.

Por fim, mas não menos importante – ao contrário, de forma essencial –, agradeço Àquele que sopra vida em mim, que é meu bálsamo e meu alento. Obrigado, Deus.

“A pluralidade é a condição da ação humana, pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir.”

(Hanna Arendt)

RESUMO

A presente tese investiga como o modelo de monoparentalidade adotiva pode ser analisado a partir dos marcadores de gênero e orientação sexual, bem como a prospecção desse modelo para pessoas sem vínculo conjugal. O objetivo deste trabalho é compreender a monoparentalidade adotiva em diferentes orientações sexuais e de gênero, bem como identificar as barreiras decorrentes do preconceito vivenciado e as experiências de parentalidade prospectiva entre pessoas solteiras nos grupos pesquisados. A tese é composta por cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma discussão teórica sobre monoparentalidade adotiva, gênero e homossexualidade, estabelecendo um diálogo e interligando essas temáticas. Os resultados mostram que o debate acadêmico sobre monoparentalidade ainda é pouco explorado, especialmente em relação a grupos minoritários. Ademais, as barreiras atitudinais são relevantes na vivência do preconceito. O segundo capítulo aborda um estudo empírico sobre a adoção e as atitudes relacionadas à aceitação e à oposição, envolvendo a participação de 952 pessoas residentes na região Nordeste do Brasil. Os dados revelaram que existe maior oposição à adoção por minorias sexuais entre indivíduos heterossexuais, casados e com orientação política de direita. O terceiro capítulo consiste em um estudo quase experimental baseado em cenários, também realizado com 952 participantes da mesma região. Os modelos não heterossexuais demonstraram ser mais relevantes na predição de julgamentos. Ao mesmo tempo, a aceitação da adoção homoparental, evidenciada nos cenários apresentados, contribui para a explicação da aceitação da monoparentalidade, já que elementos correlatos estão presentes em ambas as situações. O quarto capítulo explora o desejo e a intenção de parentalidade entre pessoas que ainda não exercem esse papel, com foco na população em

geral da região Nordeste. Foram entrevistadas 662 pessoas que se autodeclararam solteiras. A pesquisa apontou que as medidas relacionadas ao desejo e à intenção parental apresentaram invariância nos grupos estudados, enquanto as correlações das análises bivariadas evidenciaram diferenças significativas na condução do desejo e da intenção parental, dependendo da identidade sexual. O quinto capítulo retoma o debate à luz da teoria bioecológica do desenvolvimento e da teoria do estresse de minorias, com o propósito de analisar as vivências monoparentais. Os resultados demonstraram que a escolha pela monoparentalidade está ancorada em aspectos pessoais, emocionais e sociais. Além disso, as experiências monoparentais podem ser permeadas tanto por desafios quanto por benefícios, respectivamente: 1) preconceitos, estigma antecipado e dificuldades no acesso ao suporte social; e 2) maior liberdade na vivência monoparental e dissociação entre parentalidade e conjugalidade. Em síntese, os resultados confirmam a hipótese inicial da tese: ainda que existam avanços legais e sociais em determinados aspectos, a experiência da monoparentalidade adotiva demanda dos indivíduos recursos emocionais, suporte social e apoio familiar mais significativos do que outras formas de parentalidade. Tais especificidades conferem à monoparentalidade diferenças marcantes em relação a outros modelos familiares. Por fim, os achados desta pesquisa evidenciam a necessidade de novos estudos que ampliem o conhecimento sobre esse modelo de família, contribuindo para a redução do preconceito e da discriminação.

Palavras-chave: monoparentalidade, adoção, gênero, orientação sexual.

ABSTRACT

This thesis investigates how the model of adoptive single parenthood can be analyzed based on gender and sexual orientation markers, as well as the prospect of this model for people with no marital ties. The aim of this work is to understand adoptive single parenthood in different sexual and gender orientations, as well as to identify the barriers arising from the prejudice experienced and the experiences of prospective parenthood among single people in the groups surveyed. The thesis consists of five chapters. The first chapter presents a theoretical discussion on adoptive single parenthood, gender and homosexuality, establishing a dialog and interconnecting these themes. The results show that the academic debate on single parenthood is still little explored, especially in relation to minority groups. In addition, attitudinal barriers are relevant to the experience of prejudice. The second chapter deals with an empirical study on adoption and attitudes related to acceptance and opposition, involving the participation of 952 people living in the Northeast region of Brazil. The data revealed that there is greater opposition to adoption by sexual minorities among heterosexuals, married people and those with a right-wing political orientation. The third chapter consists of a quasi-experimental scenario-based study, also carried out with 952 participants from the same region. The non-heterosexual models proved to be more relevant in predicting judgments. At the same time, the acceptance of homo-parental adoption, evidenced in the scenarios presented, contributes to explaining the acceptance of single parenthood, since correlated elements are present in both situations. The fourth chapter explores the desire and intention of parenthood among people who do not yet exercise this role, focusing on the general population of the Northeast region. A total of 662 people who declared themselves single were interviewed. The research showed that the

measures related to desire and parental intention showed invariance in the groups studied, while the correlations of the bivariate analyses showed significant differences in the conduct of desire and parental intention, depending on sexual identity. The fifth chapter takes up the debate in the light of the bioecological theory of development and the theory of minority stress, with the aim of analyzing single-parent experiences. The results showed that the choice of single parenthood is anchored in personal, emotional and social aspects. Furthermore, single-parent experiences can be permeated by both challenges and benefits, respectively: 1) prejudices, anticipated stigma and difficulties in accessing social support; and 2) greater freedom in the single-parent experience and dissociation between parenthood and conjugality. In summary, the results confirm the initial hypothesis of the thesis: although there are legal and social advances in certain aspects, the experience of adoptive single parenthood demands more significant emotional resources, social support and family support from individuals than other forms of parenting. These specificities give single parenthood marked differences from other family models. Finally, the findings of this research highlight the need for further studies to expand knowledge about this family model, helping to reduce prejudice and discrimination.

Keywords: single parenthood, adoption, gender, sexual orientation.

SUMÁRIO

RESUMO 8
ABSTRACT 10
APRESENTAÇÃO 16
Referências 26
CAPÍTULO I 30
Monoparentalidade adotiva, gênero e homossexualidade 30
Introdução 30
Monoparentalidade por adoção 35
Vivências na monoparentalidade por adoção 41
Monoparentalidade e minorias sexuais 45
Considerações Finais 49
Referências 50
CAPÍTULO II 55
Atitudes Sobre a Adoção: Variáveis Associadas à Aceitação e Oposição 55
Resumo 55
Introdução 56
Método 61
Resultados 64
Tabela 1- Atitudes frente à adoção 65
Tabela 2 - Atitudes frente a adoção homoparental e variáveis associadas 66
Discussão 67
Considerações Finais 74
Referências 75
CAPÍTULO III 81
Julgamento para adoção monoparental por gênero e orientação sexual de adotantes 81
Resumo 81
Introdução 83
Método 87
Participantes 87
Instrumentos 87

Procedimentos e aspectos éticos 89
Análise dos dados 89
Resultados 90
Tabela 1 - Cenários e perguntas de concordância sobre a adoção monoparental 91
Tabela 2 - Regressão linear – índice de aceitação a adoção monoparental 94
Discussão 95
Considerações finais 100
Referências 101
CAPÍTULO IV 107
Planos sobre a parentalidade e o desejo e intenção de ser pai/mãe – o estudo da parentalidade prospectiva 107
Resumo 107
Introdução 109
Método 113
Participantes 113
Intrumentos 113
Coleta dos dados: 115
Aspectos éticos: 115
Análise dos dados: 115
Resultados 117
Tabela 1 -Comparações dos índices de ajuste resultantes das análises fatoriais confir matória multigrupo para testar a hipótese de invariância de medida 120
Tabela 2 -Comparações de médias entre participantes heterossexuais-cisgêneros e LGB's 120 121
Tabela 3 -Correlações de Pearson entre participantes heterossexuais-cisgêneros 123
Tabela 4 -Correlações de Pearson entre participantes LGB's 124
Análises multivariadas – modelos de regressão do desejo de ter filhos, desejo parental e intenção parental entre participantes heterossexuais-cisgêneros e entre LGB's 125
Tabela 5 -Modelos de regressão para participantes heterossexuais-cisgêneros 126
Modelos de regressão entre participantes LGB's 127
Tabela 6 -Modelos de regressão para participantes LGB's 128
Discussão 129
Considerações finais 136

Referências 137
CAPÍTULO V 143
Contextos de desenvolvimento e os desafios da monoparentalidade: da escolha às vivências monoparentais 143
Contextos de desenvolvimento e os estressores de minorias 146
A Escolha pela Monoparentalidade 149
Desafios e vivências da monoparentalidade 152
Considerações 158
Referências 159
CONSIDERAÇÕES FINAIS 166
APÊNDICES 173
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado no capítulo 2, 3 e 4 174
Apêndice B - Questionário sociodemográfico utilizado nos capítulos 2, 3 e 4 175
Apêndice C - Histórias para os cenários, utilizadas no capítulo 3 176
ANEXOS 178
Anexo A - Perguntas de concordância, utilizada nas histórias dos cenários do capítulo 3 179
Anexo B- Escala de Atitudes Frente à Adoção (EAFA), utilizada nos capítulos 2 e 3 180
Anexo C - Escala de Atitudes Frente à Homoparentalidade por Adoção - Reduzida (EAFHA-R), utilizada nos capítulos 2 e 3 183
Anexo D - Subescala de tradicionalismo – (Escala de Autoritarismo de Direita), utilizada nos capítulos 2 e 3 184
Anexo E - Escala de atitudes Frente a Homossexualidade (ATHO), utilizada nos capítulos 2, 3 e 4 185
Anexo F - Escala de Religiosidade/Espiritualidade, utilizada no capítulo 4 186
Anexo G - Escala Multidimensional de Suporte Social Percebido (EMSSP), utilizada no capítulo 4 187
Anexo H - Escala Desejo de Ter Filhos, utilizada no capítulo 4 188

LISTA DE TABELAS

Capítulo II

Tabela 1 Atitudes frente à adoção 64

T**abela 2** Atitudes frente a adoção homoparental e variáveis associadas 65

Capítulo III

Tabela 1 Cenários e perguntas de concordância sobre a adoção monoparental.....90

Tabela 2 Regressão linear – índice de aceitação a adoção monoparental.....93

Capítulo IV

Tabela 1 Comparações dos índices de ajuste resultantes das análises fatoriais confirmatória multigrupo para testar a hipótese de invariância de medida.....119

Tabela 2 Comparações de médias entre participantes heterossexuais-cisgêneros e LGB's.....120

Tabela 3 Correlações de Pearson entre participantes heterossexuais-cisgêneros.....122

Tabela 4 Correlações de Pearson entre participantes LGB's.....123

Tabela 5 Modelos de regressão para participantes heterossexuais-cisgêneros.....126

Tabela 6 Modelos de regressão para participantes LGB's.....127

APRESENTAÇÃO

A adoção tem se mostrado um relevante mecanismo de acesso à parentalidade para pessoas gays e lésbicas (Benatti et al., 2021; Gato et al., 2020; Rinaldi, 2019; Paiva, 2004). Na atualidade, é possível abordar este tema sob a perspectiva legal, emocional e social. Ao longo do tempo, esse delineamento foi ganhando contornos importantes e foi bastante influenciado pelas mudanças nas dinâmicas familiares, que agregam múltiplas configurações, com base legal, mas não sem resistência no campo social (Park et al., 2020).

O desenvolvimento humano é um ponto significativo nesse cenário, uma vez que, nas experiências desenvolvimentais, a família se constitui como espaço de apoio mútuo. Esse é um grupo que pode ser reunido a partir de laços consanguíneos, afetivos ou sociais, todos reconhecidos atualmente para definir o conceito de família. As transformações, ao longo do tempo, demonstram que há especificidades nos arranjos familiares e barreiras que se firmam como oposição às diversas constituições, sendo que a família monoparental não heterossexual se apresenta e se firma com importante destaque nesse cenário (Benatti et al, 2021).

As minorias sexuais experimentam na atualidade a afirmação de suas relações afetivas/conjugais/familiares na esfera civil, jurídica, sendo esta afirmação tão importante quanto o reconhecimento afetivo e empático, mas, ainda assim, a união civil entre pessoas do mesmo sexo enfrenta diversas barreiras ao redor do mundo (Park et al., 2020; Lasio & Serri, 2017; Roseneil et al., 2013) e pode ser considerada um assunto ainda em discussão e cercado de preconceitos, mesmo nos lugares nos quais a legitimação já aconteceu (Cerqueira-Santos, 2020; Pereira et al., 2013; Scandurra et al, 2018). A questão instaurada aponta que o reconhecimento civil não se tornou mecanismo suficiente para promover a aceitação desses modelos de família, e um longo debate se estabelece a partir dessa

problemática, principalmente pelos grupos religiosos que repudiam essa união para pessoas do mesmo sexo e os modelos de família que dela derivam, o que aponta para a força da heteronormatividade (Lasio & Serri, 2017; Scandurra et al, 2018).

A legitimação da união civil ao redor do mundo torna-se um marco sem precedentes como instrumento de combate à heteronormatividade. A Dinamarca foi um dos primeiros países da União Europeia a regulamentar a união de pessoas do mesmo sexo, assim como também foi o primeiro país a permitir a adoção por pessoas não casadas sem critério de orientação sexual. Anterior a isso, já nos anos 1980, 1990 e 2000, houve uma expansão da regulamentação em relação ao tema em vários países da Europa, tais como Suécia, Holanda, França, Alemanha, Reino Unido, dentre outros países do mesmo continente. De outro modo, os países com maior presença do catolicismo, como Espanha, Portugal e Itália, enfrentaram trajetórias diferentes, tendo em vista que as barreiras religiosas dificultam essa regulamentação (Lasio et al., 2020).

No Brasil, desde 2011, a união civil de pessoas do mesmo sexo se tornou possível com a decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF), além da resolução no ano de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que obriga os cartórios de todo o Brasil a celebrar o casamento civil e converter as uniões estáveis (Costa & Nardi, 2015a). De forma anterior a esse movimento, as reivindicações estabelecidas já pleiteavam o direito à cidadania e a constituição de famílias das minorias sexuais, não sem resistência, tendo em vista que a Constituição Brasileira de 1988 apontava para uma noção de família heteronormativa, trazendo consigo o preconceito a partir das estruturas institucionais do país (Araújo et al., 2007).

O preconceito torna-se um mecanismo de manutenção da exclusão das relações homossexuais, que se agrava quando a parentalidade ganha contornos mais concretos na dinâmica familiar dessas minorias (Cerqueira-Santos et al., 2017). Ao redor do mundo, é

possível delimitar estudos que apontam o preconceito contra minorias sexuais como elemento central na discussão sobre configurações familiares diversas, principalmente a partir da união civil (Ruiu & Gonano, 2020; Scandurra et al., 2018). Essa investigação leva-nos a entender que as barreiras às relações homossexuais e aos novos modelos de família são constantes e mediadas pelo conservadorismo e pelo preconceito (Cerqueira-Santos, 2020; Costa & Nardi, 2015b).

Em estudo realizado por Costa e Salinas-Quiroz (2018), o preconceito foi analisado a partir do gênero e da religião, nos quais as atitudes negativas com relação a homens gays são mais fortes do que para mulheres lésbicas. Além disso, as crenças religiosas se relacionavam a atitudes também negativas para esses grupos. O estudo aponta ainda que Portugal é um país pouco favorável aos comportamentos das orientações não heterossexuais, inclusive nas atitudes sociais à adoção por casais do mesmo sexo. Nesse sentido, a Itália também pode ser apontada como um país com atitudes negativas aos grupos minoritários e à constituição de famílias por eles (Ruiu & Gonano, 2020), bem como o Brasil também mostra ser um lugar onde há barreiras à constituição de famílias por minorias sexuais, e a afiliação por adoção desses grupos também é questionada constantemente (Cerqueira-Santos & Santana, 2015).

Nesse sentido, a teoria do estresse de minoria pode contribuir para a compreensão do modo como o preconceito e o estigma colocam grupos minoritários em uma situação de maior vulnerabilidade de estressores. Assim, a teoria aponta que pessoas estigmatizadas necessitam de maior adaptação às situações cotidianas, nas quais gays e lésbicas vivenciam condições internas e externas que interferem em suas vidas, tais como: expectativas de rejeição, discriminação, silenciamento sobre a sexualidade, expectativa em comunicar publicamente sua orientação sexual, homofobia internalizada, construção de identidade, dentre outras. Tais condições colocam em evidência o quanto pessoas de minorias sexuais

sofrem prejuízos mediante a afirmação de sua identidade. Diante disso, as dificuldades enfrentadas por elas devem ser analisadas a partir dos efeitos do estresse de minoria na saúde mental (LeBlanc & Frost, 2019; Paveltchuk & Borsa, 2020).

Meyer (1995) pensou nas minorias sexuais como agrupadores de prejuízos à saúde mental por estarem em maior exposição ao estresse e consequentemente aos estressores. Essa concepção coloca o estresse para além de uma condição biológica, que se desdobra em várias interfaces, levando em consideração o cenário social em que se vive e as condições oriundas a partir disso (Cerqueira-Santos et al., 2020).

Ainda que o panorama apresentado revele elementos de risco à constituição de famílias homossexuais, a parentalidade é uma realidade na vida das minorias, o que não significa que a problemática esteja resolvida. A parentalidade, enquanto um dos elementos constitutivos das famílias, sofre grande influência do contexto, seja ele imediato ou mais distante, portanto, o preconceito e as barreiras impostas às minorias sexuais regulam o desejo e a intenção pela parentalidade e podem se tornar elementos importantes para analisar a formação de famílias constituídas por minorias sexuais (Rosa et al., 2016; Tate & Patterson, 2019).

Os estudos sobre o desejo e a intenção parental nomeiam o desejo como aquilo que se deseja ou que se gostaria de fazer, enquanto a intenção se relaciona com aquilo que se pretende ou se planeja fazer. Desse modo, há uma distinção entre os termos, que precisa ser compreendida numa esfera prática, na qual o desejo se situa no quanto as pessoas querem se tornar pais, e a intenção se mostra a partir do planejamento da parentalidade, assim, as intenções são movidas pelos desejos, que se configuram como uma fase pré-ação (Gato et al., 2020; Riskind & Patterson, 2010; Tate & Patterson, 2019).

O desejo e a intenção pela parentalidade não são iguais para gays e lésbicas e para heterossexuais, pois há mecanismos que sustentam as diferenças e que podem ser elencados

da seguinte forma: 1) as barreiras sociais que limitam o acesso à paternidade de minorias sexuais, 2) as relações sociais mais tensas, principalmente com os pais, 3) a concentração nas pretensões profissionais e 4) os maiores custos sociais e econômicos, por exemplo (Tate & Patterson, 2019).

O estigma antecipado à parentalidade de gays e lésbicas, bem como as restrições legais impostas às minorias, se colocam como principais barreiras de acesso à parentalidade. No primeiro caso, gays e lésbicas são colocadas à prova quanto a capacidade de tornarem-se pais no que se refere aos cuidados e à interferência no desenvolvimento saudável dos filhos, mesmo que os estudos apontem que não há interferências prejudiciais ao desenvolvimento de crianças com pais do mesmo sexo (Lira & Morais, 2016). No segundo caso, as barreiras legais são mecanismos que regulam os níveis de desejo e intenção pela parentalidade e se fortalecem a partir do preconceito que se instaura nos mais variados contextos, inclusive nos cenários de união civil e adoção, por exemplo (Morais et al., 2021; Gato et al., 2020; Lira & Morais, 2016).

Os estudos com pessoas de minorias sexuais indicam o preconceito e a falta de suporte como fatores levados em consideração no planejamento de famílias (Baiocco & Fiorenzo, 2013). Do mesmo modo, a existência de barreiras legais e sociais que regulam o planejamento familiar deve ser levada em consideração para analisar, por exemplo, os métodos usados para exercer a parentalidade, as decisões sobre onde morar e ainda as experiências de reconhecimento familiar. Assim, a constituição das famílias não heterossexuais é impactada pelas regulamentações legais existentes em cada país, bem como pela vivência da parentalidade (Park et al., 2016).

A adoção é entendida como a possibilidade de construção de laços parentais legítimos com alguém que não se conhece, usando para isso mecanismos legais (Rinaldi, 2019; Paiva, 2004). O termo família substituta aponta para um dos objetivos da adoção,

que é garantir a crianças e adolescentes o direito à convivência familiar e comunitária quando, por algum motivo, a privação é uma realidade. Essa é uma das medidas protetivas direcionadas a crianças e adolescentes quando seus direitos são violados, e não deve ser utilizada como primeira estratégia, pois as instituições protetivas devem exaurir todas as possibilidades de continuação da criança ou do adolescente na família nuclear, ou estendida, para então cogitar a possibilidade de família substituta. Mesmo assim, no Brasil, existem quase 5 mil crianças e adolescentes disponíveis para adoção à espera de uma família. Este cenário pode ser uma realidade palpável para indivíduos e casais na vivência da parentalidade (Conselho Nacional de Justiça, 2025; Brasil, 1990).

A adoção tem se constituído como um mecanismo importante no acesso à parentalidade de famílias não heterossexuais no Brasil. Desde 2011, quando houve o reconhecimento da união civil de casais do mesmo sexo, esta se tornou uma possibilidade para essas configurações familiares. Mesmo não havendo vedação legal à adoção de pessoas do mesmo sexo no ECA, até 2011 esta só ocorria de maneira unilateral, não considerando a dimensão conjugal (Araújo et al., 2007).

A adoção por casais ou indivíduos gays ou lésbicas enfrenta o fenômeno do preconceito a partir dos questionamentos impostos ao desenvolvimento do papel parental, que perpassa a noção de que crianças e adolescentes podem ser influenciadas pela orientação sexual dos pais, ou ainda se alega que o desenvolvimento da criança pode não ser saudável. Essa realidade denota que, mesmo flexibilizando as esferas legais, há barreiras de ordem moral atreladas ao conservadorismo e ao modelo heteronormativo e patriarcal (Cerqueira-Santos & Santana, 2015; Ximenes & Scorsolini-Comin, 2018).

Os desdobramentos da adoção no campo jurídico para minorias sexuais perpassam pelas barreiras morais, tendo em vista que o passo a passo para adoção conta com avaliação psicossocial que pode determinar os rumos do processo. Nesse sentido, Ximenes e

Scorsolini-Comin (2018) apontam que há uma busca pelo ideal heteronormativo e patriarcal na tentativa de enxergar em um casal não heterossexual esse modelo no qual se busca um pai e uma mãe, e assim indivíduos gays e lésbicas estariam sempre em falta. Há ainda a crença de que pais homossexuais poderiam incentivar seus filhos na orientação sexual ou a viverem em um ambiente imoral, o que aponta para a incompreensão do papel parental e a confusão com a sexualidade.

Ainda nesse cenário, indivíduos ou casais de minorias sexuais enfrentam barreiras morais dentro do processo de adoção no judiciário, que tem como base de sustentação os enfoques morais e educacionais no desenvolvimento da parentalidade como aspectos analisados por juízes em suas sentenças (Cecílio et al., 2013). Logo, é identificado, no processo de adoção, o preconceito velado às minorias sexuais, de forma que o homem gay solteiro ganha destaque negativo, tendo em vista o papel parental de cuidado estar mais atrelado ao feminino e as crenças de abusos físicos e sexuais (Ximenes & Scorsolini-Comin, 2018).

Assim, em um cenário no qual a união civil e a vivência da parentalidade de minorias sexuais, através da adoção, passam por entraves para o seu reconhecimento social enquanto um modelo de família possível, torna-se dificultoso pensar na constituição de uma família monoparental com todo preconceito que a circunda. Desse modo, a família monoparental torna-se rodeada de estigmas sociais pela fuga do padrão patriarcal que ainda delimita a aceitação dos modelos possíveis de família na contemporaneidade e, quando atrelada às minorias sexuais, torna-se duplamente estigmatizada, tanto pelo modelo familiar, quanto pela orientação sexual (Levy, 2005; Santos et al., 2011).

A monoparentalidade, por opção, se configura como a constituição de uma família na qual um indivíduo busca meios de acessar a parentalidade sem a participação de outra pessoa. A adoção é um caminho possível para a constituição de uma família monoparental

desde que o ECA regulamentou a possibilidade de pessoas solteiras adotarem. Ainda assim, há um debate em torno da legitimidade de constituição dessas famílias, que deve ser discutido amplamente (Leão et al., 2017).

Ao pensar que as configurações familiares de minorias sexuais se apresentam a partir de diversos modelos, há no campo da monoparentalidade por adoção algumas questões que precisam de reflexão, para além dos debates que já estão em pauta pela comunidade acadêmica. Faz-se imperativo refletir sobre os mecanismos que sustentam as atitudes dos indivíduos frente às adoções monoparentais quando realizadas por minorias sexuais, bem como é importante que se pense como podem ser explicados na realidade brasileira os desejos e as intenções de pessoas solteiras pela parentalidade.

Ao refletir na constituição de famílias monoparentais de minorias sexuais, levanta-se a discussão de um duplo estigma, tanto pela orientação sexual quanto pelo modelo de família. Assim, a configuração familiar não patriarcal e com orientação sexual distinta do modelo heteronormativo pode ser visualizada como uma ameaça aos grupos dominantes e tem se colocado como um campo de profícua investigação. A ideia desse trabalho é discutir a monoparentalidade adotiva em minorias sexuais e as barreiras que podem ser levantadas a partir do preconceito vivenciado, para tanto, apresentam-se alguns questionamentos: quais as crenças e atitudes da população frente à adoção monoparental por pessoas heterossexuais e homossexuais? Como se apresentam o desejo e a intenção pela parentalidade para homossexuais e heterossexuais? Quais os desafios de vivenciar a monoparentalidade?

O objetivo geral desta tese é compreender a monoparentalidade adotiva em diferentes orientações sexuais e de gênero e as barreiras que podem ser levantadas a partir do preconceito vivenciado, bem como a experiência de parentalidade prospectiva para pessoas solteiras nos grupos pesquisados. Para atingir tal objetivo, agregam-se objetivos

específicos que compõem cada estudo desta tese: 1) realizar revisão teórica a respeito da monoparentalidade adotiva, do gênero e da homossexualidade, 2) compreender as atitudes da população frente à adoção, 3) identificar variáveis preditoras da aceitação da adoção monoparental, 4) investigar o efeito de variáveis psicossociais e do preconceito sexual na explicação do desejo de ter filhos e desejo/intenção pela parentalidade em indivíduos de diferentes orientações sexuais, 5) discutir sobre as vivências monoparentais e como os marcadores de gênero e orientação sexual atravessam esse debate.

Diante disso, o problema dessa tese centra-se sobre o modo como a parentalidade adotiva pode ser concretizada a partir de um modelo monoparental de família que considere as diferentes orientações sexuais detentoras da possibilidade de exercer esse papel na contemporaneidade, ao passo que as barreiras levantadas possam ser estudadas a partir dos estressores produzidos e da possibilidade de impactar o desenvolvimento humano a partir do contexto de cada grupo social. Nesta tese, a hipótese é a de que, mesmo com os avanços legais e sociais – em alguns aspectos –, a maneira como se experiencia a monoparentalidade adotiva requer dos indivíduos maiores recursos emocionais, de suporte social e familiar do que outras experiências parentais, garantindo assim diferenças significativas das demais possibilidades.

Como forma de discutir as problemáticas, a tese está dividida em cinco capítulos. O primeiro trata de uma revisão teórica sobre a moparentalidade adotiva, o gênero e a homossexualidade, apontando intersecções entre os assuntos e abrindo espaço para reflexões mais amplas a serem tratadas nos estudos empíricos (texto publicado no livro "Entre paternidades e maternidades: perspectivas interseccionais" organizado pela EdiPUCRS). O segundo estudo explora, de maneira geral, as impressões da amostra sobre a adoção e as atitudes associadas à aceitação e à oposição, visando compreender as atitudes da população frente à adoção e de identificar variáveis significativamente associadas à

concordância e discordância sobre a adoção homoparental (texto publicado na Revista de Psicologia da UFC). O terceiro estudo teve como objetivo comparar o julgamento dos participantes para adoção monoparental em diferentes cenários por gênero e orientação sexual dos adotantes e, de outra forma, identificar variáveis preditoras da aceitação à ou da adoção monoparental (texto aceito para publicação na Revista Subjetividades/UNIFOR).

O quarto estudo trata da investigação a respeito do desejo e da intenção pela parentalidade na população em geral na região Nordeste, com pessoas que ainda não exercem a parentalidade. Esse estudo pretende investigar o efeito de variáveis psicossociais e do preconceito sexual na explicação do desejo de ter filhos e desejo/intenção pela parentalidade em indivíduos de diferentes orientações sexuais (texto submetido à Revista de Psicologia da UFC). O quinto estudo tem como perspectiva a contribuição de um texto de revisão teórica com foco na monoparentalidade e suas vivências, assim teve como objetivo discutir sobre as vivências monoparentais e como os marcadores de gênero e orientação sexual atravessam esse debate, tendo como contribuição as construções teóricas acerca da teoria bioecológica do desenvolvimento (Bronfenbrenner) e da teoria do estresse de minorias (Meyer).

Os capítulos deste trabalho seguem normas acadêmicas distintas, tendo em vista as publicações e seus diferentes formatos. A apresentação segue as diretrizes da American Psychological Association (APA) – 7ª ed., o Capítulo I segue as diretrizes da American Psychological Association (APA) – 6ª ed., o Capítulo II segue as diretrizes da Revista de Psicologia da UFC, com o endereço eletrônico: https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc, o Capítulo III segue as diretrizes da Revista Subjetividades, com o endereço eletrônico: https://ojs.unifor.br/rmes/intrucoesautores, o Capítulo IV, V e considerações finais segue as diretrizes da American Psychological Association (APA) – 7ª ed.

Referências

Araújo, L. F., Oliveira, J. S. C., Sousa, V. C., & Castanha, A. R. (2007). Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de direito e de psicologia. *Psicologia & Sociedade*, *19* (2),95-102.

Baiocco, R., &Fiorenzo, L. (2013). Sexual orientation and the desires and intentions to become parents. *Journal of Family Studies, 19*(1), 90-112. https://doi.org/10.5172/jfs.2013.19.1.90

Brasil (1990). Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990. Dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 27 de setembro de 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Benatti, A. P., Campeol, Â. R., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). Famílias monoparentais: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *41*, e209634.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*: experimentos naturais e planejados.Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Cecílio, M. S., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2013). Produção científica por casais homossexuais no contexto brasileiro. *Estudos de Psicologia*, *18* (3), 507-516.

Cerqueira-Santos, E. (2020). Família e diversidade sexual: relacionamentos homossexuais, conjugalidade e parentalidade. In M. L. M, Teodoro & M. N. Baptista (Orgs.). *Psicologia de Família*: teoria, avaliação e intervenção (pp. 135-143). Porto Alegre: Artmed.

Cerqueira-Santos, E., Azevedo, H. V. P., Ramos, M. M. (2020). Preconceito e Saúde mental: estresse de minoria em jovens universitários. *Revista de Psicologia da IMED*, 12(2), pp. 7-21. DOI: https://doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i2.3523

Cerqueira-Santos, E., & Santana, G. (2015). Adoção homoparental e preconceito: crenças

de estudantes de direito e serviço social. *Temas em Psicologia, 23* (4), 873-885. https://doi.org/10.9788/TP2015.4-06

Cerqueira-Santos, E., Silva, B. B., Rodrigues, H. S., Santos, L., & Araújo, L. F. (2017). Contato interpessoal com homossexuais e crenças sobre a adoção homoparental. *Subjetividades,*17(2), pp. 87-100. https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i2.5991

Conselho Nacional de Justiça (n.d). *Painel de acompanhamento*. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Acesso em 18/01/2025 em https://encurtador.com.br/WXpr6

Costa, A. B., & Nardi, H. C. (2015a). O casamento "homoafetivo" e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. *Estudos feministas, 23*(1), pp. 137-150. https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p/137.

Costa, A. B., & Nardi, C. (2015b). Homofobia e preconceito contra a diversidade sexual: debate conceitual. *Temas em Psicologia*, *23*(3), 715-726.

Costa, P. A., & Salinas-Quiroz, F. (2018): A Comparative Study of Attitudes Toward Same-Gender Parenting and Gay and Lesbian Rights in Portugal and in Mexico. *Journal of Homosexuality*. https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1519303

Gato, J., Leal, D., Coimbra, S., & Tasker, F. (2020). Anticipating Parenthood Among Lesbian, Gay, Bisexual, and Heterosexual Young Adults Without Children in Portugal: Predictors and Profiles. *Front. Psychol.*, (11)1058. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01058

Lasio, D., Serri, F. (2017). The Italian public debate on same-sex civil unions and gay and lesbian parenting. *Sexualities*, 0(0) pp. 1–19. https://doi.org/10.1177/1363460717713386 .

Lasio, D., Lampis, J., Spiga, R., Serri, F. (2020). Lesbian and Gay Individual Parenting Desires in Heteronormative Contexts. *Europe's Journal of Psychology*, 16(2), 210–

228 https://doi.org/10.5964/ejop.v16i2.1808.

Leão, F. E., Porta, D. D., Pauli, C. G., Antoniazzi, M. P., & Siqueira, A. C. (2017). Reflexões teóricas sobre maternidade e adoção no contexto da Monoparentalidade feminina. *Pensando Famílias*, 21 (2), pp. 45-59.

LeBlanc, A. J., Frost, D. M. (2019). Couple-Level Minority Stress and Mental Health Among People in Same-Sex Relationships: Extending Minority Stress Theory. *Society and Mental Health* 00(0) 1–15.. https://doi.org/10.1177/2156869319884724

Levy, L. (2005). Famílias monoparentais adotivas: a importância de uma rede de apoio. In T. Feres-Carneiro (org). *Família e casal*: efeitos da contemporaneidade (pp. 50-57) . Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

Lira, A. N., & Morais, N. A. (2016). Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. *Temas em Psicologia*, *16* (3), 1051-1067. https://doi.org/10.9788/TP2016.3-14Pt

Meyer, I. H. (1995). Minority stress and mental health in gay men. Journal of Health and Social Behavior, *36*(1), 38-56. https://doi.org/10.2307/2137286

Mondin, E. M. C. (2005). Um olhar ecológico da família sobre o desenvolvimento humano. *Psicologia Argumento*, *23*(41), 25-35.

Morais, N. A. d., Scorsolini-Comin, F., Cerqueira-Santos, E. (eds). *Parenting and Couple Relationships Among LGBTQ+ People in Diverse Contexts*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-84189-8_12

Paiva, L. D. (2004). *Adoção:* Significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Park, N., Schmitz, R. M., & Slauson-Blevins, K. (2020). It Takes a Lot of Planning": Sexual Minority Young Adult Perceptions of Gay and Lesbian Parenthood. *Journal of Family Issues*, *0*(0), 1-25. https://doi.org/10.1177/0192513X20925508

Park, N. K., Kazyak, E., & Slauson-Blevins, K. (2016) How Law Shapes Experiences of Parenthood for Same-Sex Couples, Journal of GLBT Family Studies, 12:2, 115-137, https://doi.org/10.1080/1550428X.2015.1011818

Paveltchuk, F. O., Borsa, J. C. (2020). A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. *Revista da SPAGESP, 21*(2), 41-54.

Pereira, C. R., Torres, A. R. R., Falcão, L., Pereira, A. S. (2013). O Papel de Representações Sociais sobre a Natureza da Homossexualidade na Oposição ao Casamento Civil e à Adoção por Famílias Homoafetivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(1), pp. 79-89. https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000100010

Poletto, M., Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e proteção. *Estudos de psicologia*, *25*(3), 405-416. https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009

Rinaldi, A. A. (2019). Adoção: políticas para a infância e juventude no Brasil? *Sexualidad, Salud y Sociedad*. (33), pp. 273-294. http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.13.a

Riskind, R. G., & Patterson, C. J., (2010). Parenting intentions and desires among childless lesbian, gay, and heterosexual individuals. *Journal of Family Psychology*, *24*(1), 78–81. https://doi.org/10.1037/a0017941

Rosa, J. M., Melo, A. K., Boris, G. D. J. B., Santos, M. A. (2016). A Construção de Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. *Psicologia: ciência e profissão*, 36 (1), 210-223. https://doi.org/10.1590/1982-3703001132014

Roseneil, S., Crowhurst, I., Hellesund, T., Santos, A. C., &Stoilova, M. (2013). Changing landscapes of heteronormativity: The regulation and normalization of same-sex sexualities in Europe. *Social Politics* 20(2): 165–199. https://doi.org/10.1093/sp/jxt006

Ruiu, G., &Gonano, G. (2020). Religious Barriers to the Diffusion of Same-sex Civil

Unionsin Italy. *Population Research and Policy Review.* https://doi.org/10.1007/s11113-020-09613-8

Santos, C. P., Fonsêca, M. C. S. M., Fonsêca, C. M. S. M. S., & Dias, C. M. S. B. (2011). Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13 (2), pp. 89-102.

Scandurra, C., Bacchini, D., Esposito, C., Bochicchio, V., Valerio, P., & Amodeo, A. L., (2018). The Influence of Minority Stress, Gender, and Legalization of Civil Unions on Parenting Desire and Intention in Lesbian Women and Gay Men: Implications for Social Policy and Clinical Practice, *Journal of GLBT Family Studies*. https://doi.org/10.1080/1550428X.2017.1410460

Tate, D. P.,& Patterson, C. J. (2019). Desire for Parenthood in Context of Other Life Aspirations Among Lesbian, Gay, and Heterosexual Young Adults. *Front. Psychol.*, (10) 2679. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02679

Ximenes, F. & Scorsolini-Comin, F. (2018). Adoção por casais do mesmo sexo: relatos de psicólogos do judiciário. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9 (1), pp. 65-85. doi: https://doi.org/10.5433/2236-6407.2018v9n1p65

CAPÍTULO I

Fontes, B. C. & Cerqueira-Santos, E. (2024). Monoparentalidade adotiva, gênero e homossexualidade. In: Cerqueira-Santos, E., Santos, H. B. & Costa, A. B. (2024). *Entre paternidades e maternidades: perspectivas interseccionais.* Porto Alegre: EdiPUCRS.

Monoparentalidade adotiva, gênero e homossexualidade

Este capítulo tem como objetivo apresentar um panorama introdutório sobre o que tem sido chamado de monoparentalidade, trazendo como especificidade a monoparentalidade planejada, ou seja, as formas de obtenção da maternidade e paternidade sem um relacionamento, como costumam acontecer nos casos de divórcio ou viuvez. Ainda, refletimos sobre as diferentes experiências monoparentais para homens e mulheres, uma vez que as expectativas em torno dos gêneros influenciam o planejamento e a experiência para cada pessoa. Finalmente, observa-se a especificidade da monoparentalidade homossexual, que carrega um duplo preconceito social. Para tal, o texto será ilustrado com falas de participantes de um projeto de pesquisa coordenado pelo segundo autor sob o título "Famílias Homoparentais, conjugalidade e desenvolvimento infantil".

Introdução

> *"A certeza de que eu seria mãe já era muito forte em mim desde jovem. Mas claro que os primeiros planos era de que isso acontecesse dentro do casamento. Me casei, separei e nada! Daí, já divorciada eu disse que seria mãe por fertilização in vitro. Parecia estranho dizer isso na nossa realidade, as amigas diziam que eu nunca mais ia casar novamente, mas eu nem ligava pra isso. Fui morar por um ano fora do Brasil e conheci, através de uma amiga, um grupo de mulheres que realizaram esse sonho. Achei que nem poderia fazer isso aqui. Pura falta de*

informação. Voltei e comecei o tratamento. Achei um médico maravilhoso e toquei o plano com muito apoio da minha mãe. E tá aqui o P. já com 4 aninhos. Maior felicidade da minha vida." (P, mulher, heterossexual, 38 anos, divorciada)

Os arranjos familiares ganharam contornos mais específicos ao longo do tempo. Se antes a família nuclear, patriarcal e monogâmica se mostrava como única opção aceitável para experienciar a parentalidade, na contemporaneidade é possível visualizar novas possibilidades, sendo a monoparentalidade uma delas (Matta et al., 2020; Pereira-Neto et al., 2016, Rosa et al., 2016). Sem dúvidas, diversos arranjos familiares já aconteciam, porém, muitos deles sem o amparo legal e a aprovação social, portanto, com baixa ou sem visibilidade. Assim, pessoas não heterossexuais, solteiras, avós, e diversas pessoas já fizeram parte de famílias constituídas muitas vezes de maneira informal.

Esse movimento de visualizar outras possibilidades de família não acontece de maneira harmônica, está forjado no seio de lutas que tentam valorizar a diversidade familiar, entendendo essa instituição como algo que foi cristalizado ao longo do tempo em um modelo único e ideal, com estereótipos bem definidos e de difícil modificação (Pereira-Neto et al., 2016). Assim, reconhecer e visibilizar as famílias reconstituídas, homoparentais e monoparentais parece uma resposta ao movimento de cristalização e uma possibilidade de quebrar os estereótipos construídos ao longo do tempo.

O debate que se instaura a partir da ideia de família estruturada se consolidou de maneira muito calcada na presença dos componentes vistos como primordiais em uma família, a saber: relação conjugal monogâmica, heterossexualidade e presença de filhos. A ausência desses elementos abre margem para o tratamento das famílias que diferem desse movimento como "desestruturadas", uma perspectiva adotada ao longo do tempo pelo senso comum e em alguma medida pela literatura, porém cabe pensar: existe estrutura para

a família? (Gonçalves & Eggert, 2019). Se partirmos a pensar a resposta como negativa, entenderemos que ao validar a não existência de uma estrutura, em uma sociedade que se pauta por estereótipos, as famílias vistas como desviantes enfrentarão diversos preconceitos no cotidiano para validarem suas existências, pois em alguma medida se espera uma estrutura para a família, a qual sempre está atrelada a um modelo heteronormativo (Cerqueira-Santos, 2020; Lira & Morais, 2016).

A família monoparental se tornou uma dessas possibilidades de famílias que assumem um lugar tido como desviante na contemporaneidade, afinal subverte algumas normas tidas, até então, como primordiais para ser classificada como família: a presença de uma relação conjugal, filhos biológicos e heterossexualidade. Nesse cenário, se torna um arranjo familiar cercado de preconceitos, principalmente quanto a capacidade de exercer a parentalidade sem a referência paterna ou materna (Biasutti et al., 2021; Bhering & Fontes, 2021).

Esse modelo parental não é recente, mesmo que sua discussão tenha se intensificado nos últimos anos. O conceito de monoparentalidade remonta a um modelo onde não havia opção, ele se sobrepunha quando da perda do cônjuge ou de separação, esta última vista como algo também desviante, principalmente para as mulheres. Com o tempo essas questões se intensificaram, tendo em vista o debate sobre o papel da mulher na sociedade, em especial antes da independência financeira, vista como um elemento facilitador e que proporcionou o debate sobre a opção pela monoparentalidade, por exemplo (Secco & Lucas, 2015).

A ideia de maternidade e paternidade independente trouxe novas discussões ao debate sobre monoparentalidade (Arrais et al., 2019). Pois se antes havia a sobreposição de fenômenos que garantiam esse arranjo, agora a ideia de poder experienciar a parentalidade sem a presença conjugal significa a possibilidade de escolha, ou seja, a monoparentalidade

passa a se estabelecer como um arranjo não mais apenas imposto, mas que pode ser escolhido pelas pessoas. Isso se mostra garantido na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 226 cita a família como base do estado, com a possibilidade de ser formada por qualquer dos pais, ou seja, sinaliza a possibilidade de que apenas um dos cônjuges desenvolva o cuidado parental, o que mais à frente amplia a ideia de que não necessariamente precisa haver uma relação conjugal para o estabelecimento desse arranjo (Brasil, 1988).

Nesse cenário, a opção pelas tecnologias de reprodução humana assistida se fortalece como uma modalidade capaz de aumentar a possibilidade de escolha de pessoas pela monoparentalidade quando a ideia é prevalecer o viés biológico. De outro modo, a adoção também tem se caracterizado um caminho seguro para experienciar a parentalidade na modalidade solo, principalmente a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que marca o estabelecimento de novos paradigmas para o desenvolvimento infantil e adolescente no Brasil.

No entanto, mesmo com legislações que garantem a segurança do processo adotivo, essa modalidade sempre foi questionada quanto a ideia de família, pois se juntam a esse processo mitos que geram preconceitos contra esse arranjo familiar e que se juntam à monoparentalidade em um lugar, por vezes, de exclusão. Esse preconceito se sustenta a partir da ideia de que os laços consanguíneos devem ser o elemento máximo no processo de constituição de uma família, garantindo assim a estruturação desse modelo, que por vezes parece um molde indestrutível no campo das crenças a respeito do conceito familiar. Assim, a adoção e a monoparentalidade se colocam como opções que carregam um caráter desviante, pois de alguma forma, questiona o lugar da família tradicional brasileira que se fundamenta somente por laços consanguíneos (Arrais et al., 2019).

A adoção é cercada por alguns mitos, um deles está relacionado a herança genética da família de origem, onde se acredita que esses aspectos vão prevalecer frente ao ambiente e às experiências de aprendizagem, assim, há sempre a ideia de que crianças ou adolescentes carregam consigo genes pouco desejáveis na convivência cotidiana, como por exemplo, de uma personalidade perigosa, de maldade etc., o que coloca em evidência a relação bioparental como mais importante que qualquer outra coisa (Zanardo et al., 2014). Essa crença reforça que existe uma pureza a ser alcançada a partir da concepção biológica dos filhos e coloca a adoção em um lugar de preconceito.

O ato de adotar pode carregar consigo algumas motivações, dentre elas altruísmo, amor, caridade e/ou solidariedade e impossibilidade de gestar um filho biológico, são algumas delas. O que se discute nesse contexto é que a construção do vínculo deve se dar a partir da busca pela parentalidade e não somente pela troca entre pessoas que desejam ajudar outras. Assim, não há motivação mais correta que outra, porém se faz necessário pensar que discursos duradouros devem nortear o processo de adoção, pois são esses que ajudarão na construção do vínculo e da parentalidade (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2016).

Dessa forma, a monoparentalidade e a adoção parecem carregar consigo algumas similaridades: ambas questionam a ideia de família tradicional e propõe uma nova leitura e experiência sobre a construção da parentalidade, estão cercadas de mitos e preconceitos que podem se colocar como barreiras nesse processo e ainda problematizam a ideia estereotipada de que família se constrói a partir de laços consanguíneos. Para além disso, o gênero e a orientação sexual são dois elementos que entram no debate e podem contribuir com os estereótipos de paternidade e maternidade em famílias monoparentais.

A construção social do gênero aquece o debate sobre a dicotomia do que é ser homem e mulher na sociedade. Assim, estereótipos são construídos e reforçados nesse lugar a partir dos papéis sociais para homens e mulheres e contribuem para pensar a parentalidade

e o que se espera dela socialmente (Veloso et al., 2016). Para além do campo dicotômico existem outras identidades que antes estavam no campo da patologia e hoje lutam por reconhecimento, mas a discussão não tem sido aprofundada no campo da parentalidade, principalmente pessoas transgênero e não binárias (Pfeffer & Jones, 2020). Do mesmo modo, a orientação sexual percorreu um longo caminho na busca pela despatologização e ainda sofre com o preconceito contra a diversidade sexual que se materializada em diversos campos, sendo um deles na experiência da parentalidade (Silva et al., 2017; Tate & Paterson, 2019).

O debate aqui proposto tem como objetivo discutir sobre o modo como a monoparentalidade e a adoção podem ser pensadas a partir do gênero e da orientação sexual, entendendo que essas variáveis complexificam a discussão e pode contribuir para desmistificar a ideia de família, fortalecendo a noção de que a diversidade familiar é algo presente no cotidiano e a psicologia precisa participar desse debate, garantido um olhar atento para os conflitos advindos das relações familiares.

Monoparentalidade por adoção

> *"Eu sempre quis ter uma filha, mas isso também vinha acompanhado de um conflito interno, porque eu queria casar, ter uma família completa, como dizem. Mas a idade foi avançando e eu pensava que já não poderia ter uma filha biológica e ao mesmo tempo pensava que se adotasse excluiria ainda mais a chance de ter um relacionamento e se casar. Foram anos difíceis, até que resolvi adotar mesmo. O processo demorou uns dois anos, adotei a J. e um ano depois me ligaram para falar sobre a disponibilidade da irmã dela, dizendo que a preferência era de manter as duas juntas. E foi assim. Nossa família somos nós três! (M, mulher heterossexual, 50 anos, solteira).”*

Na contemporaneidade a monoparentalidade se configura como a constituição de uma família onde um indivíduo busca meios de acessar a parentalidade sem a participação de outra pessoa. No entanto, nem sempre foi entendida assim. A viuvez e o abandono foram, por muito tempo, responsáveis pela monoparentalidade compulsória, onde não havia direito a escolha, em um período de repressão feminina, no que diz respeito aos direitos humanos (Arrais et al. 2019).

A maternidade solo está longe de ser uma opção para a maioria das mulheres que a vivenciam no Brasil, pelo contrário, o abandono parental também situa essa discussão, sendo possível observar esse fenômeno de maneira crítica, pois envolve questões de gênero e socioeconômicas (Verza et al., 2015). Com isso, o abandono parental tem justificado a vivência da monoparentalidade por uma esfera. No entanto, esse fato não deve ser lido como um movimento passivo das mulheres, pois desconsidera o poder de escolha e as lutas travadas para assumir relações mais igualitárias.

Na década de 1970, a luta feminista e o surgimento da pílula anticoncepcional foram responsáveis pela dissolução da relação entre sexualidade e procriação, sendo possível pensar na vivência da parentalidade como elemento passível de escolha e não apenas como uma imposição (Benatti et al., 2021). Apesar do elemento de liberdade apresentado anteriormente, a ideia de uma monoparentalidade por opção ainda requer maiores aprofundamentos, principalmente para mulheres chefes de família que, por vezes, sofreram o abandono parental e não necessariamente tenham tido alguma escolha sobre esse processo – a vulnerabilidade econômica suscita esse debate (Arrais et al., 2019; Verza et al., 2015). No entanto, ao discutir o processo de escolha ou não escolha é necessário voltar o olhar para os direitos adquiridos, pois desses não se pode prescindir, mesmo que em alguma medida ainda não atinja a todos.

Ao aquecer o debate sobre a parentalidade e situá-la em um campo de escolha, novos desdobramentos são trazidos, principalmente nas formas de experienciá-la. A reprodução humana assistida tem sido vista como uma dessas formas, algo pensado apenas a partir da resolução 1.957/2010 do Conselho Federal de Medicina, ou seja, recente. De outro modo, a adoção se caracterizou como uma possibilidade mais palpável e econômica para a experiência monoparental, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) não impõe nenhum tipo de vedação legal a adoção monoparental, no entanto, é importante dizer que a família patriarcal imperou como único modelo possível por muito tempo, o que pode ter contribuído para a produção de impasses em torno da legitimidade de constituição dessas famílias que devem ser discutidas amplamente (Leão et al., 2017).

Algumas características são importantes para pensar a monoparentalidade por adoção, (a) as experiências parentais de uma filiação psíquica e não sanguínea como elemento principal, (b) discussão sobre o preconceito baseado na crença de prejuízos psíquicos aos filhos oriundos desse arranjo familiar, (c) a questão de rede de apoio e a dimensão da mesma no desenvolvimento dos cuidados parentais e (d) de maneira complementar a discussão sobre aceitação da família de origem na tomada dessa decisão e os possíveis conflitos advindos desse momento. A seguir apresentam-se algumas considerações sobre essas características.

A monoparentalidade por adoção se revela como um estigma antecipado a parentalidade, principalmente pelo fato de desafiar o modelo patriarcal consanguíneo (a). Essa característica aponta para a noção de uma família estruturada ou desestruturada, o que requer pensar em um molde definidor desses aspectos. Assim, o que estrutura ou desestrutura a noção de uma família perpassa pela ideia de uma estrutura prévia e desconstruí-la requer um olhar sobre as regras que vigoram no contexto em que se expressam, a saber: desconstruir as regras de parentesco como algo apenas biológico e a

noção de procriação associada ao casamento e a uma relação conjugal (Agoglia & Torralba, 2015; Quayle & Dornelles, 2015).

Outra característica apresenta consigo preconceitos que colocam à margem a ideia da adoção, associada negativamente ao fato de que a filiação adotiva é perpassada pela herança genética dos adotados, trazendo consigo características negativas que podem acarretar em prejuízos biológicos e psíquicos (b). Essa discussão apresenta diversos desdobramentos, principalmente pelo fato de colocar à prova a possibilidade de exercer a monoparentalidade por adoção, tendo em vista os preconceitos associados. Mesmo sabendo que a personalidade não é formada somente por elementos biológicos, são estes que ganham protagonismo no argumento de que filhos adotivos podem trazer heranças negativas e podem distanciar possíveis pretendentes a adoção. Além disso, a ideia de ser pai/mãe solo ainda não é vista como um elemento favorável a adoção, mesmo que as barreiras legais não existam, há barreiras sociais que apontam para a ideia de que falta algo nesse arranjo familiar (Gonçalves & Eggert, 2019; Zanardo et al., 2014).

O que faz diferença nesse processo é a presença de uma rede de apoio familiar e social (c). Essa característica pode ser um dos elementos responsáveis pelo sucesso da monoparentalidade por adoção. Quando se imagina no apoio social é necessário pensá-lo em duas dimensões: 1) estrutura e 2) funcionalidade. Sobre estrutura podemos dizer que o tamanho da rede de apoio é fundamental, bem como o quanto esta é coesa. No campo da funcionalidade, alguns elementos precisam ser discutidos, principalmente a modalidade de apoio: material, informacional, emocional, afetivo ou de interação social, todas essas são importantes para pensar a monoparentalidade por adoção (Coltro et al., 2020). Em toda essa discussão percebe-se o quanto a rede de apoio a uma família monoparental pode ser definidora para o sucesso do processo, principalmente a partir do desenvolvimento dos cuidados parentais, pois ao vivenciar a parentalidade solo se colocam como de grande

importância para sua efetividade (Benatti et al., 2021).

De maneira complementar a essa discussão é necessário tratar sobre o modo como a família de origem tem importância na tomada de decisão pela adoção monoparental (d), principalmente pela necessidade de apoio social/familiar ser tão relevante nessa modalidade parental, pelo fato de que as funcionalidades relacionadas a família de origem se mostram importantes, ou seja, suporte material, emocional e afetivo são condições relevantes na tomada de decisão (Coltro et al., 2020). Essa rede de apoio pode ser fundamental no contorno de crises, assim, ter familiares/amigos que encorajem ao processo ou que se coloquem a disposição pode minorar possíveis estresses em situações práticas do cotidiano: levar a criança a escola, ter alguém com quem contar em momentos de possíveis adoecimentos, ter referências para lidar com os primeiros conflitos, se mostram condições importantes ao vivenciar a monoparentalidade (Seibel et al., 2017).

Os dados a respeito dos pretendentes a adoção no Brasil no ano de 2023 apontam que 74% são casados, 13,5% estão em união estável, 9,2% são solteiros e 2,7% são divorciados, se juntarmos as duas últimas categorias chegaremos a 11,9%, o que representa uma parcela ainda que pequena da sociedade brasileira, com interesse na vivência monoparental (CNJ, 2023). De outro modo, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), apontam que em 2009, as famílias monoparentais representavam 17,4% dos arranjos familiares no País, em 2015 a representação aumentou para 34,85%, o que aponta um avanço significativo nesse arranjo familiar. Deve-se considerar que nessa leitura as mulheres chefes de família predominam. Assim, ao analisar os dados deve se considerar a monoparentalidade compulsório como principal elemento de constituição (IBGE, 2023).

As pesquisas sobre monoparentalidade ainda não refletem a importância da temática no cenário brasileiro. Benatti et al. (2021) realizaram uma revisão de literatura sobre o

assunto com o corte temporal entre 1980 e 2017 e localizaram 89 publicações, das quais 22 foram analisadas. O estudo localizou algumas temáticas discutidas nas pesquisas brasileiras sobre monoparentalidade: a maternidade, monoparentalidade e pós-divórcio, competências parentais, famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade e/ou pobreza. Levando em conta o período pesquisado, é preciso avançar na pesquisa empírica sobre esse arranjo familiar como uma forma de apoiar a diversidade de famílias e de dar visibilidade.

Em outra pesquisa foi possível identificar o processo de adoção por pais solos e discutir as motivações e experiências advindas desse processo. Esse estudo apontou para maior preparação emocional e financeira, o que coaduna com as características do processo adotivo, e também discorreu sobre o processo de adaptação das crianças, colocando como um processo rápido e que contou com a ajuda de rede de apoio da família extensa, o que confirma o que discutimos até aqui (Biasutti et al., 2021).

Além da realidade brasileira, outros estudos contemplam essa modalidade familiar. Coles (2015) investigou em uma revisão de literatura nos Estados Unidos a monoparentalidade masculina e localizou estudos que datam de 1970. Os achados giraram em torno de estudos qualitativos que focam no bem-estar dos pais solteiros e estudos quantitativos concentrando-se nos resultados das crianças e na variação dentro do grupo de pais solteiros.

Esses achados corroboram a ideia de que a monoparentalidade por adoção apresenta especificidades e que necessitam de maior atenção do campo científico. Principalmente os estudos que apresentam as vivências desse arranjo familiar, o que pode garantir visibilidade para questões até então pouco discutidas ou ainda não discutidas. Assim, busca-se a seguir um retrospecto de estudos que trabalham as vivências da monoparentalidade, seus principais conflitos e características.

Vivências na monoparentalidade por adoção

"Minha esposa faleceu com 43 anos e não tivemos filhos. Foi até hoje a coisa mais difícil da minha vida. Nosso plano era ter filhos por adoção, já que ela já estava doente. Eu deixei a vida seguir. Tínhamos um afilhado afetivo, filho biológico da diarista. Eles passaram a ficar ainda mais próximos de mim quando fiquei viúvo e aquilo foi muito bom, me deu vida. Pedia para ela trazer o menino depois da escola, às vezes ficava pra dormir, passou férias e assim foi. Com 14 anos ele veio estudar ensino médio numa escola perto da minha casa e eu ofereci para ele ficar a semana toda aqui. E de maneira informal, afetiva, espontânea, ele virou meu filho do coração. A mãe dele casou com um homem de São Paulo, foi embora e ele quis ficar". (M, 58 anos, homem heterossexual, viúvo)

A experiência da parentalidade não é igual para todos. Cada arranjo familiar tem suas especificidades e o modo como essas experiências podem modular o desenvolvimento humano deve ser um ponto de atenção. Nesse sentido, a monoparentalidade está longe de ser uma experiência única, pois como vimos até aqui, é necessário pensar em pelo menos dois elementos que caracterizam esse arranjo familiar: quem exercerá a parentalidade e como vai acessá-la.

A partir disso algumas discussões se tornam possíveis, principalmente a respeito da monoparentalidade masculina e feminina de heterossexuais e não heterossexuais, bem como a reprodução humana assistida e a adoção como possibilidades de acessar esse arranjo familiar. A partir disso, as dinâmicas familiares e as vivências experimentadas podem fornecer informações importantes a respeito das peculiaridades desses arranjos.

Em uma revisão sistemática da literatura proposta por Benatti et al (2021) o contexto brasileiro é posto em análise. Uma das primeiras óticas de estudo trata da maternidade solo, que pode ser vista a partir de experiências positivas e negativas, ou seja, sentimento de

completude e feminilidade ou de tristeza, nervosismo e solidão, que se justifica a partir da perspectiva monoparental e de o suporte social/familiar ganhar outros contornos nesse arranjo.

Assim, a monoparentalidade é uma opção de acesso a parentalidade que se coloca em discussão e possibilidade, mas sem descuidar das motivações que levam a assumir essa escolha. A adoção nesse processo é vista como uma das opções, porém aponta para a necessidade de refletir sobre o preconceito, as dificuldades de suporte social e de questões socioeconômicas, o que pode interferir significativamente no processo.

Com relação as vivências monoparentais, é importante ressaltar que em estudos comparativos algumas diferenças são elencadas, sendo as vivências monoparentais por mães solos, vistas como mais coercitivas e sensíveis (Marin & Piccinini, 2007). Do mesmo modo, o comportamento das crianças pertencentes a esse arranjo apresentou, por um lado, comportamentos vistos como inadequados, como choro, gritos, teimosia e por outro lado, maior assertividade em alguns aspectos na vida cotidiana, atitudes que não podem ser associadas exclusivamente a esse arranjo (Marin & Piccinini, 2007).

A paternidade solo também é uma experiência possível nesse contexto, Santos et al (2011) produziu um estudo sobre a adoção por pais solteiros e as experiências advindas desse processo, onde há a participação de homens no estudo. O que fica evidente nessa configuração familiar é a discussão por parte do modo como a família de origem pode receber e acolher essa possibilidade, o que parece ter certa influência no processo, não de desistência, mas de talvez apresentar maiores dificuldades. Desse modo, fala-se também no processo de adaptação, principalmente na gestação para além do campo biológico, onde o desejo e as ideias sobre paternidade podem ser amadurecidas. Nesse campo, torna-se necessário pensar sobre dificuldades operacionais, como por exemplo, onde a criança vai ficar enquanto o pai/mãe vai trabalhar, o que desencadeia pensar sobre limites financeiros,

contratação de alguém para auxiliar no processo, rede de apoio presente, preconceito por ser pai solteiro etc. Toda essa discussão aponta também para o questionamento das competências parentais de homens no cuidado de crianças e adolescentes, principalmente com a ideia de preconceitos advindos dessa configuração familiar (Ribeiro et al., 2011).

Em uma pesquisa realizada por Campeol e Pereira (2021) a respeito da monoparentalidade masculina, algumas ideias são reforçadas, por exemplo, a rede de apoio e os preconceitos sofridos pela especificidade da relação parental. A pesquisa discute o lugar do homem na parentalidade, com foco no cuidado parental e essa atribuição vista, quase que exclusivamente, como feminina. No entanto, na dinâmica monoparental masculina essas vivências são presentes, tanto dos cuidados básicos, como das demais funções tradicionalmente atribuídas as mulheres. Assim, o que fica evidente é que homens e mulheres ocupam dinâmicas diferentes nessas vivências, muito pelas expectativas geradas a partir do gênero, que os colocam em lugares distintos.

Ao pesquisar sobre essas diferenças nas vivências parentais de pais e mães, Yaffe (2020) aponta que as mães são vistas como mais responsáveis e solidárias e que os pais eram vistos como mais autoritários. Como um estudo de revisão sistemática que aponta essas diferenças em mais de 15 países, parece importante voltar o olhar para questões de gênero que podem atravessar a discussão da monoparentalidade. No entanto, deve se considerar que a própria experiência da monoparentalidade já se caracteriza por certa flexibilidade na experiência dos cuidados e do perfil parental esperado de homens e mulheres. Assim, é possível dizer de um lugar de rigidez e flexibilidade em alguma medida, sem desconsiderar a construção patriarcal nesse processo (Tachibana & Rezende, 2020).

Em outro cenário, a monoparentalidade pode ganhar contornos ainda mais específicos quando se trata de experiência de pessoas não heterossexuais. Se a ideia de uma vivência parental diferente da estabelecida socialmente já pode causar diversos impasses,

ao acrescentar pessoas LGBTQIAP+ esses impasses podem ganhar outros contornos, tendo em vista o estigma antecipado que se faz presente nessas orientações sexuais, que quando vinculado a ideia de vivenciar a parentalidade pode ser expressa pela representação de incompetência parental.

A discussão sobre a homoparentalidade suscita a existência de preconceitos e estereótipos presentes nesse arranjo parental. Gato & Fontaine (2014) discorrem sobre a homoparentalidade masculina e mencionam que pais gays mostram-se mais atentos a responder as necessidades dos filhos, no entanto, também colocam que essa atenção pode significar uma pressão maior por competência parental. Tais questões mostram-se importantes para pensar o processo da experiência parental, principalmente da monoparentalidade, pois ao ser experienciada por pessoas não heterossexuais carrega consigo episódios de homofobia e outras intolerâncias que mudam substancialmente as vivências (Mata et al., 2020).

As pesquisas sobre vivências homoparentais ainda não se aproximam da discussão de um modelo monoparental, mas indicam que não há qualquer evidência de prejuízos no desenvolvimento humano de crianças e adolescentes criados por pessoas não heterossexuais. A partir disso se abre margem para pensar que o modelo monoparental, apesar de distinto dos demais, também pode seguir o mesmo caminho, não sem que isso apresente resistências, principalmente ao modelo monoparental masculino, pois colocam-se experiências preconceituosas (Quadlin et al., 2022).

As vivências monoparentais parecem ter suas especificidades, principalmente quando incluímos as variáveis de gênero e de orientação sexual, não que isso produza decréscimos na experiência monoparental, mas parece contribuir para pensar questões de preconceito e patriarcado, por exemplo. Esses indícios nos levam a pensar que as vivências

monoparentais para minorias sexuais podem apresentar algumas barreiras jurídicas e sociais que podem contribuir com as diferenças presentes nessa configuração.

Monoparentalidade e minorias sexuais

"A maioria das pessoas pensam que para um homem ser pai sozinho só se for viúvo. E mesmo assim ele vai precisar de alguém pra ajudar, uma mulher. Isso foi a coisa mais difícil. Com 40 anos eu me vi um desejo enorme de ser pai. Já tinha tido um relacionamento gay e meu parceiro não podia nem pensar nessa ideia. Quando me vi com 40 anos e solteiro, refleti muito se o desejo era por uma companhia e pensando no futuro ou se era autêntico. Tem tanta coisa que botam na nossa cabeça que precisei ir pra terapia pra trabalhar isso. Vi que o meu desejo tenha uma pouco de tudo isso junto, mas que isso não era um problema. O problema começou mesmo quando abri o processo de adoção. Dava um livro todo dizer como é ser um homem gay, sozinho, de 40 anos, querendo adotar. Dentro do juizado perguntaram se minha mãe faria o papel de mãe de criança. Pode? Meu processo de adoção tem até mais páginas do que a maioria. Foi difícil, mas é possível. (J, 45 anos, homem gay, solteiro)

A literatura nacional tem ampliado a discussão sobre as minorias sexuais. Os direitos, vivências e especificidades dentro do grupo são temáticas já exploradas há algum tempo. Junto a isso tem-se a discussão sobre conjugalidade e parentalidade, esta última, foco do debate desse capítulo. Quando se fala da experiência parental para minorias sexuais se colocam barreiras em algumas esferas: atitudinais, civis, religiosas, políticas etc., que dificultam as vivências parentais para pessoas LGBTQIAP+ e interferem no desejo e intenção dessa população (Ruiu & Gonano, 2020).

O preconceito contra a diversidade sexual tem se mostrado como elemento constituinte dessas barreiras e deve ser um ponto de atenção no desenvolvimento de

qualquer análise sobre a problemática (Costa & Nardi, 2015). O modelo heteronormativo de constituição parental contribui para o entendimento de como esse preconceito se materializa na diversidade familiar, sendo capaz de marginalizar parentalidades, por não atender ao padrão. As experiências de minorias sexuais divergem do modelo heteronormativo, sendo fortes candidatas a experimentar o preconceito. No entanto, o cenário de resistência e afirmação das identidades, seja através de legislações ou de manifestações sociais tem contribuído para o desenvolvimento de estudos com foco nas especificidades dessa população no que diz respeito as experiências parentais.

A união civil de pessoas do mesmo sexo foi um marco importante para garantias de direitos de minorias sexuais, pois demarca de forma explícita a tentativa de derrubar algumas barreiras. A Constituição Federal (Brasil, 1988) e o ECA (Brasil, 1990) foram importantes para garantia da diversidade, mas o tratamento implícito dos direitos das minorias sexuais contribui para que as pautas da parentalidade adotiva tenha demorado a avançar. Se pensarmos que a parentalidade adotiva heteronormativa já se coloca como um desafio, quanto mais por minorias sexuais, com foco na monoparentalidade.

As configurações familiares de minorias sexuais se apresentam a partir de diversos modelos, no entanto, há no campo da monoparentalidade por adoção algumas questões que precisam de reflexão para além dos debates que já estão em pauta pela comunidade acadêmica e pela sociedade. Se faz imperativo refletir sobre os mecanismos que sustentam as atitudes dos indivíduos frente às adoções monoparentais quando realizadas por minorias sexuais, bem como é importante que se pense como podem ser explicados na realidade brasileira, principalmente os processos de estigma antecipado a parentalidade de pais e mães solo que a desejam experimentar.

Ao pensar na constituição de famílias monoparentais de minorias sexuais levanta-se então a discussão de um duplo estigma, tanto pela orientação sexual quanto pelo modelo

de família, assim, a configuração familiar não patriarcal e com orientação sexual distinta do modelo heteronormativo pode ser visualizada como uma ameaça aos grupos dominantes e tem se colocado como um campo de profícua investigação.

Especificamente entre homens gays, estudos relevam uma representação dominante de papéis excludentes quando se fala em paternidade e homossexualidade masculina, principalmente pela impossibilidade de o casal ter um filho biológico conjunto. A adoção tem sido uma das formas mais comuns de concretizar o desejo de parentalidade entre homens gays. No entanto, o processo de adoção cercado pelo preconceito tem gerado consequências difíceis para pais, mães e filhos, conforme relatado em pesquisas nacionais e internacionais. Ainda mais, os relatos são de que a adoção monoparental gay é a modalidade que enfrenta maiores barreiras, mesmo dentro do sistema de justiça.

O fato de as legislações garantirem a repressão em algum nível de práticas discriminatórias, não garante sua total exclusão, assim, o debate se estabelece no campo da aceitação de atitudes negativas em relação ao casamento e paternidade, por exemplo, que se colocam como opiniões distintas, mas que produzem exclusão e sofrimento (Gato et al., 2020). Estes são cercados de mitos que sustentam a ideia de diferenças prejudiciais ao desenvolvimento social e mais ainda, de crianças e adolescentes em processo de adoção.

Nesse contexto, um mito estruturado é a confusão entre sexualidade e parentalidade, onde a ideia de que a orientação dos pais homossexuais pode influenciar os filhos, o que não se sustenta, tendo em vista que o mesmo pensamento não é utilizado quando para pais heterossexuais, por exemplo (Ximenes & Scorsolini-Comin, 2018). Esse movimento produz impactos no processo de adoção, associando as minorias sexuais a estigmas que promovem a exclusão.

Assim, as barreiras mesmo que controladas, ainda se mostram presentes em algum nível no processo de adoção, principalmente como uma barreira velada, de modo que os

processos avaliativos de vinculação adotiva podem ser tratados a partir da ideia de que se faz necessária maior atenção e cuidado para uma decisão mais assertiva. Há um agravamento nessa perspectiva quando se fala na adoção por pais do que por mães, pois para essas há o estigma do feminino e a ideia de que são exímias cuidadoras, enquanto que os estigmas associados aos pais são de dificuldade em demonstrar afeto, estereótipos sexuais, de violência etc., colocando crianças e adolescentes, por vezes, como incapazes de assimilar diferentes modelos familiares (Ximenes & Scorsolini-Comin, 2018, Santos et al., 2018).

Mesmo com todos os percalços a monoparentalidade tem sido experienciada por minorias sexuais e as vivências apontam que filhos de pais solteiros gays, por exemplo, tem de lidar com os estigmas associados a sexualidade do pai, ou seja, mesmo que as barreiras sejam diminuídas e não se tenha nenhum fator interno capaz de tornar esse modelo familiar impossível, há processos externos, de preconceito e estigmas que podem dificultar as vivências parentais (Carone et al., 2020). Por outro lado, pais homossexuais apresentam angústia pela experiência de exclusão, além da estigmatização homofóbica dos filhos e da preocupação em estabelecer uma rede de suporte familiar e social (Gartrell et al., 2019).

Em uma revisão integrativa proposta por Biasutti et al (2022) identificaram o baixo apoio social e o enfrentamento ao preconceito contra a diversidade sexual como elementos presentes nas vivências parentais das minorias sexuais e que colocam em discussão a competência dessas pessoas para exercer os cuidados parentais. No entanto, não se pode creditar a orientação sexual as dificuldades enfrentadas, mas sim aos elementos externos, que podem ser vistos como estressores sociais.

O que fica evidente nas vivências parentais de minorias sexuais por adoção é que os estigmas da orientação sexual e da adoção se fundem e podem produzir dificuldades cotidianas no desenvolvimento parental. Quando isso vem associado a experiência

monoparental acrescenta-se um outro estigma, tornando as vivências monoparentais mais difíceis no campo cotidiano, mesmo que as barreiras legais não sejam um empecilho, demonstra-se que há barreiras veladas capazes de influenciar esse modelo familiar.

Considerações Finais

A monoparentalidade se mostra como um arranjo familiar possível na contemporaneidade, não sem elementos de dificuldade, principalmente de estigmas e preconceitos. Além disso, quando se associam as questões de gênero e orientação sexual o debate ganha contornos ainda mais complexos, principalmente pelo estigma antecipado que esses grupos carregam, o que oportuniza a discussão sobre as vivências monoparentais.

Os estudos realizados sugerem alguns caminhos para a discussão das vivências por esses grupos: 1) homens e mulheres enfrentam percursos diferentes na experiência monoparental, sendo que ao homem parece mais difícil a consolidação do processo; 2) heterossexuais e não heterossexuais também enfrentam situações assimétricas, sendo que as barreiras que se colocam para pessoas não heterossexuais estão repletas de preconceitos e estigmas associados a dúvida sobre a capacidade de desenvolver cuidados parentais, sugerindo futuras dificuldades no desenvolvimento das crianças e adolescentes adotadas. No entanto, essas críticas não se sustentam em sua integridade, pois acabam por localizar no indivíduo os problemas e esquecem de situar a discussão de modo mais amplo, o que garantiria melhor análise.

A discussão aqui realizada não pretende esgotar o assunto, pelo contrário, levanta a necessidade de que novos debates sejam incluídos no campo acadêmico sobre a forma como algumas parentalidades ainda têm sido marginalizadas ao longo do tempo. Alguns debates merecem aprofundamento, principalmente pensar como a monoparentalidade adotiva por minorias sexuais pode ser apresentada a partir de estudos longitudinais no

cenário brasileiro ou ainda como as barreiras veladas ainda contribuem para manutenção de estigmas antecipados as minorias sexuais, tais contribuições podem acrescer novas análises ao debate.

Referências

Agoglia, I. S., & Torralba, H. G. (2015). Monoparentalidades electivas en Chile: Emergencias, tensiones y perspectivas. *Psicoperspectivas*, 14(2), pp. 40-50. http://dx.doi.org/10.5027/PSICOPERSPECTIVAS-VOL14-ISSUE2-FULLTEXT-541

Arrais, R. H., Gomes, I. C., & Campos, E. M. P. (2019). A monoparentalidade por opção e seus aspectos psicossociais: estudo de revisão integrativa. *Revista da SPAGESP*, 20(1), pp. 39-54.

Benatti, A. P., Campeol, A. R., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). Famílias monoparentais: uma revisão sistemática de literatura. *Psicologia: ciência e profissão*, 41(n. spe3), pp. 1-14. https://doi.org/10.1590/1982-3703003209634

Bhering, L. S. & Fontes, M. B. (2021). Famílias monoparentais masculinas: escolhas e sentimentos construídos em torno da monoparentalidade. *Oikos: Família e Sociedade em Debate***,** 32(2), pp.1-17. https://doi.org/10.31423/oikos.v32i2.11088

Biasutti, C. M., Nascimento, C. R., & Canal, C. P. (2021). Atividades Parentais na Família Monoparental Constituída pela Adoção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(1), 236-259. https://doi.org/10.12957/epp.2021.59384

Biasutti, C. M., Nascimento, C. R. R., Gato, J., & Bortolozzo, M. L. (2022). Same-sex parenting in Brazil and Portugal: An integrative review. *Research, Society and Development*, *11*(16), e357111638227-e357111638227.

Brasil (2023). *Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento*. Brasília: Conselho Nacional de justiça, CNJ. Recuperado

de https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=f6217f68-c638-49eb-9d00-ca8591a16175&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=clearall

Brasil (1990). Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990. Dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 27 de setembro de 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Brasil. (1990). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm

Campeol, A. R., & Pereira, C. R. R. (2021). A paternidade em famílias monoparentais masculinas: a perspectiva bioecológica. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 73(1), pp.121-136. https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2021v73i1p.121-136

Carone, N., Baiocco, R., Lingiardi, V., & Barone, L. (2020). Gay and heterosexual single father families created by surrogacy: Father–child relationships, parenting quality, and children's psychological adjustment. *Sexuality Research and Social Policy*, *17*, pp. 711-728.

Cecílio, M. S. & Scorsolini-Comin, F. (2016). Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. *Psicologia: ciência e profissão*, 36(1), pp. 171-182, https://doi.org/10.1590/1982-3703003832015

Cerqueira-Santos, E. (2020). Família e diversidade sexual: relacionamentos homossexuais, conjugalidade e parentalidade. In Teodoro, M. L. M., & Baptista, M. N. (Orgs.). *Psicologia de Família*: teoria, avaliação e intervenção (pp. 135-143). Porto Alegre: Artmed.

CFM – Conselho Federal de Medicina. (2011, 6 jan.) Resolução CFM nº 1957/2010. *Diário Oficial da União*, seção 1.

Coles, R. L. (2015). Single-Father Families: A Review of the Literature. *Journal of Family: Theory & Review*. 7(June 2015), pp. 144-166. https://doi.org/10.1111/jftr.12069

Coltro, B. P., Paraventi, L., & Vieira, M. L. (2020). Relações entre parentalidade e apoio social: revisão integrativa de literatura. *Contextos Clínicos*, 13(1). doi: http://10.4013/ctc.2020.131.12

Costa, A. B., & Nardi, C. (2015b). Homofobia e preconceito contra a diversidade sexual: debate conceitual. *Temas em Psicologia*, 23(3), 715-726.

Gato, J., & Fontaine, A. M. (2014). Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, *26*(2), pp.312-322.

Gato, J., Rangel Henriques, M., & Leal, D. (2021). Adoption by lesbian women and gay men: Perceived challenges and training needs for professionals in Portugal. *Adoption Quarterly*, *24*(2), 152-175.

Gartrell, N., Rothblum, E. D., Koh, A. S., van Beusekom, G., & Bos, H. (2019). "We Were Among the First Non-traditional Families": Thematic Perceptions of Lesbian Parenting After 25 Years. *Frontiers in Psychology*, *10*(2414). Doi: http://10.3389/fpsyg.2019.02414

Gonçalves, J. P., & Eggert, E. (2019). Estruturadas X desestruturadas: percepções de família entre profissionais da educação. *Revista Educação em Questão*, 57(54), pp. 1-25. Doi: http://10.21680/1981-1802.2019v57n54ID18034

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2023). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.* Recuperado de https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad/geral/pesquisa-basica

Lira, A. N., & Morais, N. A. (2016). Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. *Temas em Psicologia*, 16 (3), pp. 1051-1067. https://doi.org/10.9788/TP2016.3-14Pt

Marin, A. H., & Piccinini, C. A. (2007). Comportamentos e práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e famílias nucleares. *Psicologia em Estudo*, *12*(1), 13-22. http://doi.org/10.1590/S1413-73722007000100003

Matta. J. J., Santos, M. A., & Scorsolini-Comin, F. (2020). Conjugalidade e parentalidade em casais homossexuais e heterossexuais: revisão integrativa da literatura. *Pensando Famílias*, 24(2), pp.32-45.

Pereira-Neto, E. F., Ramos, M. Z., & Silveira, E. M. C. (2016). Configurações familiares e implicações para o trabalho em saúde da criança em nível hospitalar. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 26(3), pp. 961-979. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312016000300013

Pfeffer, C. A & Jones, K. B. (2020). Transgender-Parent Families. In Goldberg, A. E. & Allen, K. R (Eds.). *LGBTQ-Parent Families: Innovations in Research and Implications for Practice* (pp.199-214), Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-35610-1

Porta, D. D., Leão, F. E., Antoniazzi, M. P., & Siqueira, A. C. (2019). Vivências e expectativas de mulheres solteiras para adotar. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 35(e35nspe10), pp. 1-9. https://doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe10

Quadlin, N., Jeon, N., Doan, L., & Powell, B. (2022). Untangling perceptions of atypical parents. *Journal of Marriage and Family*, 84(4), pp. 1175-1195. https://doi.org/10.1111/jomf.12850

Quayle, J. M. B. R., & Dorneles, L. M. N. (2015). Monoparentalidade programada e reprodução assistida: da "produção independente" à utilização de sêmen póst mortem. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 23(1), pp. 31-40.

Ribeiro, J. P., Silva, M. R. S., & Cezar-Vaz, M. R. (2011). Compreendendo o exercício das competências parentais na família monoparental chefiada pelo pai. Ciência, Cuidado e Saúde, 10(3), 490-497. http://doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v10i3.11324

Rosa, J. M., Melo, A. K., Boris, G. D. J. B., & Santos, M. A. (2015). Papéis Parentais em Casais Homoafetivos. *Psicologia: ciência e profissão*, 36 (1), pp. 210-223. https://doi.org/10.1590/1982-3703001132014

Ruiu, G., & Gonano, G. (2020). Religious Barriers to the Diffusion of Same-sex Civil Unions in Italy. *Population Research and Policy Review.* https://doi.org/10.1007/s11113-020-09613-8

Santos, C. P., Fonsêca, M. C. S. M., Fonsêca, C. M. S. M. S., & Dias, C. M. S. B. (2011). Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13 (2), pp. 89-102.

Santos, J. V. D. O., Araújo, L. F. D., Negreiros, F., & Cerqueira-Santos, E. (2018). Adoção de crianças por casais homossexuais: As representações sociais. *Trends in Psychology*, *26*, pp. 139-152.

Secco, M. L., & Lucas, M. G. (2015). A vida amorosa de mulheres financeiramente independentes. *Pensando famílias*, 19(1), pp. 61-76. (DOI AUSENTE)

Seibel, B. L., Falceto, O. G., Hollist, C. S., Springer, P., Fernandes, C. L. C., & Koller, S. H. (2017). Rede de Apoio Social e Funcionamento Familiar: estudo longitudinal sobre famílias em vulnerabilidade social. *Pensando Famílias*, 21(1), pp.120-136.

Silva, J. A., Sousa, A. M. B. D., & Fernandes-Eloi, J. (2017). Homoparentalidade no contexto da adoção e das práticas parentais: uma revisão sistemática. *Pensando famílias*, 21 (2), pp. 60-75. (DOI AUSENTE)

Tachibana, M., & Rezende, G. G. D. (2020). Como é ser pai numa família monoparental masculina?. *Pensando famílias*, 24(2), 90-105. (DOI AUSENTE)

Tate, D. P., & Patterson, C. J. (2019). Desire for parenthood in context of other life aspirations among lesbian, gay, and heterosexual young adults. *Front. Psychol.*, 10 (2679). https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02679

Veloso, L. F., Zamora, M. H. R. N., & Rocha-Coutinho, M. L. (2016). Crianças e adolescentes adotivos: como são vistos pela escola?. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68 (2),5-20. (DOI AUSENTE).

Verza, F., Sattler, M. K., & Strey, M. N. (2015). Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando famílias*, 19 (1), pp. 46-60. (DOI AUSENTE)

Ximenes, F. & Scorsolini-Comin, F. (2018). Adoção por casais do mesmo sexo: relatos de psicólogos do judiciário. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9 (1), pp. 65-85. doi: 10.5433/2236-6407.2016v9n1p65

Yaffe, Y. (2020). Systematic review of the differences between mothers and fathers in parenting styles and practices. *Current Psychology*, pp.1-14. https://doi.org/10.1007/s12144-020-01014-6

Zanardo, L. B., Teixeira-Filho, F. S., & Ribeiro, E. M. C. (2014). Os efeitos da matriz bioparental nos processos de adoção de crianças e adolescentes. *Revista de Psicologia da UNESP*, 13(1), pp. 60-85.

CAPÍTULO II

Fontes, B. C., & Cerqueira-Santos, E. (2023). Atitudes sobre a adoção: Variáveis associadas à aceitação e oposição // Attitudes About Adoption: Variables Associated with Acceptance and Opposition. *Revista De Psicologia*, *14*, e023022. https://doi.org/10.36517/revpsiufc.14.2023.e023022

Atitudes Sobre a Adoção: Variáveis Associadas à Aceitação e Oposição

Attitudes About Adoption: Variables Associated with Acceptance and Opposition

Resumo

Esse estudo objetivou compreender as atitudes da população frente à adoção e identificar variáveis significativamente associadas à concordância e discordância sobre a adoção homoparental. Realizou-se uma pesquisa quantitativa, exploratória, do tipo survey, com 952 participantes residentes na região nordeste. Os participantes responderam um questionário sociodemográfico e medidas padronizadas sobre adoção, adoção homoparental, posicionamento político, tradicionalismo e homofobia. A análise dos dados apontou as variáveis de tradicionalismo, homofobia, riscos associados à adoção e oposição a adoção homoparental como negativas à adoção. Já as variáveis aceitação a adoção homoparental e os aspectos humanitários da adoção, como positivas a adoção, todas elas estatisticamente significativas. Os resultados apontaram que os grupos analisados se destacam na representação das variáveis já expostas, e que mulheres e pessoas não heterossexuais se mostram mais abertas a adoção e que existe um perfil para maior oposição a adoção homoparental, formado por pessoas heterossexuais, casadas e com orientação política à direita.

Palavras-chave*:* Adoção; desenvolvimento humano; parentalidade; preconceito; homofobia.

Abstract

This study aimed to understand the population's attitudes towards adoption and to identify variables significantly associated with agreement and disagreement about homoparental adoption. A quantitative, exploratory, survey-type research was carried out with 952 participants. Participants answered a sociodemographic questionnaire and standardized measures on adoption, homoparental adoption, political positioning, traditionalism and homophobia. Data analysis pointed out the variables of traditionalism, homophobia, risks associated with adoption and opposition to homoparental adoption as negative for adoption. As for the variables acceptance of homoparental adoption and the humanitarian aspects of adoption, as positive adoption, all of them statistically significant. The results showed that the analyzed groups stand out in the representation of the variables already exposed, and that women and non-heterosexual people are more open to adoption and that there is a profile for greater opposition to homoparental adoption, formed by heterosexual people, married and with political orientation to the right.

Keywords: Adoption; human development; parenting; prejudice; homophobia.

As mudanças nas dinâmicas familiares provocaram uma série de alterações nos modelos vigentes de famílias. Se antes a família patriarcal – com a composição de pai, mãe e filhos e com o foco no poder do homem nesse cenário – era o modelo dominante, as variações presentes no cotidiano mostram que novos arranjos foram se constituindo e lutando por espaço e representação na sociedade (Rosa, Melo, Boris & Santos, 2015). De maneira afirmativa, a adoção adentra esse cenário como uma forma de constituição de

família, com menor reconhecimento e status, tendo em vista não existirem laços biológicos na relação parental. No entanto, tornou-se uma realidade mais palpável nos últimos tempos para quem deseja vivenciar a parentalidade, tendo em vista as mudanças legais que ocorreram em vários países no mundo nas últimas décadas (Friedman & Chen, 2022; Rinaldi, 2019; Scandurra, Bachicchio, Valerio & Amodeo, 2018).

O que se coloca de modo consensual é que a adoção é um ato vivenciado desde os primórdios da humanidade, no entanto, a mudança de paradigma desse fenômeno enquanto um direito humano, com legislação própria e avaliações periódicas ganhou contornos específicos no Brasil, como se processa atualmente, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (S. Silva, Silva & Biasus, 2020). Como fenômeno social, a adoção é capaz de suscitar discussões a respeito do preconceito à diversidade da parentalidade.

São notáveis os posicionamentos contrários baseados em representações negativas a respeito da adoção, que apontam para a continuidade moral/intelectual atrelada à composição genética, ou seja, supõe-se que os aspectos referentes ao caráter e identidade de crianças e adolescentes em processo de adoção estão atrelados a sua herança genética. Além disso, surgem ideias a respeito de supostas dificuldades emocionais que podem afetar a saúde mental de crianças e adolescentes em processo de adoção. (Biasutti, Nascimento, Gato & Bortolozzo, 2022; Veloso, Zamora & Rocha-Coutinho, 2016).

Contrapondo esse cenário é possível pensar em uma cultura de adoção, que tenta desconstruir preconceitos acerca do processo de filiação adotiva, tocando em pontos como os aspectos de saúde, raça, sexo e idade, por exemplo, das crianças e adolescentes disponíveis para adoção e que precisam ser repensados na contemporaneidade (Borges & Scorsolini-Comin, 2020). Essa discussão avançou em alguns cenários, principalmente nas pautas científicas, tanto no campo do direito como da psicologia, mas ainda requer avanços no campo da prática e do fortalecimento das diferentes formas de constituição das famílias.

Em linhas gerais, a adoção na legislação brasileira se caracteriza como a vinculação entre adotantes e adotados através dos critérios preconizados pelo ECA (Brasil, 1990). No entanto, não somente de legislações esse processo é construído, sendo necessário implicar questões subjetivas ligadas as motivações que levam ambas as partes ao processo de filiação. Essas motivações podem ser nomeadas de diversas formas, como por exemplo: amor, altruísmo, caridade/solidariedade, dificuldade em gestar um filho biológico, tudo se constitui em um motivo legítimo para a adoção, desde que cada motivo tenha como objetivo final a construção saudável de uma boa relação parento-filial (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2016).

Atualmente o Sistema Nacional de Adoção vinculado ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, regula o processo de adoção no Brasil e é responsável por oferecer um panorama quantitativo sobre o assunto. Ele aponta que atualmente existem 3.951 crianças e adolescentes disponíveis para adoção enquanto que os pretendentes disponíveis giram em torno de 32.959 (Brasil, 2022). Esse cenário demonstra que há uma discrepância significativa entre crianças e adolescentes cadastrados e pretendentes. Os motivos que sustentam esse cenário podem ser pensados a partir do preconceito contra a adoção. Alguns mitos são sustentados por concepções equivocadas acerca da infância e do desenvolvimento humano, fixando ideias como crianças menores são mais fáceis de ensinar costumes e modos de vida, ou ainda, meninas são mais delicadas e fáceis de lidar, por exemplo. Assim, a disponibilidade difere da busca dos pretendentes (Biasutti et al., 2022; Veloso et al., 2016).

De modo mais específico o preconceito contra a adoção pode ser explicado a partir da manutenção de estruturas patriarcais, moralistas, cristãs e econômicas presentes na sociedade e que modulam as possibilidades de famílias (Park, Schimitz & Slauson-Blevins, 2020; Ruiu & Gonano, 2020; Rosa et al., 2015). A manutenção de crianças e adolescentes

em serviços de acolhimento se mostra justificada pelas barreiras construídas, principalmente pelos critérios, por vezes rígidos, dos pretendentes ao perfil escolhido, que estão ancorados em sexo, faixa etária, gênero e raça, por exemplo. É comum a busca por uma criança branca, menina e recém-nascida, o que difere da disponibilidade nos serviços de acolhimento. Esse cenário abre possibilidade para discutir a adoção necessária (Borges & Scorsolini-Comin, 2020).

O preconceito contra a diversidade sexual pode ser um mecanismo capaz de agravar a situação do preconceito contra a adoção, pois abala duplamente a ideia de família que permeia o imaginário social, sendo capaz de lançar um olhar para a diversidade afetiva que constitui a adoção e a parentalidade (Freires, Loureto, Rezende & Soares, 2021). Esse duplo preconceito coloca em ameaça a constituição de famílias, se não no campo legal – tendo em vista que nunca houve vedação legal a adoção homossexual (Brasil, 1990) – ao menos no campo moral, esse demarcado pela ampla oposição à lógica de mudança imposta pelas diversas configurações familiares existentes (Scorsolini-Comin et al., 2022; Lira & Morais, 2016).

Criam-se barreiras de acesso que se mostram nas formas de acesso a parentalidade que minorias sexuais lutam para derrubar, por exemplo. Se de um lado há o preconceito contra crianças e adolescentes disponíveis para adoção e todos os estereótipos possíveis, do outro há o preconceito contra minorias sexuais em diversos aspectos da parentalidade (Ruiu & Gonano, 2020). As barreiras às minorias sexuais no acesso a parentalidade se dão, então, através das legislações que excluem, da crença religiosa, do posicionamento político e do tradicionalismo/conservadorismo que se mostram rígidas para entender parentalidades não heteronormativas (Costa & Salinas-Quiroz, 2018).

Assim, países mais conservadores e tradicionais, tanto no campo religioso quanto político apresentam maiores barreiras à união civil e, portanto, ao reconhecimento das

minorias sexuais como pessoas capazes de constituir uma família (Ruiu & Gonano, 2020; Tate & Paterson, 2019). A literatura também aponta que há idade, sexo e perfil de crianças almejadas no processo de adoção e que esse perfil está intrinsecamente ligado ao preconceito contra a adoção, causando a dualidade em ter pretendentes e crianças e adolescentes, mas ainda assim estar aquém da efetividade da adoção (Brasil, 2022; Borges & Scorsolini-Comin, 2020).

No cenário brasileiro, a discussão sobre as diferentes possibilidades de família demarca as minorias sexuais como foco de diversos estudos (Cerqueira-Santos, 2020; Lira & Morais, 2016). O preconceito contra a diversidade sexual e a adoção por minorias sexuais torna-se um desses focos de discussão, tanto no campo de entendimento desse fenômeno (Freires et al., 2021; Santos, Araújo, Negreiros & Cerqueira-Santos, 2018; J. A. Silva, Souza & Fernandes-Eloi, 2017; Machin, 2016; Cerqueira-Santos & Santana, 2015) quanto no campo das questões legais implicadas (Rinaldi, 2019; Ximenes & Scorsolini-Comin, 2018; Cecílio & Scorsolini-Comin, 2016). Assim, a adoção tem se constituído em um campo profícuo de estudos, capaz de levar a reflexão sobre o modo como famílias compostas por minorias sexuais se constituem a partir dessa possibilidade.

Assim, há dois caminhos que devem ser investigados e que se entrecruzam: 1) o preconceito contra a adoção e aos adotados a partir de um perfil idealizado e inalcançável, por vezes; 2) o preconceito contra a diversidade sexual e a sua capacidade moral de estabelecer relação de cuidado parento-filial através da adoção. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo compreender as atitudes da população frente à adoção, e de maneira mais específica identificar variáveis significativamente associadas à concordância e discordância sobre a adoção homoparental.

Método

O presente estudo tratou-se de uma pesquisa quantitativa, com nível de aprofundamento exploratório do tipo survey. A amostra adotada foi por conveniência.

O estudo contou com os critérios de inclusão a participação de pessoas maiores de 18 anos e que residem na região Nordeste do Brasil. Foram excluídos os participantes que não se enquadram nesses critérios. A amostra final foi composta por 952 participantes representativos do perfil traçado e definida a partir da população média do Nordeste, grau de confiança e margem de erro.

A distribuição de participantes deste estudo aponta que 74,1% (*n* = 705) são mulheres, enquanto 25,0% (*n* = 238) são homens, 0,5% (*n* = 5) não binários e 0,3% (*n* = 3) outros. Com relação a orientação sexual, 78,9% (*n* = 751) se declaram heterossexuais, enquanto que 21,0% (*n* = 201) declararam-se não heterossexuais. A maioria da amostra é composta por pardos 48,7% (*n* = 464), seguido de brancos 33,6% (*n* = 320), há ainda pretos 13,6% (*n* = 129), amarelos 2,8% (*n* = 27), indígenas 0,5% (*n* = 5) e outros 0,7% (*n* = 7).

Com relação a orientação política, esquerda 53,6% (*n* = 510) e centro-esquerda 16,0% (*n* = 152) são a maioria da amostra, seguidos por centro 15,9% (*n* = 151), direita 8,9% (*n* = 85) e centro-direita 5,7% (*n* = 54). Quanto à religião, a maioria identifica-se como católica 44,2 % (*n* = 421), seguidos por pessoas sem religião 26,7% (n = 254), evangélicos 11,8% (*n* = 112), espíritas 9,0% (*n* = 86), protestantes 3,7% (*n* = 35), religião de matriz africana 2,6% (*n* = 25), outras 1,5% (n = 14) e ateus 0,5% (*n* = 5). Com relação ao status relacional predominou o status de solteiro 54,8% (*n* = 522), seguido das pessoas casadas e/ou que mora com alguém 37,4% (*n* = 356), há ainda separados/divorciados 3,8% (*n* = 36), namorando 2,8% (*n* = 27), viúvo 0,4% (*n* = 4), outro 0,7% (*n*= 7).

Foi utilizado um questionário de dados sociodemográficos com a proposta de identificar os seguintes dados: idade, gênero, orientação sexual, escolaridade, renda,

raça/cor, status relacional, tempo de relacionamento, composição familiar, religião, posicionamento político, cidade/estado onde reside. Também foram utilizados instrumentos padronizados pertinentes à discussão traçada até aqui e em consonância com o problema estabelecido para essa pesquisa:

(a) Escala de Atitudes Frente à Adoção (EAFA), utilizada como instrumento para avaliar as atitudes frente à adoção da população em geral, com 34 itens, composta por três fatores, divididos em aspectos comportamentais, cognitivos e afetivos, respectivamente: 1) disponibilidade em adotar que avalia a abertura do indivíduo para a adoção de uma criança, 2) riscos associados à adoção, responsável por avaliar o que as pessoas pensam sobre os riscos associados à adoção e a criança adotada, e 3) aspectos humanitários da adoção, que avalia a relação de afeto e estima no processo de adoção, divididos entre componentes cognitivos, afetivos e comportamentais, Escala Likert de 7 pontos ($\alpha = 0,70$) (Brasileiro, Fonsêca, Gouveia, Carvalo & Gouveia, 2017).

(b) Escala de Atitudes Frente à Homoparentalidade por Adoção – Reduzida (EAFHA-R), utilizada como instrumento para avaliar as atitudes frente a adoção homoparental, com 10 itens, composta por dois fatores: oposição a homoparentalidade por adoção e aceitação a homoparentalidade por adoção, tendo como foco a homoparentalidade e suas vivências, Escala Likert de 7 pontos ($\alpha = 0,93$) (Freires, 2015).

(c) Subescala de Tradicionalismo, utilizada como instrumento para avaliar o quão conservadoras as pessoas são, com 12 itens, compostas por fator único, Escala Likert de 5 pontos ($\alpha = 0,871$), esta compõe a Escala de Autoritarismo de Direita (EAD) (Villanova, DeSousa, Koller & Costa, 2018).

(d) Escala de Atitudes Frente à Homossexualidade, utilizada para avaliar homofobia, atitudes negativas em relação a homossexualidade ou preconceito contra

diversidade sexual, com7 itens, composta por dois fatores: atitudes distais e atitudes proximais e Escala Likert de 7 pontos, (α = 0,881) (Ramos & Cerqueira-Santos, 2021).

A pesquisa foi organizada e submetida a plataforma online QuestionPro, logo em seguida os pesquisadores recrutaram os participantes através de e-mails adquiridos a partir de pesquisa junto às universidades, ONG's e instituições de maneira geral que pudessem colaborar com a pesquisa e alguns meios de comunicação não oficiais como WhatsApp, Instagram e Facebook. Os dados foram coletados entre fevereiro e março de 2021.

O acesso à pesquisa foi liberado a partir da leitura do termo de consentimento livre e esclarecido e concordância com o mesmo. Ao final houve a possibilidade de o participante disponibilizar e-mail para encaminhamento dos resultados da pesquisa. Ainda nisso, também foi disponibilizado o contato eletrônico do pesquisador para quaisquer dúvidas anteriores ou posteriores à realização da pesquisa.

O estudo seguiu o que preconiza a resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde e foi autorizado pelo Comitê de Ética e Pesquisa de uma Universidade Federal de Sergipe a partir do parecer consubstanciado 1.023.441.

As análises estatísticas do estudo foram desenvolvidas através do software SPSS, versão 23. Foram realizadas análises descritivas (levantamento de frequências, médias e desvios-padrão). Além disso, foram realizadas análises bivariadas e multivariadas utilizando testes como ANOVA e Teste t, se concentrando na comparação de grupos a partir das medidas presentes no estudo, como disponibilidade em adotar, riscos associados à adoção, aspectos humanitários da adoção, aceitação e oposição à adoção homoparental, tradicionalismo e homofobia.

Resultados

Nas análises realizadas foi possível perceber que os testes t e ANOVAS ajudaram a evidenciar o modo como determinadas variáveis se comportaram a partir das medidas

propostas (disponibilidade em adotar, riscos associados à adoção, aspectos humanitários da adoção, aceitação e oposição à adoção homoparental, tradicionalismo e homofobia), conforme demonstram as Tabelas 1 e 2.

É necessário destacar que no variável posicionamento político, há diferença significativa entre esquerda e direita, tanto na medida de riscos associados à adoção (p = <0,01) como na medida de aspectos humanitários da adoção (p = <0,01). Ainda nisso, na medida aceitação à adoção, a esquerda se diferencia do centro e da direita (p = <0,001), enquanto que na medida de oposição à adoção, a esquerda se diferencia do centro (p = <0,001). Na variável homofobia, a esquerda se diferencia significativamente da direita (p = <0,001) e na variável tradicionalismo, o centro se diferencia significativamente da direita (p = <0,001).

Tabela 1

Atitudes frente à adoção

Características		**Disponibilidade em adotar**		**Riscos associados à adoção**		**Aspectos humanitários da adoção**	
		M(DP)	**t/F**	**M(DP)**	**t/F**	**M(DP)**	**t/F**
Gênero	Feminino	37,47 (4,27)	1,679[d]	42,16 (5,52)	1,213[d]	40,59 (5,33)	0,207[a]
	Masculino	36,92 (4,66)		41,64 (6,28)		40,50 (5,74)	
Orientação sexual	Heterossexual	37,24 (4,40)	0,978[d]	41,78 (5,83)	2,380[c]	40,16 (5,52)	4,212[a]
	Não heterossexual	37,60 (4,42)		42,90 (5,23)		42,02 (4,81)	
Posicionamento político	Esquerda	37,43 (4,34)	0,660[d]	42,36 (5,51)	5,669[b]	40,94 (5,35)	5,608[b]
	Centro	37,07 (4,48)		41,82 (5,78)		39,79 (5,59)	
	Direita	37,08 (4,48)		0,59 (6,32)		39,54 (5,42)	
Status relacional	Solteiro(a)	37,16 (4,19)	1,003[d]	42,04 (5,75)	0,266[d]	40,70 (5,20)	10,84[d]
	Casado(a)/Mora com um(a) companheiro(a)	37,47 (4,68)		41,94 (5,71)		40,30 (5,73)	

A: <0,001; B: <0,01; C: <0,05; D: Não significativo.

Tabela 2

Atitudes frente a adoção homoparental e variáveis associadas

Características		Aceitação à adoção		Oposição à adoção		Tradicionalismo		Homofobia	
		M(DP)	t/F	M(DP)	t/F	M(DP)	t/F	M(DP)	t/F
Gênero	Feminino	5,83 (1,11)	0,82[d]	1,69 (0,99)	0,88[d]	2,08 (0,86)	3,40[b]	2,39 (1,41)	1,49[d]
	Masculino	5,90 (1,12)		1,63 (0,99)		1,87 (0,76)		2,23 (1,36)	
Orientação sexual	Heterossexual	5,71 (1,15)	9,99[a]	1,81 (1,02)	11,08[a]	2,17 (0,85)	14,60[a]	2,61 (1,41)	17,71[a]
	Não heterossexual	6,38 (0,71)		1,16 (0,60)		1,47 (0,49)		1,33 (0,68)	
Posicionamento político	Esquerda	6,05 (0,98)	42,06[a]	1,41 (0,75)	103,55[a]	1,80 (0,70)	95,60[a]	1,90 (1,13)	152,70[a]
	Centro	5,53 (1,14)		2,07 (1,03)		2,40 (0,86)		3,11 (1,37)	
	Direita	5,23 (1,33)		2,50 (1,79)		2,67 (0,92)		3,64 (1,42)	
Status relacional	Solteiro(a)	5,92 (1,08)	2,52[c]	1,55 (0,88)	3,80[a]	1,92 (0,80)	4,72[a]	2,10 (0,05)	6,17[a]
	Casado(a)/Mora com um(a) companheiro(a)	5,73 (1,14)		1,82 (1,07)		2,19 (0,85)		2,69 (0,07)	

Nota: A: <0,001; B: <0,01; C: <0,05; D: Não significativo.

Discussão

O principal objetivo deste estudo foi compreender as atitudes da população frente à adoção. Outro objetivo foi identificar variáveis significativamente associadas à concordância sobre a adoção homoparental. Os resultados apontam que as variáveis de gênero, orientação sexual, posicionamento político e status relacional se mostraram importantes para avaliar questões como os aspectos humanitários relacionados à adoção, riscos associados à adoção, aceitação e oposição à adoção homoparental, bem como tradicionalismo e homofobia nos grupos pesquisados.

Como primeiro objetivo desse trabalho, a compreensão das atitudes da população frente a adoção, contribui de modo significativo para delimitar como a amostra visualiza esse fenômeno atualmente. Assim, as atitudes podem ser aqui representadas como abertura ou não para a adoção, bem como a compreensão que se tem sobre o fenômeno e o quanto isso impacta nas variáveis de disponibilidade em adotar, nos riscos associados a adoção e também nos aspectos humanitários a adoção.

As atitudes frente a adoção podem envolver aspectos de ordem cognitiva, afetiva e comportamental (Brasileiro et al., 2017). No cenário deste estudo o fator disponibilidade em adotar, que integra a Escala de Atitudes Frente à Adoção – EAFA, não apresentou diferença significativa para nenhum dos grupos pesquisados. Esse fator tem um peso importante no constructo estudado, tendo em vista a dimensão comportamental que ele avalia, a saber: a abertura das pessoas à adoção e a disponibilidade em adotar.

Para pensar as implicações práticas desse resultado é importante observar aspectos sociodemográficos da amostra como faixa etária (com média de 30,83), escolaridade (45% concentrada no ensino superior) e a residência (42,3% morando na capital). Esses dados contribuem para traçar um perfil da amostra, que coloca os mais jovens, com maior acesso à educação e tecnologias como vetores de novas percepções sobre fenômenos complexos como

a adoção e que tem se mostrado como principais participantes dos estudos acadêmicos (Gaspodini & Falcke, 2019). Assim, torna-se importante discutir que a abertura em adotar perpassa pela compreensão do que seja adoção, que em um cenário brasileiro é associada ao altruísmo, por exemplo, e que a parentalidade por adoção se impõe como uma realidade quando já se tem o desejo buscando supri-lo pela conjuntura de impossibilidades psicológicas ou biológicas (Reppold & Hutz, 2003). Assim, os aspectos de desejabilidade social relacionados à adoção, bem como o acesso à informação podem ser fatores importantes no fator comportamental, que colocam em evidência maior disponibilidade em adotar.

O fator aspectos humanitários da adoção que representa o componente afetivo da EAFA apresenta dados estatisticamente significativos, mas que devem ser observados com moderação. Inicialmente a variável gênero se mostra presente no fator dos aspectos humanitários da adoção, onde mulheres se mostram com mais aspectos humanitários relacionados à adoção, no entanto, apesar de apresentar significância, o dado pode ser discutido estatisticamente, tendo em vista que a diferença das médias entre os grupos não se mostra tão relevante. Ainda assim, é inegável as relevantes discussões acerca do papel da mulher na sociedade, principalmente enquanto mãe, pois ela se encaixa em um estereótipo de passividade, emotividade e afetividade sendo por vezes eleita como principal personagem no desenvolvimento dos cuidados parentais (Verza, Sattler & Strey, 2015). Tal demanda, a priori, parece ser discrepante ao tradicionalismo apresentado pelo mesmo grupo feminino na pesquisa, no entanto, o fator dos aspectos humanitários é caracterizado pela benevolência, filantropia (aspecto amplamente associado a valores religiosos) e caridade, pontos importantes na tomada de decisão de mulheres pela adoção.

A ideia de que mulheres se mostram mais sensibilizadas pela adoção corrobora questões como os estereótipos dos cuidados parentais e de gênero e a estrutura patriarcal presente na sociedade. Se hoje é discutida a possibilidade de construção do cuidado parental igualitário

(Santos, Campana & Gomes, 2019), é necessário entender que a discussão sobre o gênero aponta ainda para a manutenção de estereótipos e expectativas depositadas na figura feminina (Verza et al., 2015). Além disso, a cultura patriarcal normatiza a mulher como cuidadora oficial e responsável pelo desenvolvimento moral e intelectual dos filhos, tornando a figura materna um personagem central no desenvolvimento da parentalidade. Essa discussão se mostra presente inclusive nas teorias do desenvolvimento e apego, por exemplo, Winicott (1896-1971) desenvolve o conceito de mãe suficientemente boa, assim como Bowlby (1907-1990) apresenta a figura materna como personagem importante no desenvolvimento do vínculo mãe-bebê (Papalia & Feldman, 2013).

De maneira interseccional, a orientação sexual dos respondentes também foi uma variável significativamente importante na análise dos aspectos humanitários da adoção, sendo os não heterossexuais o grupo mais expressivo nesse processo. Há uma relação entre os aspectos levantados, tendo em vista que minorias sexuais, assim como mulheres, por vezes são colocadas em um papel de maior expressão das emoções e do afeto, o que corrobora o lugar dos aspectos humanitários ligados à adoção de benevolência, caridade e pena, por exemplo.

O fator dos riscos associados à adoção da EAFA foi associado aos não heterossexuais presentes na pesquisa, o que sugere maior preocupação com os aspectos de vulnerabilidade da adoção e a avaliação do processo. O componente cognitivo associado ao fator dos riscos pode ser um elemento explicativo desse cenário, tendo em vista a questão da orientação sexual como um marcador relevante nesse processo. A orientação sexual é apontada como um aspecto importante na construção da parentalidade adotiva, pois há mecanismos de exclusão e preconceito desse grupo que colocam em xeque a validade e capacidade de cuidado parental, concomitante a isso a adoção enquanto uma atitude planejada reflete a capacidade das pessoas em direcionarem desejos e intenções pela parentalidade, o que coloca em observação os riscos

que essa decisão requer (Lasio, Lampis, Spiga & Ferri, 2020; Park et al., 2020; Tate & Paterson, 2019).

De modo complementar o direcionamento de desejos e intenções pela parentalidade na vida de pessoas não heterossexuais podem ser mediados por diversas barreiras de acesso que podem ser caracterizadas pelas legislações, religião, posicionamento político etc. Assim, a discussão sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo representa um grande avanço (Costa & Nardi, 2015) e coloca em evidência a possibilidade jurídica de constituição de famílias - mesmo que antes já existissem – e consequentemente a adoção por casais do mesmo gênero. No entanto, as barreiras evidenciam o quanto os riscos associados à adoção podem ser mecanismos de ativação do componente cognitivo associado à adoção, principalmente para pessoas não heterossexuais. Essa discussão pode ser aprofundada a partir do preconceito como elemento mediador dessa limitação de ideação parental em minorias sexuais, pois quanto mais se apresentam experiências preconceituosas a respeito da vivência parental por minorias sexuais, também diminuem a ideia pela parentalidade (Park et al., 2020; Tate & Paterson, 2019).

As diferenças significativas das medidas de tradicionalismo e homofobia que diferenciam o grupo dos heterossexuais dos não heterossexuais evidenciam que os riscos associados à adoção que a população não heterossexual apresenta faz sentido, tendo em vista que vivenciar a orientação sexual a partir dessa perspectiva requer lidar com a homofobia e o tradicionalismo presentes na sociedade, elementos capazes de mediar o desejo e a intenção pela parentalidade adotiva.

De modo complementar a discussão sobre como grupos com posicionamentos políticos distintos veem a adoção, tanto nos riscos associados a adoção quanto nos aspectos humanitários relacionados a adoção, são corroborados os achados dos outros grupos (gênero, orientação sexual), e nessa situação a esquerda se diferencia significativamente da direita, apresentando maior média de riscos associados e aspectos humanitários também. Ao tratar desses resultados

é indispensável apontar as medidas de tradicionalismo e de homofobia presentes na amostra, onde a direita apresenta aspectos mais tradicionais e homofóbicos.

A onda conservadora da extrema direita que apresenta o discurso de proteção à família tradicional brasileira ganhou força nos últimos anos. Nesse sentido, a constituição de uma família por meio da adoção se mostra como algo que viola esse pensamento, porém em alguma medida é necessário discutir que a adoção na história da sociedade brasileira tem raízes bem fincadas nos grupos conservadores, que creditam esse processo a algo benevolente e filantrópico capaz de "salvar" a criança ou adolescente da pobreza, principalmente, sendo esse elemento mais importante que o afeto para considerar o pertencimento a uma família (Maux & Dutra, 2010; Paiva, 2004). Esse pensamento ajuda a compreender os dados deste estudo, principalmente no entendimento de que o posicionamento político é peça fundamental no modo como as pessoas compreendem a adoção, e mesmo que parte da amostra (pessoas com posicionamento político à direita) apresente menor característica de benevolência associada a adoção e menor preocupação com os riscos da adoção, não invalida os achados relacionados ao grupo de pessoas ligadas a esquerda e sua maior abertura a adoção e preocupação com o processo.

O fenômeno da adoção presente neste estudo suscita a discussão em torno da aceitação e oposição à adoção homoparental e nesse sentido torna-se impossível não estabelecer relação entre o tradicionalismo, o patriarcado e o preconceito contra a diversidade sexual citados anteriormente a essa discussão. A aceitação e oposição à adoção por minorias sexuais avaliada a partir dessa métrica aponta caminhos consolidados que evidenciam o quanto a família é uma instituição diversa em suas possibilidades, mas vista como tradicional em sua constituição patriarcal (Saffioti, 2004). Agregando a esse cenário a adoção para minorias sexuais se mostra possível, mesmo com todos os estereótipos presentes nesse fenômeno. O que provoca a distância entre heterossexuais e não heterossexuais na aceitação e oposição à adoção

homoparental são os preconceitos quanto a diversidade de famílias e a própria adoção, onde os não heterossexuais se mostram mais abertos tendo em vista sua própria identidade sexual.

As sociedades mais tradicionais demonstram maiores barreiras a constituição de famílias por casais do mesmo sexo (Scandurra et al., 2018). Em um estudo realizado sobre o conservadorismo, houve associação direta na aceitação de casais não heterossexuais, o que coloca em xeque a constituição de famílias de minorias sexuais (Cerqueira-Santos, Silva, Rodrigues, Santos & Araújo, 2017). Assim, pessoas conservadoras e mais tradicionais tendem a não aceitar a adoção de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo, e isso corrobora as informações desse estudo que aponta diferenças significativas entre os posicionamentos políticos no que se refere a aceitação, assim pessoas posicionadas à esquerda se mostram mais abertas a aceitar a adoção homoparental do que pessoas posicionadas a direita, corroborando os elementos de tradicionalismo e homofobia aqui já discutidos.

As crenças sobre a adoção são reguladas a partir de diversos marcadores e os grupos analisados nesse estudo se mostram essenciais para a compreensão desse fenômeno. A adoção homoparental aqui discutida, ao ser analisada pela perspectiva da orientação sexual, aponta exatamente para esses achados, onde heterossexuais apresentam menor aceitação e maior oposição a adoção homoparental, assim como maior tradicionalismo e homofobia. Assim, é possível apontar uma inter-relação entre os processos, reforçando que as variáveis em destaque são importantes para realizar essa leitura sobre adoção, mas também sobre homofobia e tradicionalismo.

Um ponto igualmente importante e que deve ser discutido trata-se do status relacional, ou seja, ser solteiro ou estar em um relacionamento também se mostrou uma variável importante para analisar a aceitação ou oposição a adoção homoparental. De modo complementar, o tradicionalismo e a homofobia também foram variáveis importantes a serem analisadas neste grupo. Assim, solteiros se mostram mais abertos a adoção homoparental, com menores índices

de tradicionalismo e homofobia. É importante salientar que a amostra se concentra em sua maioria em pessoas solteiras, tendo como idade média 30,83 anos e que moram em zona urbana (89,1%); essas informações são importantes para caracterizar a amostra, entendendo que o acesso à informação da população mais jovem e solteira se torna propícia para dirimir os estereótipos da adoção homoparental, de outro modo o perfil de participantes casados ou que moram com alguém se mostra mais tradicional e com menor abertura a adoção homoparental.

A discussão implementada até aqui não pode estar dissociada do contexto geográfico da amostra, a saber, o nordeste do Brasil. Esse dado mostra-se importante ao longo do estudo tendo em vista ser esse um mecanismo responsável pela visibilidade e entendimento de algumas questões suscitadas no estudo. Sabendo das dimensões geográficas do Brasil, as informações até aqui discutidas podem ser analisadas a partir de um contexto, conforme orienta Bronfenbrenner (1996) ao descrever o desenvolvimento bioecológico. Assim, o contexto aqui apresentado revela um perfil sobre as atitudes frente a adoção, bem como a aceitação e oposição a adoção homoparental em uma região que contempla estereótipos ditos positivos como povo trabalhador e alegre, mas também estereótipos negativos como o machismo e a violência. Nesse cenário, voltar o olhar para os aspectos sobre a adoção a partir do contexto nordestino também demonstra que é possível realizar inferências sobre a temática e ao mesmo tempo abrir discussões sobre os problemas aqui discutidos.

Sendo assim, a adoção homoparental quando colocada em xeque consegue apontar cenários distintos, separar grupos e apontar variáveis fortes que coadunam com sua aceitação ou oposição. Nesse sentido, os elementos aqui tratados demonstram que há crenças sobre a adoção e que há diferenças entre a adoção por pessoas homossexuais e heterossexuais. Os resultados do presente estudo levam a reflexão sobre algumas questões como por exemplo, a parentalidade adotiva estar associada a aspectos humanitários da adoção, tendo os grupos de mulheres e não heterossexuais como destaque, além disso, a oposição à adoção homoparental

tem como grupos mais expressivos participantes que se identificam como heterossexuais, casados ou que moram com alguém, posicionados politicamente à direita, com índices de tradicionalismo e homofobia significativos.

Considerações Finais

O presente artigo mostra a relevância do fenômeno adoção no cenário brasileiro, levando em consideração o seu processo histórico que é capaz de suscitar crenças amparadas na benevolência e filantropia, bem como nos aspectos de riscos que podem ser associados a esse processo também. No segundo caso, principalmente para participantes não heterossexuais. De modo complementar a adoção homoparental suscita um perfil muito específico de oposição (participantes heterossexuais, casados) e que vão ao encontro das variáveis de tradicionalismo e homofobia. Fica evidente ao longo do estudo a presença do conservadorismo e preconceito como elementos associados as atitudes frente a adoção e também a aceitação ou não da adoção homoparental.

Apesar dos achados aqui relatados esse estudo também apresenta algumas limitações: 1) a amostra se concentra numa faixa etária muito jovem, com nível de escolaridade alta e com concentração de moradia prioritariamente na zona urbana, 2) a amostra apresenta uma restrição quanto a região de coleta, sendo a região nordeste a escolhida, porém há maior concentração do estado de Sergipe, tendo em vista que os autores são desse estado, no entanto, todos os estados são representados, 3) apesar do número de participantes (n = 952) há uma disparidade de gênero na amostra, sendo que mulheres representam 74,1% e homens 25% na amostra. Tais limitações são pontos sensíveis a estudos futuros que possam colocar o foco sobre tais questões, a partir de métodos diferentes do que foi aplicado nesse estudo, bem com outras populações, com perfil sociodemográfico que aqui não tenha sido contemplado.

De outro modo, apesar das limitações, o estudo contribui para o delineamento de um panorama de como a adoção é pensada a partir da região Nordeste, região essa com suas

peculiaridades e estereótipos no imaginário social. Ainda nisso, os achados sobre aceitação e oposição a adoção homoparental reforçam a importância de discussão do tema, principalmente quando a oposição é reforçada a partir da identificação das variáveis de tradicionalismo e homofobia.

Referências

Biasuti, C. M., Nascimento, C. R. R., Gato, J., & Bortolozzo, M. L. (2022). Same-sex parenting in Brazil and Portugal: An integrative review. *Research, Society and Development*, *11*(16). http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38227

Borges, C. A. P., & Scorsolini-Comin, F. (2020). As adoções necessárias no contexto brasileiro: características, desafios e visibilidade. *Psico-USF, 25*(2), pp. 307-320. http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712020250209

Brasil (2022). *Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento*. Brasília: Conselho Nacional de justiça, CNJ.

Brasil (1990). Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990. Dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 27 de setembro de 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Brasileiro, T. C., Fonsêca, P. N., Gouveia, R. S. V., Carvalho, T. A., & Gouveia, V. V. (2017). Escala de atitudes frente à adoção: construção e validação. Psico, *48*(1), pp. 50-60. http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2017.1.24280

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*: *Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.

Cecílio, M. S. & Scorsolini-Comin, F. (2016). Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. *Psicologia: ciência e profissão, 36*(1), pp. 171-182, https://doi.org/10.1590/1982-3703003832015

Cerqueira-Santos, E. (2020). Família e diversidade sexual: relacionamentos homossexuais, conjugalidade e parentalidade. In M. L. M. Teodoro, & M. N. Baptista. (Orgs.). *Psicologia de Família*: teoria, avaliação e intervenção (pp. 135-143). Porto Alegre: Artmed.

Cerqueira-Santos, E., Silva, B. B., Rodrigues, H. S., Santos, L., & Araújo, L. F. (2017). Contato interpessoal com homossexuais e crenças sobre a adoção homoparental. *Subjetividades*, *17*(2), pp. 87-100. https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i2.5991

Cerqueira-Santos, E., & Santana, G. (2015). Adoção homoparental e preconceito: crenças de estudantes de direito e serviço social. *Temas em psicologia, 23*(4), pp. 873-885. *http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.4-06*

Costa, A. B., & Nardi, H. C. (2015). Homofobia e Preconceito contra Diversidade Sexual: Debate Conceitual. *Temas em Psicologia, 23*(3),715-726. *http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-15*

Costa, P. A., & Salinas-Quiroz, F. (2018): A Comparative Study of Attitudes Toward Same-Gender Parenting and Gay and Lesbian Rights in Portugal and in Mexico. *Journal of Homosexuality*, *66*(13), pp. 1909-1926. https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1519303

Freires, L. A., Loureto, G. D. L., Rezende, A. T., & Soares, A. K. S. (2021). Contrastando opiniões acerca da adoção de crianças por casais hétero e homossexuais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *41*(n.spe3), 1-14. https://doi.org/10.1590/1982-3703003216273

Freires, L. A. (2015). *Atitudes frente à homoparentalidade: uma explicação a partir de variáveis explícitas e implícitas*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, Brasil.

Friedman, S. L., & Chen, C. J. (2022). Same-sex Marriage Legalization and the Stigmas of LGBT Co-parenting in Taiwan. *Law & Social Inquiry* pp.1–29. http://doi.org/10.1017/lsi.2022.32

Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2019). Estudos psicológicos brasileiros sobre preconceito contra diversidade sexual e de gênero. *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, *10*(2), 59–79. https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n2p59

Lasio, D., Lampis, J., Spiga, R., & Serri, F. (2020). Lesbian and Gay Individual Parenting Desires in Heteronormative Contexts. *Europe's Journal of Psychology, 16*(2), 210–228 https://doi.org/10.5964/ejop.v16i2.1808.

Lira, A. N., & Morais, N. A. (2016). Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. *Temas em Psicologia, 16(*3), pp. 1051-1067. https://doi.org/10.9788/TP2016.3-14Pt

Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: (re)afirmando o seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade, 28*(2), pp. 350-359. https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p350

Maux, A. A. B.; Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e pesquisas em psicologia, 10*(2), pp. 359-372. Recuperado em 05 de janeiro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200005&lng=pt&tlng=pt

Paiva, L. D. (2004). *Adoção: Significados e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Papalia, D. E., Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: AMGH.

Park, N., Schmitz, R. M., & Slauson-Blevins, K. (2020). It Takes a Lot of Planning": Sexual Minority Young Adult Perceptions of Gay and Lesbian Parenthood. *Journal of Family Issues*. *41*(10), pp.1785-1809. https://doi.org/10.1177/0192513X20925508

Ramos, M. M., & Cerqueira-Santos, E. (2021). Escala de Atitudes frente a Homossexualidade (ATHO): construção e produção de evidências de validade. *Revista de Psicologia, 12*(1), pp. 127-140. https://doi.org/10.36517/revpsiufc.12.1.2021.10

Reppold, C. T., & Hutz, C. S. (2003). Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de psicologia*, 8(1), pp. 25-36. https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100004

Rinaldi, A. A. (2019). Adoção: políticas para a infância e juventude no Brasil? *Sexualidad, Salud y Sociedad*. (33), pp. 273-294. http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.13.a

Rosa, J. M., Melo, A. K., Boris, G. D. J. B., & Santos, M. A. (2015). Papéis Parentais em Casais Homoafetivos. *Psicologia: ciência e profissão*, *36*(1), pp. 210-223. https://doi.org/10.1590/1982-3703001132014

Ruiu, G., & Gonano, G. (2020). Religious Barriers to the Diffusion of Same-sex Civil Unions in Italy. *Population Research and Policy Review.* 39, pp. 1185–1203. https://doi.org/10.1007/s11113-020-09613-8

Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Santos, C. V. M., Campana, N. T. C., & Gomes, I. C. (2019). Cuidado parental igualitário: revisão de literatura e construção conceitual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *35*(e35311). https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35311

Santos, J. V. O., Araújo, L. F., Negreiros, F., & Cerqueira-Santos, E. (2018). Adoção de crianças por casais homossexuais: as representações sociais. *Temas em psicologia*, *26*(1), pp. 139-152. https://doi.org/10.9788/TP2018.1-06Pt

Scandurra, C., Bacchini, D., Esposito, C., Bochicchio, V., Valerio, P., & Amodeo, A. L., (2018). The Influence of Minority Stress, Gender, and Legalization of Civil Unions on Parenting

Desire and Intention in Lesbian Women and Gay Men: Implications for Social Policy and Clinical Practice. *Journal of GLBT Family Studies*. *15*(1), pp.76-100. https://doi.org/10.1080/1550428X.2017.1410460

Scorsolini-Comin, F., Morais N. A., & Cerqueira-Santos, E. (2022). Persistent issues for LGBTQ+ families. In N. A. Morais, F. Scorsolini-Comin, & E. Cerqueira-Santos. (2022). *Parenting and Couple Relationships Among LGBTQ+ People in Diverse Contexts*. pp. (1-6). 1. ed. Cham: Springer, 317p.

Silva, S., Silva, M. L. P., & Biasus, F. (2020). Adoção: uma análise assistemática da literatura científica brasileira. *Perspectiva,* 44(168), pp. 21-33. https://doi.org/10.31512/persp.v.44.n.168.2020.89.p.21-33.

Silva, J. A., Sousa, A. M. B. D., & Fernandes-Eloi, J. (2017). Homoparentalidade no contexto da adoção e das práticas parentais: uma revisão sistemática. *Pensando famílias, 21*(2), pp. 60-75. Recuperado em 07 de janeiro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200006&lng=pt&tlng=pt.

Tate, D. P., & Patterson, C. J. (2019). Desire for Parenthood in Context of Other Life Aspirations Among Lesbian, Gay, and Heterosexual Young Adults. *Front. Psychol.*, *10*(2679). https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02679

Veloso, L. F., Zamora, M. H. R. N., & Rocha-Coutinho, M. L. (2016). Crianças e adolescentes adotivos: como são vistos pela escola?. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 68*(2),5-20. Recuperado em 09 de janeiro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000200002&lng=pt&tlng=pt

Verza, F., Sattler, M. K., & Strey, M. N. (2015). Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando famílias, 19*(1), pp. 46-60. Recuperado em 09 de janeiro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100005&lng=pt&tlng=pt

Vilanova, F., DeSousa, D. A., Koller, S. H., & Costa, A. B. (2018). Adaptação Transcultural e Estrutura Fatorial da Versão Brasileira da Escala Right-Wing Authoritarianism. *Temas em Psicologia, 26*(3), pp. 1299-1316. http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.3-07Pt

CAPÍTULO III

Fontes, B. C., & Cerqueira-Santos, E. (no prelo). Julgamento para adoção monoparental por gênero e orientação sexual dos adotantes. *Revista Subjetividades*.

Julgamento para adoção monoparental por gênero e orientação sexual de adotantes

Judgment for single-parent adoption by gender and sexual orientation of adopters

Juicio para la adopción monoparental por género y orientación sexual de adoptantes

Le jugement vers l'adoption monoparentale par genre et orientation sexuelle des adoptants

Resumo

Esse estudo teve como objetivo comparar o julgamento dos participantes para adoção monoparental nos diferentes cenários por gênero e orientação sexual dos adotantes, e de outra forma identificar variáveis preditoras da aceitação à adoção monoparental. Realizou-se uma pesquisa quantitativa, exploratória (com desenho quase-experimental), com 952 participantes residentes na região Nordeste. Os participantes responderam a um questionário sociodemográfico, em seguida foram direcionados aleatoriamente a um dos quatro cenários com histórias acerca da adoção (mulher lésbica, homem heterossexual, mulher heterossexual e homem gay); por fim foram aplicadas medidas padronizadas sobre adoção, adoção homoparental, posicionamento político, tradicionalismo e homofobia. A análise dos dados encontrou relação estatisticamente significativa para a predição da aceitação à adoção monoparental nos cenários testados. Os resultados expressaram que os modelos não heterossexuais se mostram mais explicativos para a predição de julgamento, ao mesmo tempo em que a aceitação à adoção homoparental presente nos cenários ajuda a explicar a aceitação monoparental, pois elementos correlatos estão presentes em ambos os casos.

Palavras-chave: adoção monoparental; minorias sexuais; homofobia.

Abstract

This study aimed to compare participants' judgment for single-parent adoption in different settings by gender and sexual orientation of adopters and otherwise identify predictor variables of single-parent adoption acceptance. A quantitative, exploratory (quasi-experimental design) survey was conducted with 952 participants residing in the northeastern region of Brazil. Participants answered a sociodemographic questionnaire, then were randomly directed to one of four scenarios with stories about adoption (lesbian woman, heterosexual man, heterosexual woman, and gay man); finally, standardized measures about adoption, homoparental adoption, political positioning, traditionalism, and homophobia were applied. Data analysis found a statistically significant relationship for predicting acceptance of single-parent adoption in the tested scenarios. The results expressed that the non-heterosexual models prove to be more explanatory for the prediction of judgment, while the acceptance to homoparental adoption present in the scenarios helps to explain single-parent acceptance, as correlated elements are present in both cases.

Keywords: single-parent adoption; sexual minorities; homophobia.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo comparar el juicio de los participantes para adopción monoparental en los distintos escenarios por género y orientación sexual de los adoptantes y, por lo demás, identificar las variables predictoras de la aceptación a la adopción monoparental. Se realizó una investigación cuantitativa, exploratoria (con dibujo cuasiexperimental), con 952 participantes residentes en la región Nordeste. Los participantes respondieron a un cuestionario sociodemográfico, en seguida fueron asignados aleatoriamente a uno de los cuatro escenarios con historias acerca de la adopción (mujer lesbiana, hombre heterosexual, mujer heterosexual y hombre gay); finalmente se aplicaron medidas estandarizadas sobre la adopción, adopción homoparental, posicionamiento político, tradicionalismo y homofobia. El análisis de datos encontró relación estadísticamente significativa para la predicción de la aceptación a la

adopción monoparental en los escenarios probados. Los resultados presentaron que los modelos no heterosexuales son más explicativos para la predicción de juicios, en tanto que la aceptación a la adopción homoparental presente en los escenarios ayuda a explicar la aceptación monoparental, puesto que elementos correlacionados están presentes en ambos casos.

Palabras clave: adopción monoparental; minorías sexuales; homofobia.

Résumé

Cette étude a eu comme objectif comparer le jugement des participants vers l'adoption monoparentale dans les différents scénarios par genre et orientation sexuelle des adoptants et, d'autre façon, identifier les variables de prédiction de l'acceptation de l'adoption monoparental. Une recherche quantitative, et exploratoire (avec un concept quasi-expérimentale), a été realisé avec 952 participants résidents dans la région Nord-Est (Brésil). Les participants ont repondu un questionnaire socio-démographique, puis ils ont été dirigés au hasard vers un des quatre scénarios avec histoires sur l'adoption (femme lesbienne, homme hétérosexuel, femme hétérosexuelle, homme gay); par fin, des mesures standardisées ont été apliquées à propos de l'adoption, l'adoption homoparentale, positionnement politique, tradicionalisme et homophobie. L'analyse des données a trouvé un rapport statistiquement significatif pour la prédiction de l'acceptation de l'adoption monoparentale dans les scénarios testés. Les resultats ont exprimé que les modèles non-hétérosexuels se révèlent comme les plus explicatif pour la prédiction de jugement, en même temps que l'acceptation de l'adoption homoparentale présent dans les scénarios aide à expliquer l'acceptation monoparentale, car des éléments corrélées sont présents dans tous les deux cas.

Mots-clés: adoption monoparentale; minorités sexuelles; homophobie.

Introdução

A adoção é um fenômeno complexo, que envolve pensar sobre diversos aspectos, como o seu desenvolvimento, a história, os conceitos e as possibilidades de aplicabilidade no cenário brasileiro. O assunto tem exigido, cada vez mais, da comunidade científica novos estudos que contemplem as atualizações jurídicas e os mais recentes desdobramentos desse processo (Rinaldi, 2019).

Um elemento constituinte do estereótipo da adoção sempre foi a ideia de que esta só se materializa a partir de um casal, o que se fortaleceu ao longo do tempo através da concepção de família como algo cristalizado, estático e de base heterossexista (Venturi & Bokany, 2011; Webb et al., 2017; Freires et al., 2021; Silva et al., 2021). No entanto, é importante dizer que esse ponto de vista é uma falácia e que tanto a adoção quanto a ideia de família precisam ser reavaliadas a partir das novas possibilidades que se colocam na contemporaneidade (Cerqueira-Santos, 2020). A ideia de família que foge a norma hegemônica sempre vigorou, mesmo que em modelos não legalizados ou de pouca visibilidade.

A família monoparental se constituiu a partir da presença de um adulto que se nomeia como responsável familiar e com ao menos um filho, e esteve fortemente atrelada a partir das vivências do divórcio e da viuvez em sua trajetória (Biasutti et al., 2021). Sexo, gênero e orientação sexual não deveriam ser fatores de conflito na constituição desse modelo de família, no entanto o panorama não é esse. Homens e mulheres ainda ocupam lugares distintos nesse processo, de um lado mulheres são apresentadas como responsáveis pelo sucesso familiar e do outro homens vivenciam a parentalidade de modo desimplicado, o que provoca diferenças nessas vivências que implicam no cuidado parental. Assim, constituir uma família monoparental para homens e mulheres não parece uma tarefa fácil para ambos os lados, pois as assimetrias que são visualizadas através do gênero são ainda ampliadas a partir da orientação sexual (Bhering & Fontes, 2021).

Não há vedação legal para a adoção monoparental, pelo contrário, o Estatuto da Criança e do Adolescente garante a possibilidade de qualquer pessoa se candidatar ao processo (Brasil, 1990). No entanto, isso não garante a efetividade do processo. As barreiras são pensadas no campo das atitudes, o que coloca em discussão o modo como essas famílias são percebidas como legítimas ou não. De modo semelhante, a adoção homoparental (adoção por pessoas do mesmo sexo) carrega estereótipos e estigmas similares à adoção monoparental, capazes de se colocarem como uma barreira à adoção por minorias sexuais (Cerqueira-Santos & Santana, 2015).

Por muito tempo, a família monoparental esteve intimamente ligada ao contexto em que um dos genitores falecia ou a situações de abandono, incorporando posteriormente as situações de divórcio e mais recentemente a ideia de produção independente e a adoção. Esses pontos trazem a diversidade para essa modalidade parental e ajudam a explicar que a monoparentalidade se coloca como uma possibilidade na contemporaneidade (Benatti et al., 2021). As barreiras atitudinais que se estabelecem na monoparentalidade são reforçadas pela crença de que a família tem uma estrutura e ela é patriarcal e heteronormativa. No entanto, há, cotidianamente, tentativas de quebra desse padrão a partir das vivências, das experimentações e das discussões que as novas modalidades de famílias ganham na contemporaneidade. Desse modo, a orientação sexual também se coloca como um marcador importante, pois além das confusões entre gênero e orientação sexual, ainda são vistos como fatores agravantes os estereótipos de promiscuidade e de sexualidade exacerbada que caminham juntos com a população LGBTQIAP+ (Ximenes & Scorsolini-Comin, 2018).

Ao longo do tempo, a literatura científica tem se debruçado sobre esses processos, a adoção e as minorias sexuais (Di Batista et al., 2020; Gato et al., 2020; Ioverno et al., 2018; Webb et al., 2017). No entanto, torna-se urgente pensar como a monoparentalidade e a homoparentalidade podem se entrelaçar na discussão sobre as barreiras que se impõem ao

processo de adoção. Esses dois elementos parecem colocar em xeque a ideia de família patriarcal e com isso torna-se uma discussão que encontra resistências na sociedade, mesmo que do ponto de vista jurídico-legal já se tenha elementos de maior abertura e flexibilidade.

Os estudos sobre famílias monoparentais são recentes. Em uma revisão sistemática, Benatti et al. (2021) elegeram o período de 1980 a junho de 2017 como período temporal de busca, no entanto a primeira publicação só apareceu nos anos 2000. Temáticas como maternidade em famílias monoparentais, monoparentalidade como uma reorganização pós-divórcio, famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social e a monoparentalidade e as competências parentais formam os principais interesses em pesquisa.

Em outros estudos realizados no cenário brasileiro, a discussão sobre a monoparentalidade ganha alguns contornos de investigação. A assunção de tarefas parentais e a maior afetividade tem sido destacada em pais solteiros, o que tem produzido maior preconceito para pais solteiros, não sem exclusão das mães solteiras por opção (Campeol & Pereira, 2021; Lima & Feres-Carneiro, 2021; Santos et al., 2011). De outro modo, a relação com a rede social de apoio e o exercício de autoridade também tem sido investigados, sendo presente a ideia de que essa rede é fundamental para a materialização da monoparentalidade (Lima & Feres-Carneiro, 2022; Biasutti et al., 2021; Biasutti & Nascimento, 2021), em comum, esses estudos apresentam o método qualitativo como caminho para produção dos dados.

No cenário internacional as discussões têm sido travadas a partir da diferença entre as modalidades de família monoparental ou biparental. Golombok et al (2016) ao realizar estudo comparativo não localizou diferenças na qualidade parental entre os tipos de família, aponta inclusive que a monoparentalidade, por si só, não acarreta problemas psicológicos nas crianças. De outro modo, os pais solteiros podem apresentar maior estresse parental, principalmente quando a rede de apoio é menor (Carone et al., 2020; Van Gasse & Mortelmans, 2020). Os dados produzidos são referenciados a partir de estudos quantitativos.

A questão da monoparentalidade adotiva por minorias sexuais ainda se mostra incipiente, no entanto, a temática da homoparentalidade já percorreu um árduo caminho e ainda tem sido o centro de discussões na sociedade, que coloca em evidência o cuidado parental como algo visto com desconfiança, tendo em vista o arranjo familiar (Gato & Fontaine, 2014). O que a literatura tem demonstrado é que não há evidências de prejuízos a crianças e adolescentes que participam desse arranjo familiar, bem como não há nenhum tipo de vedação legal, no entanto, as barreiras atitudinais ainda se fazem presentes, e o preconceito tem se estabelecido como uma problemática ainda vigente (Cerqueira-Santos & Santana, 2015; Gato & Fontaine, 2014; Ximenes & Scorsolini-Comin, 2018).

Nesse sentido, parece importante dedicar algum tempo para discutir o modo como a monoparentalidade adotiva por minorias sexuais tem se constituído enquanto uma possibilidade real para as pessoas ou não. E ainda nisso, o quanto pessoas expressam preconceito a esse arranjo parental a partir do cuidado dispensado aos filhos. Assim, um dos objetivos deste artigo é comparar o julgamento dos participantes para adoção monoparental nos diferentes cenários por gênero e orientação sexual dos adotantes, e de outra forma identificar variáveis preditoras da aceitação à adoção monoparental.

Método

Este é um estudo caráter quantitativo e o nível de aprofundamento é exploratório (desenho quasi-experimental). Foram aplicados formulários, de modo online, para participantes da região Nordeste do Brasil.

Participantes

O estudo contou com a participação de pessoas maiores de 18 anos, com diferentes perfis sociodemográficos, incluindo aqui a especificidade de pessoas que residissem no Nordeste do Brasil. Com base no critério item/sujeito, a amostra deveria alcançar minimamente

666 participantes, podendo extrapolar essa quantidade. Ao final a amostra foi composta por 952 participantes, representando o perfil traçado e definida pela média de população do Nordeste, grau de confiança (99%) e margem de erro (5%).

Instrumentos

Os instrumentos utilizados nesse estudo foram selecionados a partir dos objetivos propostos e da problemática instaurada. Foi utilizado um questionário de dados sociodemográficos com a proposta de identificar os seguintes dados: idade, gênero, orientação sexual, escolaridade, renda, raça/cor, status relacional, tempo de relacionamento, composição familiar, religião, posicionamento político, cidade/estado onde reside etc. Além dele, incorporaram-se os seguintes instrumentos:

(a) Cenários: A proposta de cenários foi baseada em estudo de Cerqueira-Santos et al. (2017). Os participantes foram direcionados aleatoriamente a um dos quatro cenários propostos neste estudo. Os cenários contaram a mesma história sobre a adoção monoparental e a vivência familiar, no entanto, foram alterados os protagonistas da história a partir do gênero e da orientação sexual. Assim, em um cenário, a história teve como personagem uma mulher lésbica que adotou uma criança, em outro uma mulher heterossexual, bem como no outro um homem gay e ainda em outro um homem heterossexual. Foram realizadas perguntas de concordância e discordância acerca do processo de adoção: 1) "Considera que a 'Pessoa A' será boa/bom mãe/pai?, 2) "Pensa que se a 'Pessoa A' adotar, a criança poderá estar em risco de problemas emocionais?", 3) "Pensa que se a 'Pessoa A' adotar, a criança poderá ser gozada ou rejeitada pelos colegas na escola?", 4) "Considera a 'Pessoa A' boa candidata (ou candidato) a adotar uma criança?. Além disso, observaram-se as impressões sobre a possibilidade de adoção por cada personagem e sobre o sexo da criança. A partir disso, foram calculados os índices de aceitação à adoção monoparental para cada cenário, utilizando-se as questões 3, 4 e 6.

(b) Escala de Atitudes Frente à Adoção (EAFA), que avalia as atitudes frente à adoção da população em geral, tem 34 itens, composta por três fatores, divididos em aspectos comportamentais, cognitivos e afetivos, respectivamente: 1) disponibilidade em adotar, capaz de avaliar a abertura do indivíduo para a adoção de uma criança, 2) riscos associados à adoção, que avalia o que as pessoas pensam sobre os riscos associados à adoção e à criança adotada, e 3) aspectos humanitários da adoção, responsável por avaliar a relação de afeto e estima no processo de adoção, divididos entre componentes cognitivos, afetivos e comportamentais, Escala Likert de 7 pontos ($\alpha = 0,70$) (Brasileiro et al., 2017).

(c) Escala de Atitudes Frente à Homoparentalidade por Adoção – Reduzida (EAFHA-R), avalia as atitudes frente a adoção homoparental, com 10 itens, composta por dois fatores: oposição à homoparentalidade por adoção e aceitação à homoparentalidade por adoção, tendo como foco a homoparentalidade e suas vivências, Escala Likert de 7 pontos ($\alpha = 0,93$), (Freires, 2015).

(d) Subescala de Tradicionalismo, avalia o quão conservadoras são as pessoas, com 12 itens, composta por fator único, Escala Likert de 5 pontos ($\alpha = 0,871$), esta compõe a Escala de Autoritarismo de Direita (EAD) (Villanova et al., 2018).

(e) Escala de Atitudes Frente à Homossexualidade, avalia a homofobia, as atitudes negativas em relação à homossexualidade ou o preconceito contra diversidade sexual, com 7 itens, composta por dois fatores: atitudes distais e atitudes proximais e Escala Likert de 7 pontos, ($\alpha = 0,881$) (Ramos & Cerqueira-Santos, 2021).

Procedimentos e aspectos éticos

Inicialmente os instrumentos foram organizados e disponibilizados em uma plataforma online *QuestionPro*, em seguida realizou-se o recrutamento dos participantes, utilizando recursos como e-mails adquiridos a partir de pesquisa junto às universidades, ONG's, demais instituições e à sociedade civil de maneira geral, com foco na colaboração da pesquisa, ainda

nisso, meios de comunicação não oficiais e digitais como *WhatsApp, Instagram e Facebook* também foram acionados. A coleta foi realizada entre fevereiro e março de 2021.

A partir do acesso ao endereço eletrônico da pesquisa, os participantes eram levados à leitura do termo de consentimento livre e esclarecido e ao final decidiam por aceitar ou não. Um dos últimos dados coletados, de maneira opcional, eram os e-mails dos participantes com a finalidade de compartilhar os resultados da pesquisa. Em contrapartida, foi disponibilizado o contato eletrônico do pesquisador para dúvidas, sugestões e qualquer questão posterior à realização da pesquisa.

O estudo seguiu o que preconiza a resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde e foi autorizado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe a partir do parecer consubstanciado 1.023.441.

Análise dos dados

As análises estatísticas do estudo foram desenvolvidas através do *software* SPSS, versão 23. Foram realizadas análises descritivas (levantamento de frequências, médias e desvios-padrão). Além disso, foram realizadas análises bivariadas utilizando testes como ANOVA e Teste t, concentrando-se na comparação por gênero e orientação sexual em cada pergunta de concordância aos cenários. De outro modo, foram realizadas quatro regressões lineares com vistas à testagem da variável dependente de aceitação à adoção.

Resultados

A distribuição de participantes deste estudo aponta que 74,1% (n = 705) são mulheres, enquanto 25,0% (n = 238) são homens, 0,5% (n = 5) não binários e 0,3% (n = 3) outros. Com relação à orientação sexual, tem-se que 78,9% (n = 751) se declaram heterossexuais, enquanto que 21,0% (n = 201) declararam-se não heterossexuais. A maioria da amostra é composta por pardos 48,7% (n = 464), seguido de brancos 33,6% (n = 320), há ainda pretos 13,6% (n = 129), amarelos 2,8% (n = 27), indígenas 0,5% (n = 5) e outras 0,7% (n = 7).

Com relação à orientação política, tem-se que esquerda 53,6% (*n* = 510) e centro-esquerda 16,0% (*n* = 152) são a maioria da amostra, seguidos por centro 15,9% (*n* = 151), direita 8,9% (*n* = 85) e centro-direita 5,7% (*n* = 54). Quanto à religião, a maioria identifica-se como católica 44,2 % (*n* = 421), seguidos por pessoas sem religião 26,7% (n = 254), evangélicos 11,8% (*n* = 112), espíritas 9,0% (*n* = 86), protestantes 3,7% (*n* = 35), religião de matriz africana 2,6% (*n* = 25), outras 1,5% (n = 14) e ateus 0,5% (*n* = 5). Com relação ao status relacional, predominou o status de solteiro 54,8% (*n* = 522), seguido das pessoas casadas e/ou que moram com alguém 37,4% (*n* = 356), há ainda separados/divorciados 3,8% (*n* = 36), namorando 2,8% (*n* = 27), viúvo 0,4% (*n* = 4), outro 0,7% (*n*= 7). Além disso, outros dados foram acessados a partir das análises realizadas e colaboram para atingir os objetivos propostos nesse estudo. Esses dados estão organizados a partir de duas tabelas.

A primeira tabela apresenta os cenários propostos e as perguntas de concordância realizadas após a leitura da história por cada participante. Na questão 1 (chance em adotar uma criança), o cenário 4, gênero feminino *M*= 8,47(*DP*=2,25) e pessoas heterossexuais *M*=8,45 (*DP*=2,16), apresenta os dados mais significativos. Sobre a questão 2 (ser bom pai/mãe), cenário 1 *M*=4,42(*DP*=0,71), cenário 2 *M*=4,04(*DP*=0,74) e cenário 3 *M*=4,17(*DP*=0,73) apresentam os melhores resultados respectivamente para o gênero feminino. Ainda o cenário 2 apresentou *M*=4,25(*DP*=0,68) para pessoas não heterossexuais.

Já sobre a questão 3 (problemas emocionais), o cenário 1 apresentou melhor resultado para gênero masculino *M*=1,93(*DP*=0,85) e o cenário 2 para pessoas heterossexuais *M*=1,94(*DP*=0,89). A questão 4 (gozação ou rejeição pelos colegas da escola) apresentou *M*=2,16 (*DP*=0,88) para o gênero masculino. Já a questão 5 (Bom/boa candidato/a a adotar uma criança), no cenário 1 apresentou o gênero feminino *M*=4,62 (*DP*=0,64) e pessoas não heterossexuais *M*=4,79(*DP*=0,47); no cenário 2, M=4,45(DP=0,57) pessoas não heterossexuais

e no cenário 3 M=4,37(*DP*=0,73) o gênero feminino foram os dados mais significativos (Ver tabela 1).

Tabela 1

Cenários e perguntas de concordância sobre a adoção monoparental

Cenários e Medidas		Gênero dos participantes		Orientação sexual dos participantes	
		Feminino	**Masculino**	**Heterossexual**	**Não heterossexual**
Questão 1: Chance em adotar uma criança					
Cenário 1 – Mulher lésbica	***M (DP)***	8,49 (2,42)	8,75 (1,97)	8,53 (2,36)	8,58 (2,26)
	t		- 0,61[d]		-0,112[d]
Cenário 2 – Homem heterossexual	***M (DP)***	7,91 (2,65)	7,76 (2,82)	7,87 (2,61)	7,94 (3,18)
	t		0,43[d]		-0,180[d]
Cenário 3 – Mulher Heterossexual	***M (DP)***	8,61 (2,29)	8,34 (2,29)	8,62 (2,27)	8,20 (2,53)
	t		0,84[d]		1,135[d]
Cenário 4 – Homem gay	***M (DP)***	8,47 (2,25)	7,58 (2,27)	8,45 (2,16)	7,58 (2,64)
	t		2,24[c]		2,185[c]
Questão 2: Bom pai/mãe					
Cenário 1 – Mulher lésbica	***M (DP)***	4,42 (0,71)	4,13 (0,91)	4,31 (0,75)	4,53 (0,83)
	t		2,14[c]		-1,545[d]
Cenário 2 – Homem heterossexual	***M (DP)***	4,04 (0,74)	3,84 (0,86)	3,94 (0,77)	4,25 (0,68)
	t		1,47[c]		-2,668[b]
Cenário 3 – Mulher Heterossexual	***M (DP)***	4,17 (0,73)	3,88 (0,84)	4,06 (0,77)	4,16 (0,82)
	t		2,75[b]		-0,843[d]
Cenário 4 – Homem gay	***M (DP)***	4,37 (0,65)	4,19 (0,84)	4,32 (0,75)	4,29 (0,68)
	t		1,51[d]		0,238[d]
Questão 3: Problemas emocionais					
Cenário 1 – Mulher lésbica	***M (DP)***	1,64 (0,74)	1,93 (0,85)	1,74 (0,79)	1,50 (0,64)
	t		-2,07[c]		1,747[d]
Cenário 2 – Homem heterossexual	***M (DP)***	1,86 (0,87)	1,99 (0,95)	1,94 (0,89)	1,63 (0,87)
	t		-1,03[d]		2,342[c]
Cenário 3 – Mulher Heterossexual	***M (DP)***	2,00 (0,89)	2,20 (0,89)	2,06 (0,91)	2,06 (0,82)
	t		-1,61[d]		-0,019[d]
Cenário 4 – Homem gay	***M (DP)***	1,80 (0,79)	1,88 (0,95)	1,86 (0,90)	1,71 (0,71)
	t		-0,515[d]		1,038[d]
Questão 4: Gozação ou rejeição pelos colegas da escola					
Cenário 1 – Mulher lésbica	***M (DP)***	2,28 (0,90)	2,28 (0,87)	2,29 (0,92)	2,24 (0,82)
	t		0,06[d]		0,322[d]
Cenário 2 – Homem heterossexual	***M (DP)***	2,03 (0,87)	2,15 (0,87)	2,06 (0,88)	2,02 (0,81)
	t		-1,06[d]		0,273[d]

Cenário 3 – Mulher Heterossexual	***M (DP)***	1,89 (0,87)	2,16 (0,88)	2,00 (0,86)	1,90 (0,82)
	t		-2,26[c]		0,712[d]
Cenário 4 – Homem gay	***M (DP)***	2,49 (0,86)	2,69 (0,92)	2,48 (0,89)	2,65 (0,91)
	t		-1,324[d]		-1,087[d]
Questão 5: Bom/boa candidato/a a adotar uma criança					
Cenário 1 – Mulher lésbica	***M (DP)***	4,62 (0,64)	4,30 (0,88)	4,48 (0,75)	4,79 (0,47)
	t		2,52[b]		-0,309[b]
Cenário 2 – Homem heterossexual	***M (DP)***	4,15 (0,80)	4,00 (0,86)	4,06 (0,83)	4,45 (0,57)
	t		1,43[d]		-3,239[b]
Cenário 3 – Mulher Heterossexual	***M (DP)***	4,37 (0,73)	4,03 (0,87)	4,25 (0,79)	4,35 (0,75)
	t		3,19[b]		-0,781[d]
Cenário 4 – Homem gay	***M (DP)***	4,45 (0,75)	4,31 (0,94)	4,34 (0,85)	4,56 (0,71)
	t		0,998[d]		-1,590[d]

A: <0,001; B: <0,01; C: <0,05; D: Não significativo.

Em seguida apresentam-se os dados das regressões lineares realizadas e que apontam como variável dependente a aceitação à adoção monoparental a partir dos quatro cenários propostos nesse estudo (mulher lésbica, homem heterossexual, mulher heterossexual e homem gay). Como variáveis independentes, utilizaram-se as medidas: aceitação à adoção homoparental, oposição à adoção homoparental, aspectos humanitários à adoção, disposição em adotar, riscos associados à adoção, tradicionalismo, homofobia. Os modelos resultantes foram significativos para a aceitação à adoção monoparental em todos os casos.

O modelo relacionado à aceitação monoparental da mulher lésbica [F(6,771 0,189) = 35,913; p < 0,001; R = 0,692; $R^2_{ajustado}$ = 0,466] teve como variáveis independentes a aceitação à adoção homoparental, a homofobia e os aspectos humanitários à adoção. O modelo relacionado à aceitação monoparental do homem heterossexual [F(4,334 0,379) = 11,432; p < 0,001; R = 0,309; $R^2_{ajustado}$ = 0,087] apresentou como variáveis independentes a oposição à adoção homoparental e à disposição em adotar.

O modelo relacionado à aceitação monoparental da mulher heterossexual [F(6,413 0,350) = 18,331; p < 0,001; R = 0,533; $R^2_{ajustado}$ = 0,268] apresentou como variáveis independentes a aceitação à adoção homoparental, oposição à adoção homoparental, disposição

em adotar e aspectos humanitários à adoção. O modelo relacionado à aceitação monoparental do homem gay [$F(10{,}011\ 0{,}258) = 38{,}769$; $p < 0{,}001$; $R = 0{,}682$; $R^2_{\text{ajustado}} = 0{,}453$] apresentou como variáveis independentes a aceitação à adoção homoparental, oposição à adoção homoparental e aspectos humanitários à adoção (Ver tabela 2).

Tabela 2

Regressão linear – índice de aceitação a adoção monoparental

		Regressão linear				
Variável dependente	Variáveis independentes	*B*	*Erro Padrão*	*β*	*t*	*p*
Índice de aceitação à adoção monoparental – mulher lésbica	Aceitação à adoção homoparental	0,205	0,051	0,356	3,984	0,000
	Homofobia	-0,149	0,045	-0,296	-3,333	0,001
	Aspectos humanitários à adoção	0,024	0,009	0,194	2,680	0,008
Índice de aceitação à adoção monoparental – homem heterossexual	Oposição à adoção homoparental	-0,172	0,046	-0,245	-3,721	0,000
	Disposição em adotar	0,023	0,010	0,151	2,297	0,023
Índice de aceitação à adoção monoparental – mulher heterossexual	Aceitação à adoção homoparental	0,088	0,049	0,147	1,793	0,075
	Oposição à adoção homoparental	-0,143	0,057	-0,205	-2,499	0,013
	Disposição em adotar	0,025	0,012	0,169	1,999	0,047
	Aspectos humanitários à adoção	0,026	0,011	0,215	2,422	0,016
Índice de aceitação a adoção monoparental – homem gay	Aceitação à adoção homoparental	0,177	0,061	0,262	2,901	0,004
	Oposição à adoção homoparental	-0,324	0,077	-0,376	-4,186	0,000
	Aspectos humanitários à adoção	0,027	0,010	0,182	2,650	0,009

Discussão

Os objetivos desse estudo foram comparar o julgamento dos participantes para adoção monoparental nos diferentes cenários por gênero e orientação sexual dos adotantes e identificar variáveis preditoras da aceitação à adoção monoparental. O fenômeno da adoção levantou diversas discussões ao longo do tempo, principalmente relacionada ao contexto homoparental. O que se debate nesse campo é a legitimidade dessa configuração familiar ao mesmo tempo em que se questiona o lugar do preconceito contra a diversidade sexual como forte elemento a compor uma barreira de acesso à parentalidade por esses grupos.

O cenário pode ser agravado a partir da discussão em torno da adoção monoparental por pessoas não heterossexuais, pois é possível vivenciar vários estigmas nessa configuração: o processo de adoção, a orientação sexual e ainda a escolha por vivenciar a parentalidade de maneira solo. Todas essas características têm sido foco de diversas pesquisas ao longo do tempo e estas colaboram para o fortalecimento da ideia de que essas variáveis são importantes para a leitura desse fenômeno (Bhering & Fontes, 2021; Biasutti & Nascimento, 2021; Lira & Morais, 2016; Porta et al., 2019; Santos et al., 2011; Tate & Paterson, 2019; Xavier et al., 2020).

Os dados tratados nesse estudo revelam que há diversas relações estabelecidas entre gênero e orientação sexual na produção do julgamento dos participantes sobre os cenários disponíveis. Em destaque mulheres e pessoas heterossexuais veem o cenário do personagem homem gay como aquele que apresenta mais chances em adotar uma criança. Esse resultado pode ser pelo fato de que há uma ideia benevolente que cerca grupos minoritários, fazendo com que em alguns momentos a norma social se torne mais forte, o que pode abrir espaço para a ideia de preconceito sutil ou moderno (Rezende et al., 2019). De modo similar, há a ideia de desejabilidade social que opera cotidianamente e

coloca grupos minoritários como pessoas que obrigatoriamente se deve interagir e demonstrar simpatia, de maneira politicamente correta. Há ainda a possibilidade de que a história do homem gay tenha chamado atenção pelo fato dessa minoria ter maiores dificuldades à paternidade biológica, o que torna mais lógico pensar a paternidade adotiva como algo mais próximo.

A monoparentalidade adotiva por homens ainda é uma prática vista com maior resistência, talvez pelo papel do cuidado ser sempre atrelado à mulher na sociedade (Santos et al. 2011). Pensar esse processo a partir do homem gay se torna ainda mais complexo, tendo em vista o duplo estigma – ser o homem cuidador e não heterossexual - , no entanto, algumas compensações podem ser possíveis, como a ideia de que o homem gay esteja mais próximo do lugar feminino, o que lhe concederia habilitação maior ao cuidado (Campeol & Pereira, 2021). Nessa situação há uma inclusão perversa, na qual a aceitação do homem gay com maiores chances em adotar talvez se deva pela imagem estereotipada, rodeada de preconceitos e ideias benevolentes.

Assim, a discussão de quem se torna bom pai ou boa mãe precisa ser analisada também a partir dos conceitos de gênero e de orientação sexual. Quando pessoas não heterossexuais veem no cenário do homem heterossexual a representação positiva de que será um bom pai, torna-se necessário pensar sobre o que sustenta essa relação, e a heteronormatividade pode ser um caminho para essa reflexão. Por que homens heterossexuais seriam vistos por pessoas não heterossexuais como bons pais? A métrica de um padrão a ser assumido por pessoas não heterossexuais perpassa em algum momento pelo espelhamento em um padrão heteronormativo, que traz sofrimento e questiona o lugar de não adequação a esse padrão (Costa & Nardi, 2015).

Ao discutir sobre heteronormatividade é possível pensar sobre uma heterossexualização compulsória que se faz presente também na parentalidade. Perceber

que o padrão de busca por bons pais ou boas mães pode estar atrelado a padrões heteronormativos ajuda a entender o modo como se estruturam as vivências da parentalidade não heterossexual, marcada pelas referências heterossexuais e que podem causar sofrimento pela busca de atender ao padrão (Silva et al., 2017). No entanto, torna-se importante ressaltar que os papeis de gênero ainda são predominantes para referências de papéis parentais e têm se estabelecido como uma métrica para a análise da parentalidade adotiva por pessoas não heterossexuais (Carneiro et al., 2017; Fonseca & Lomando, 2019).

Nesse cenário, a parentalidade adotiva monoparental pode enfrentar duplo estigma – adoção e monoparentalidade - e reforçar o lugar da heterossexualidade compulsória, principalmente para homens não heterossexuais, pois também são atravessados pelo recorte de gênero, sendo possível realizar uma leitura em que ao homem é delimitado um papel de menor capacidade de cuidado, de afetos e de vivenciar a parentalidade de maneira solo, o que também coloca em evidência a imagem de que pessoas não heterossexuais podem influenciar seus filhos na orientação sexual ou ainda que essas pessoas são hiper sexualizadas, colocando crianças e adolescentes em maior vulnerabilidade, o que não se sustenta na literatura científica (Carneiro et al., 2017; Ximenes & Scorsolini-Comin, 2018).

O sexismo também pode ser pensado como um elemento presente nessa discussão, principalmente pelas cristalizações de inferiorização tanto ao gênero feminino quanto masculino (Santos et al., 2022). De modo mais direcionado aos resultados desse estudo, o fato de homens acharem que crianças adotadas por uma mulher lésbica podem desenvolver problemas emocionais evidencia que, mesmo havendo um lugar de cuidado maternal reservado à mulher, há ainda para a mulher lésbica um lugar de preconceito e de inferiorização na capacidade de auxiliar no desenvolvimento de crianças. De outro modo,

heterossexuais veem o homem heterossexual como desprovido dessa capacidade de desenvolver cuidado tendo em vista que os achados são significativos para o desenvolvimento de problemas emocionais. Há nesses dados a costura a partir do sexismo que reforça os lugares distintos para homens e mulheres na sociedade. Se de um lado a mulher lésbica sofre pelo duplo estigma, do outro, o homem heterossexual também tem seu lugar questionado por parecer inferior no desenvolvimento da função parental e em ambos os casos se torna necessário refletir sobre o modo como esses papéis produzem sofrimento e exclusão.

Essa discussão se aprofunda a partir do juízo de que homens acham que filhos de uma mulher heterossexual podem sofrer gozação ou rejeição ao longo de sua vida, e isso é significativo. Essa questão pode refletir sobre como famílias monoparentais são vistas como incompletas e, mais ainda, que mulheres que são mães solo também são incompletas e não podem ser vistas como dependentes da figura masculina para que o desenvolvimento dos cuidados parentais seja eficaz ao ponto de não gerar traumas nas crianças. O preconceito opera nesse processo contribuindo para cristalizar espaços para homens e mulheres na sociedade, ao mesmo tempo em que também se questiona o lugar da família monoparental, sempre vista como incompleta, faltante e que, portanto, requer ajustes (Biasutti & Nascimento, 2021).

Mesmo como um lugar de experiências múltiplas e possíveis para qualquer pessoa, é necessário dizer que a parentalidade ainda é prioritariamente associada à mulher, aquela que exerce a maternidade incondicional e talvez por isso parte da amostra tenha se posicionado a favor da mulher lésbica como uma boa candidata à adoção. Mulheres e pessoas não heterossexuais endossam prioritariamente esse pensamento, o que contribui para refletir sobre a forma como as minorias podem se reconhecer e desenvolver estratégias positivas sobre grupos minoritários e estigmatizados.

Os cenários produzidos nesse estudo servem para ajudar a pensar sobre como a monoparentalidade é percebida atualmente, ou ainda, como ela é aceita no campo das atitudes. De modo complementar, gênero e orientação sexual são dois marcadores que têm importância para compreender modos de exercer a parentalidade, seja pela ótica de quem a vivencia ou ainda de quem a observa por outro ângulo. As regressões lineares foram de encontro a essa ideia: pensar como a questão da aceitação à adoção monoparental pode ser predita por alguns marcadores.

Os quatro cenários apresentaram variáveis independentes capazes de predizer a aceitação à adoção monoparental. Com dois cenários que apresentavam personagens heterossexuais e dois cenários com personagens não heterossexuais, é possível levantar algumas discussões. Inicialmente os modelos não heterossexuais se mostram mais explicativos da predição à aceitação da adoção monoparental; essa correlação pode ser explicada a partir da presença da adoção homoparental nos cenários, pois elementos correlatos estão presentes cognitivamente nas duas modalidades, adoção homoparental e monoparental, principalmente a ideia de que minorias sexuais são mais abertas a novas formas de parentalidade e de família, o que corrobora os achados (Carneiro et al., 2017; Tate & Paterson, 2019).

Ainda nisso, a homofobia se mostrou uma variável contrária à predição da adoção monoparental. Essa informação se conecta à ideia de que quanto mais preconceito contra a diversidade sexual existir, menor será a frequência na aceitação a na adoção monoparental, ou seja, mesmo quando das legislações brasileiras que garantem o direito à parentalidade adotiva para pessoas não heterossexuais, o preconceito produz dificuldade de aceitação, colaborando para estigmatização desse grupo no campo das atitudes (Costa & Nardi, 2015). De forma semelhante, os cenários com personagens heterossexuais apresentaram forte oposição à adoção homoparental como característica em comum, que

se colocam em direção contrária à predição. Esse movimento também se relaciona com o preconceito contra a diversidade sexual, o que pode significar maior dificuldade em aceitar a parentalidade adotiva de pessoas não heterossexuais.

No campo positivo, pessoas mais abertas à adoção homoparental, com disposição a adotar e com a presença de aspectos humanitários relacionados à adoção, se mostraram mais abertas à adoção monoparental. Sabe-se que a temática da adoção ainda carrega alguns mitos, dentre eles a ideia de uma família tida como tradicional como melhor cenário para que a criança adotada seja acolhida, no entanto, a maior flexibilidade a novos modelos de família demonstra que os participantes mais abertos à adoção também aceitariam o modelo de família monoparental.

Considerações finais

A monoparentalidade ainda é vista com resistências na assunção de um modelo de família que seja capaz de garantir vivências positivas para crianças e adolescentes. Questionam-se possíveis problemas na identidade da criança adotada por não vivenciar um modelo de família tradicional. Ao agregar os recortes de gênero e orientação sexual, a monoparentalidade se mostra um fenômeno ainda mais complexo, capaz de gerar discussão sobre as dificuldades nas vivências desse modelo de parentalidade.

O presente estudo demonstrou que esse modelo de família, quando analisado a partir das variáveis de gênero e orientação sexual, pode ajudar a explicar sexismo e preconceito contra a diversidade sexual, tendo em vista que os cenários presentes nesse estudo traziam essas especificidades. Assim, a temática da monoparentalidade ainda precisa de maior atenção, para que seja possível discutir as vivências e experiências possíveis nessa modalidade parental.

Apesar dos achados a respeito do sexismo e do preconceito contra a diversidade sexual em conexão com o fenômeno da monoparentalidade, esse estudo apresenta algumas limitações. Inicialmente o perfil dos participantes, principalmente a faixa etária, a localização geográfica e a escolaridade apontam para uma amostra jovem, urbana e com acesso ao ensino superior, o que demonstra possibilidade de maior acesso a informações e consequentemente isso pode impactar os resultados da amostra. Como ponto de atenção, sugere-se que novos estudos sejam realizados ampliando as regiões geográficas e com métodos mistos, que sejam capazes de discutir os resultados obtidos nesse estudo.

Referências

Benatti, A. P., Campeol, A. R., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). Famílias monoparentais: uma revisão sistemática de literatura. *Psicologia: ciência e profissão*, 41(n. spe3), pp. 1-14. https://doi.org/10.1590/1982-3703003209634

Bhering, L. S. & Fontes, M. B. (2021). Famílias monoparentais masculinas: escolhas e sentimentos construídos em torno da monoparentalidade. *Oikos: Família e Sociedade em Debate***,** 32(2), pp.1-17. https://doi.org/10.31423/oikos.v32i2.11088

Biasutti, C. M. & Nascimento, C. R. R. (2021). The adoption process in single-parent families. *J Hum Growth Dev*., 31(1) pp. 47-57. http://10.36311/jhgd.v31.10364

Biasutti, C. M., Nascimento, C. R., & Canal, C. P. (2021). Atividades Parentais na Família Monoparental Constituída pela Adoção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(1), 236-259. https://doi.org/10.12957/epp.2021.59384

Brasil (1990). Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990. Dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 27 de setembro de 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Brasileiro, T. C., Fonsêca, P. N., Gouveia, R. S. V., Carvalho, T. A., & Gouveia, V. V. (2017). Escala de atitudes frente à adoção: construção e validação. *Psico*, 48 (1), pp. 50-60.

Campeol, A. R., & Pereira, C. R. R. (2021). A paternidade em famílias monoparentais

masculinas: a perspectiva bioecológica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 73(1), pp. 121-136. https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2021v73i1p.121-136

Carneiro, F.A., Taske,r F., Salinas-Quiroz, F., Leal, I., & Costa, P. A. (2017). Are the Fathers Alright? A Systematic and Critical Review of Studies on Gay and Bisexual Fatherhood. *Front. Psychol*. 8(1636). http://10.3389/fpsyg.2017.01636

Carone, N., Baiocco, R., Lingiardi, V., & Barone, L. (2020). Gay and heterosexual single father families created by surrogacy: Father–child relationships, parenting quality, and children's psychological adjustment. *Sexuality Research and Social Policy*, *17*, pp. 711-728.

Cerqueira-Santos, E. (2020). Família e diversidade sexual: relacionamentos homossexuais, conjugalidade e parentalidade. In M. L. M, Teodoro & M. N. Baptista (Orgs.). *Psicologia de Família*: teoria, avaliação e intervenção (pp. 135-143). Porto Alegre: Artmed.

Cerqueira-Santos, E., Silva, B. B., Rodrigues, H. S., Santos, L., & Araújo, L. F. (2017). Contato interpessoal com homossexuais e crenças sobre a adoção homoparental. *Subjetividades,* 17(2), pp. 87-100. doi: 10.5020/23590777.rs.v17i2.5991.

Cerqueira-Santos, E., & Santana, G. (2015). Adoção homoparental e preconceito: crenças de estudantes de direito e serviço social. *Temas em Psicologia*, 23 (4), pp. 873-885. doi: 10.9788/TP2015.4-06

Costa, A. B., & Nardi, H. C. (2015). Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. *Temas em Psicologia*, 23(3), pp. 715-726. https://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-15

Di Battista, S., Paolini, D., & Pivetti, M. (2021). Attitudes Toward Same-Sex Parents: Examining the Antecedents of Parenting Ability Evaluation. *Journal of GLBT Family Studies,* 17(3), pp.273-291. http://10.1080/1550428X.2020.1835596

Fonseca, K. & Lomando, E. (2019). Parentalidade e adoção: um estudo comparativo de orientação sexual e práticas parentais. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 30(2), pp. 9-19. DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v30i2.294

Freires, L. A. (2015). Atitudes frente à homoparentalidade: uma explicação a partir de variáveis explícitas e implícitas. Tese de doutorado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, Brasil.

Freires, L. A., Loureto, G. D. L., Rezende, A. T., & Soares, A. K. S. (2021). Contrastando opiniões acerca da adoção de crianças por casais hétero e homossexuais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(n. spe.3), pp. 1-14. https://doi.org/10.1590/1982-3703003216273

Gato, J., Henriques, M. R. & Leal, D. (2020). Adoption by Lesbian Women and Gay Men: Perceived Challenges and Training Needs for Professionals in Portugal. *Adoption Quarterly*, 24(2), pp.152-175. http://10.1080/10926755.2020.1834044

Gato, J. & Fontaine, A. M. (2014). Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), pp. 312-322. https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200008

Golombok, S., Zadeh, S., Imrie, S., Smith, V., & Freeman, T. (2016). Single mothers by choice: Mother–child relationships and children's psychological adjustment. *Journal of Family Psychology*, *30*(4), 409. http://dx.doi.org/10.1037/fam0000188

Ioverno, S., Carone, N., Lingiardi, V., Nardelli, N., Pagone, P., Pistella, J., Salvati, M., Simonelli, A., & Baiocco, R. (2018). Assessing Prejudice Toward Two-Father Parenting and Two-Mother Parenting: The Beliefs on Same-Sex Parenting Scale *The Journal of Sex Research*, 55(4-5), pp. 654-665. http://10.1080/00224499.2017.1348460

Lima, S. J. P., & Féres-Carneiro, T. (2021). Experiência Subjetiva no Exercício da Monoparentalidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *21*(2), 709-729. Doi: http://10.12957/epp.2021.61065

Lima, S. J. P., & Féres-Carneiro, T. (2022). Monoparentalidade Voluntária: Autoridade e Rede Social na Construção do Vínculo. *Pensando Famílias*, *26*(1).

Lira, A. N. & Morais, N. A. (2016). Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. *Temas em Psicologia*, 24(3), pp. 1051-1067. https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.3-14Pt

Porta, D. D., Leão, F. E., Antoniazzi, M. P., & Siqueira, A. C. (2019). Vivências e expectativas de mulheres solteiras para adotar. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 35(e35nspe10), pp. 1-9. https://doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe10

Ramos, M. M., & Cerqueira-Santos, E. (2021). Escala de Atitudes frente a Homossexualidade (ATHO): construção e produção de evidências de validade. *Revista de Psicologia, 12*(1), pp. 127-140. https://doi.org/10.36517/revpsiufc.12.1.2021.10

Rezende, A. T., Soares, A. K. S., Gouveia, V. V., Ribeiro, M. G. C., & Cavalcanti, T. M. (2019). Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito frente a homoparentalidade. *Psico-USF*, 24(1), pp. 97-108. https://doi.org/10.1590/1413-82712019240108

Rinaldi, A. A. (2019). Adoção: políticas para a infância e juventude no Brasil? *Sexualidad, Salud y Sociedad*. (33), pp. 273-294. http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.13.a

Santos, E. K. S., Cerqueira-Santos, E., & Ramos, M. M. (2022). Evidências psicométricas do inventário de sexismo ambivalente (ISA) em uma amostra de adolescentes. *Revista Sulamericana de Psicologia*, 10(2), pp.39-57. DOI: 10.29344/2318650X.2.3365

Santos, C. P., Fonsêca, M. C. S. M., Fonsêca, C. M. S. M. S. & Dias, C. M. S. B. (2011). Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. *Psicologia: Teoria e Prática,* 13(2), pp. 89-102. (DOI AUSENTE)

Silva, J. A., Sousa, A. M. B. D., & Fernandes-Eloi, J. (2017). Homoparentalidade no contexto da adoção e das práticas parentais: uma revisão sistemática. *Pensando famílias*, 21(2), pp. 60-75. (DOI AUSENTE)

Silva, W. M., Tondim, C. F., & Queiroz, I. S. (2021). Experiências familiares de homens gays: cuidado e proteção como mecanismos de manutenção da heteronormatividade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(n. spe), pp. 1395-1415. http://doi:10.12957/epp.2021.63947

Tate, D.P. & Patterson, C.J. (2019). Desire for Parenthood in Context of Other Life Aspirations Among Lesbian, Gay, and Heterosexual Young Adults. *Front. Psychol*. 10(2679). https://10.3389/fpsyg.2019.02679

Van Gasse, D., & Mortelmans, D. (2020). With or without you–starting single-parent families: a qualitative study on how single parents by choice reorganise their lives to facilitate single parenthood from a life course perspective. *Journal of family issues*, *41*(11), 2223-2248. https://doi.org/10.1177/0192513X20911971

Venturi, G. B., & Bokany, V. (Orgs.). (2011). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Vilanova, F., DeSousa, D. A., Koller, S. H., & Costa, A. B. (2018). Adaptação Transcultural e Estrutura Fatorial da Versão Brasileira da Escala Right-Wing Authoritarianism. *Temas em Psicologia, 26*(3), pp. 1299-1316. http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.3-07Pt

Webb, S. N., Chonody, J. M., & Kavanagh, P. S. (2017). Attitudes Toward Same-Sex Parenting: An Effect of Gender. *Journal of Homosexuality*, 64(11), pp.1583-1595, http://10.1080/00918369.2016.1247540

Xavier, P., Alberto, I., & Mendes, F. (2020). Narratives about experiences and reflections around same-sex parenting: A Portuguese study. *Millenium*, 2(ed espec nº5), pp. 65-73. DOI: https://doi.org/10.29352/mill0205e.05.00291

Ximenes, F. & Scorsolini-Comin, F. (2018). Adoção por casais do mesmo sexo: relatos de psicólogos do judiciário. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(1), pp. 65-85. http://10.5433/2236-6407.2016v9n1p65

CAPÍTULO IV

(Texto submetido à Revista de Psicologia da Universidade Federal do Ceará)

Planos sobre a parentalidade e o desejo e intenção de ser pai/mãe: o estudo da parentalidade prospectiva

Parenting plans and the desire and intention to be a parent: the prospective parenting study

Resumo

Os planos para alcançar a parentalidade são atravessados por diversas variáveis na contemporaneidade. Dentre elas, o gênero e a orientação sexual têm se mostrado importantes para explicar o desejo e a intenção parental ao redor do mundo. O objetivo principal desse estudo foi investigar o efeito de variáveis psicossociais e do preconceito sexual na explicação do desejo de ter filhos e desejo/intenção pela parentalidade em pessoas solteiras de diferentes orientações sexuais. Foi desenvolvida uma pesquisa empírica com participação de 662 pessoas, da região Nordeste do Brasil. Foi aplicado questionário sociodemográfico, seguido das seguintes medidas: 1) Escala Multidimensional de Suporte Social Percebido, 2) Subescala de Tradicionalismo, 3) Escala de Atitudes Frente à Homossexualidade, 4) Escala de Religiosidade/Espiritualidade, 5) Escala Desejos de ter filhos, 6) Medida de desejos parentais, 7) Medida de intenção pela parentalidade. Os modelos de regressão testados foram satisfatórios para o grupo de pessoas heterossexuais, porém pouco satisfatórios para pessoas LGB's, o que sugere que os fatores psicossociais e as variáveis relacionadas ao preconceito sexual podem ter um impacto diferente sobre essas populações. Assim, as variáveis agrupadas nos modelos de regressão aqui propostos, não foram suficientes para explicar os desfechos, apesar dessas mesmas variáveis em análises bivariadas, oferecerem

correlações seguras que apontam diferenças nas médias de desejos e intenções a partir dos marcadores de suporte social percebido, religiosidade, escolaridade e idade.

Palavras-chave: parentalidade prospectiva; desejo parental; intenção parental**.**

Abstract

Plans to achieve parenthood are influenced by several variables in contemporary times. Among them, gender and sexual orientation have proven to be important in explaining parental desire and intention around the world. The main objective of this study was to investigate the effect of psychosocial variables and sexual prejudice in explaining the desire to have children and the desire/intention to parenthood in single people of different sexual orientations. An empirical study was conducted with the participation of 662 people from the Northeast region of Brazil. A sociodemographic questionnaire was applied, followed by the following measures: 1) Multidimensional Scale of Perceived Social Support, 2) Traditionalism Subscale, 3) Scale of Attitudes Towards Homosexuality, 4) Religiosity/Spirituality Scale, 5) Desires to Have Children Scale, 6) Measure of parental desires, 7) Measure of intention to parenthood. The regression models tested were satisfactory for the group of heterosexual people, but not very satisfactory for LGB people, which suggests that psychosocial factors and variables related to sexual prejudice may have a different impact on these populations. Thus, the variables grouped in the regression models proposed here were not sufficient to explain the outcomes, although these same variables in bivariate analyses offered reliable correlations that indicate differences in the means of desires and intentions based on markers of perceived social support, religiosity, education and age.

Keywords: prospective parenting; parental desire; parental intention.

Introdução

Os planos para alcançar a parentalidade são atravessados por diversas variáveis na contemporaneidade (Leal et al., 2021; Gato et al., 2020). Se, anteriormente, a relação entre sexo e procriação era indissociável, atualmente é possível desvincular essa relação direta, o que contribui para o debate acerca de uma maior autonomia dos corpos, liberdade sexual e múltiplas escolhas nos modos de vivenciar a parentalidade (Park et al., 2020; Costa & Salinas-Quiroz, 2018; Giddens, 1993).

Ao considerar o contexto de desenvolvimento dos indivíduos no Brasil, é importante destacar que não há simetria no acesso ao planejamento familiar entre homens e mulheres (Pedro et al., 2021; Dias et al, 2017; Sanches & Simão-Silva, 2016). Mesmo sendo uma política de Estado que conta com diversas frentes de atuação, o planejamento familiar ainda demanda maiores delineamentos para a população, pois não se trata apenas de controle da natalidade, mas também de conscientização sobre a fecundidade e a parentalidade. Nesse sentido, abre-se espaço para o diálogo acerca da necessidade de pensar o conceito de forma mais específica, como "planejamento da parentalidade" (Mozzaquatro & Arpini, 2017; Sanches & Simão-Silva, 2016; Scarparo & Ecker, 2015). Disponibilizada no Sistema Único de Saúde, essa política é relevante para refletir sobre o estabelecimento de diferentes formas de parentalidade – planejadas ou não planejadas. Neste trabalho, serão discutidas as maneiras como algumas parentalidades são planejadas.

É importante salientar que ter um plano sobre a parentalidade requer pensar as formas em como acessá-la e, neste sentido, a parentalidade biológica não se constitui como única possibilidade, principalmente por que na contemporaneidade as pessoas adiam os planos em detrimento de outros objetivos: estabilização financeira, relacional ou incerteza quanto ao desejo por se tornar pai ou mãe (Leal et al., 2021).

Toda essa discussão coloca em evidência a necessidade de debater a adoção como um dos caminhos de exercer a parentalidade e que está em consonância com os elementos citados anteriormente, fazendo com que também necessite de planejamento (Biasutti, 2016). Assim, a adoção se constitui como uma possibilidade de construir um plano de parentalidade que pode ser experienciado conjuntamente ou de maneira solo, bem como outros métodos (Biasutti, 2016; Da Silva et al., 2016).

As diversas configurações familiares são uma realidade desde muito tempo, porém têm recentemente tomado centralidade nos debates sobre família (Benatti et al., 2021). Famílias reconstituídas, homoparentais, monoparentais, adotivas são exemplos das famílias discutidas na contemporaneidade, que sempre existiram, porém sem maior visibilidade no cenário social e acadêmico (Santos, et al., 2018; Silva et al., 2017; Machin, 2016; Cerqueira-Santos & Santana, 2015). Em especial, a monoparentalidade tem sido uma modalidade pouco discutida, geralmente ficando à margem no debate sobre "novas" configurações familiares (Bhering & Fontes, 2021). Esse movimento não intencional revela a necessidade de maiores discussões sobre a diversidade familiar e, principalmente, sobre o que leva as pessoas solteiras a optarem ou não por acessar a parentalidade (Cerqueira-Santos, 2020; Park et al., 2020).

Estudos internacionais apontam para algumas variáveis importantes e que podem explicar como determinados grupos sociais compreendem o acesso à parentalidade, nos quais desejos e intenções parentais se colocam em destaque (Lasio et al, 2020; Tate & Patterson, 2019; Riskind & Patterson, 2010). Ao se falar no desejo, compreende-se como um ato cognitivo, rodeado de ideações que podem ou não levar a uma ação; já a intenção se configura como a ação propriamente dita, é a tomada de uma série de ações que levam a concretização daquilo que se deseja (Gato et al., 2020). Mas, o que regula então o desejo e a intenção de pessoas solteiras pela parentalidade na contemporaneidade?

A parentalidade por adoção é cercada por mitos que podem ser fatores reguladores dessa parentalidade (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2016; Paiva, 2004). Em algumas situações as ideias estereotipadas sobre adoção ganham maior visibilidade e podem atuar de maneira negativa na construção do desejo e intenção. Atribuições genéticas a questões comportamentais e a ideia de que crianças em acolhimento possuem problemas emocionais e comportamentais graves, são exemplos palpáveis (Zanardo et al., 2014). Na discussão sobre adoção por pessoas solteiras são colocados outros mitos, como por exemplo, a ideia de que a família não estará completa, ou ainda que a criança sentirá falta de uma figura de pai/mãe (Santos et al., 2011).

Além disso, algumas barreiras se estabelecem nesse campo, além da religião, suporte social e índices de homofobia podem ser fatores importantes nesse cenário (Gato et al., 2020; Ruiu & Gonano, 2020; Mellish et al., 2013). As barreiras religiosas fazem o processo de adoção se aproximar de um ato benevolente e filantrópico, ainda mais, a ideia de pais solteiros não é algo aceito pela maioria das religiões, sendo assim, é evitado, bem como também pretende legislar sobre a união civil por pessoas do mesmo sexo (Ruiu & Gonano, 2020), algo que se relaciona fortemente com o planejamento familiar e o consequente desejo e intenção pela parentalidade.

Outro ponto a ser destacado como uma barreira é o acesso ao suporte social/familiar, suficiente para vislumbrar a parentalidade por pais solteiros (Lasio & Serri, 2019). Ter com quem contar para as situações cotidianas e extraordinárias da parentalidade estão entre as principais preocupações de pessoas solteiras e por isso se constitui numa das barreiras de acesso a parentalidade (Park et al., 2016). Em grupos minoritários essa preocupação se fortalece duplamente, pelo estigma antecipado de rejeição (Gato et al., 2020). Por conta disso, a homofobia também é uma barreira de acesso a parentalidade, tanto para quem pertence as minorias, quanto para quem faz parte

do exogrupo. Vítimas e algozes também são atingidos pelo fenômeno, porém de maneiras diferentes. Se as minorias experienciam o estigma antecipado, bem como o preconceito sexual, os algozes se mostram menos tolerantes à diversidade, o que pode interferir nas vivências parentais de ambos (Ruiu & Gonano, 2020; Cerqueira-Santos & Santana, 2015).

Por conta disso, se torna essencial falar do preconceito sexual como um constructo importante na regulação do desejo e intenção parental. Quanto mais preconceituosas, as pessoas se mostram mais restritas a adoção solo e consequentemente a vivência da parentalidade (Bhering & Fontes, 2021; Lira & Morais, 2016). Assim, esse estudo tem como objetivo principal investigar o efeito de variáveis psicossociais e do preconceito sexual na explicação do desejo de ter filhos e desejo/intenção pela parentalidade em indivíduos de diferentes orientações sexuais.

De modo mais específico, se pretende: 1) Investigar diferenças nos níveis médios de desejo de ter filhos e desejo/intenção pela parentalidade entre participantes heterossexuais e não heterossexuais de diferentes gêneros; 2) Investigar como variáveis psicossociais comumente associadas com preconceito sexual se correlacionam com desejo de ter filhos e desejo/intenção pela parentalidade entre indivíduos heterossexuais e não heterossexuais; 3) Investigar o efeito das variáveis psicossociais: suporte social, escolaridade, renda, idade, tradicionalismo, conservadorismo político, religiosidade e preconceito sexual na explicação do desejo de ter filhos e do desejo/intenção pela parentalidade; 4) Investigar se o gênero e a orientação sexual são fatores explicativos do desejo de ter filhos e do desejo/intenção pela parentalidade, controlando as demais variáveis psicossociais incluídas nos modelos anteriores; 5) Investigar se a orientação sexual modera o efeito do preconceito sexual no desejo de ter filhos e no desejo/intenção pela parentalidade.

Método

Esse é um estudo de caráter quantitativo, o nível de aprofundamento é exploratório e descritivo e se caracteriza como um estudo transversal.

Participantes

Participaram desse estudo pessoas maiores de 18 anos de idade, que declararam não ter filhos, residentes na região nordeste do Brasil e que concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido proposto. A amostra foi selecionada por conveniência com base no critério item/sujeito que apresenta a quantidade de 15 participantes para cada item da maior escala, mas a expectativa foi ultrapassada, alcançando 662 participantes. O mecanismo de acesso aos participantes contatos do pesquisador e de indicações posteriores das pessoas que aceitaram participar.

Instrumentos

1) Questionário de dados sociodemográficos: A proposta desse estudo ressalta a necessidade de coletar as seguintes informações dos indivíduos: idade, gênero, orientação sexual, escolaridade, renda, raça/cor, status de relacionamento, tempo em que está na relação, composição familiar, religião, posicionamento político, cidade/estado onde reside etc.

2) Escala Multidimensional de Suporte Social Percebido (EMSSP), utilizada para investigar a percepção sobre o suporte social, com 12 itens, composta pelos fatores: família ($\alpha = 0,91$), amigos ($\alpha = 0,93$) e outros significantes ($\alpha = 0,90$), Escala Likert de 7 pontos (Gabardo-Martins, Ferreira & Valentini, 2017).

3) Subescala de Tradicionalismo, utilizada como instrumento para avaliar o quão conservador são as pessoas, com 12 itens, composta por fator único, Escala Likert de 5 pontos ($\alpha = 0,871$), esta compõe a Escala de Autoritarismo de Direita (EAD) (Villanova, DeSousa, Koller, & Costa, 2018).

4) Escala de Atitudes Frente à Homossexualidade, utilizada para avaliar homofobia, atitudes negativas em relação a homossexualidade ou preconceito contra diversidade sexual, com 7 itens composta por dois fatores: atitudes distais e atitudes proximais e Escala Likert de 7 pontos, (α = 0,881) (Ramos & Cerqueira-Santos, 2021).

5) Escala de Religiosidade/Espiritualidade, utilizada para medir a religiosidade/espiritualidade a partir dos aspectos de afiliação religiosa, práticas e crenças, com 9 itens, composta por fator único, Escala Likert de 5 pontos (α = 0,87) (Cerqueira-Santos et al., 2008).

6) Escala Desejos de ter filhos, utilizada para medir o desejo de ter filhos da população em geral, com 10 itens, composta por fator único, Escala Likert de 6 pontos. (Natividade, Londero-Santos, Carvalho, Mello, Machado & Feres-Carneiro, 2020).

7) Medida de desejos parentais é uma variável medida com recurso a um item retirado do estudo de Riskind e Patterson (2010) e que foram posteriormente acrescentados mais dois itens. A escala de Desejos Parentais (Gato, Leal, & Tasker, 2019) é assim composta pelos itens: (i) “Se fosse possível, gostaria de ter filhos”, (ii) “Imagino que serei pai ou mãe” e (iii) “Ser mãe ou pai é algo que desejo”. As opções de resposta são avaliadas com recurso a uma escala de resposta tipo Likert de 1 (definitivamente não) a 5 (definitivamente sim).

8) Medida de intenção parental é um instrumento para mensuração da intenção pela parentalidade e segue a seguinte estrutura: A instrução é a seguinte: Às vezes, o que as pessoas querem e o que pretendem são diferentes porque não são capazes de fazer o que querem. Olhando para o futuro: I) pretendo ter um filho em algum momento (item original de Riskind & Patterson, 2010), II) já decidi que vou ser pai, III) ter um filho faz parte dos meus planos futuros (os itens II e III são as propostas de Gato, Leal, Coimbra & Tasker, 2020). Para regular as opções de respostas os autores propõem uma escala tipo

Likert de 5 pontos, de 1 (definitivamente não) à 5 (definitivamente sim) (Gato, Leal, Coimbra & Tasker, 2020).

Coleta dos dados

O presente estudo foi coletado através de uma plataforma "Question pro" como espaço para produção dos dados através dos instrumentos aqui delineados, com o intuito de que a amostra seja equilibrada. Assim, foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que enfatizou os aspectos éticos da pesquisa. Além disso, foi disponibilizado o contato eletrônico do pesquisador para quaisquer dúvidas posteriores à realização da pesquisa.

Aspectos éticos

O estudo seguiu o que preconiza a resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde e foi autorizado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe a partir do parecer consubstanciado 1.023.441.

Análise de dados

Os dados deste estudo foram tabulados no SPSS (IBM SPSS Statistics 25), as análises foram conduzidas no JASP [Versão 0.18.1.0] e as Análises Fatoriais Confirmatórias Multigrupo foram conduzidas através de modelagem por equações estruturais, com o pacote lavaan (Rosseel, 2012). Foram realizadas análises fatorais confirmatórias multigrupo (AFCM) para testar a invariância de medida das escalas utilizadas entre participantes heterossexuais-cisgêneros e LGBs. Devido à natureza ordinal dos dados, derivados de respostas de escalas tipo Likert, foi utilizado o método de extração *robust diagonally weighted least squares* (RDWLS) nas AFCM (Asparouhov & Muthen, 2010). Para testar o ajuste geral dos modelos para os grupos de participantes heterossexuais-cisgêneros e LGBs aninhados, e testar o ajuste dos modelos de invariância

configural foram avaliados os valores do *Comparative Fit Index* (CFI), *Standardized Root Mean Square Residuals* (SRMR) and *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA). Valores de CFI > 0.90 e SRMR e RMSEA < 0.08 (com o limite superior do intervalo de confiança (IC) de 90% do RMSEA < 0.10) foram considerados como ponto de corte para testar se os modelos apresentariam ajuste adequado (Brown, 2015; Kline, 2016).

Para investigar invariância de medida, também foram testados dois tipos modelos progressivamente restritos. Um com cargas fatoriais contraídas para serem iguais entre os grupos (modelo de invariância métrica): mudanças ≤ -0.010 no CFI, ≤ 0.025 no SRMR e ≤ 0.010 no RMSEA indicam invariância do modelo. Outro com cargas fatoriais e interceptos contraídas para serem iguais entre os grupos (modelo de invariância escalar): mudanças ≤ -0.010 no CFI, ≤ 0.005 no SRMR e ≤ 0.010 no RMSEA indicam invariância do modelo. Todas essas mudanças são relativas às comparações dos índices com os dos modelos invariância configural (modelo de base). Acatou-se a hipótese de invariância quando pelos menos dois dos critérios de mudança foram atendidos para cada modelo, com prioridade para os valores de CFI, que é o indicador mais robusto para essas análises (Chen, 2007; Cheung & Rensvold, 2002). A confiabilidade das escalas foi avaliada com base no índice de ômega de McDonald (ω).

Foram realizadas comparações de médias entre participantes heterossexuais-cisgêneros e participantes LGB's nos constructos avaliados. Tais análises foram realizadas através de testes t de Student (ou de Welch, quando o pressuposto de homogeneidade de variância não foi atendido). Essas comparações foram realizadas somente para os constructos cujos instrumentos apresentaram invariâncias de medida, para uma maior acurácia nas interpretações das diferenças. Foram investigadas associações bivariadas entre os escores dos participantes heterossexuais-cisgêneros e

entre dos LGB's nos constructos avaliados, através de correlações de Pearson. E, por fim, foram realizadas análises regressão linear para testar, de forma multivariada, quais das as variáveis continuas investigadas melhor explicariam as variâncias nos desfechos de desejo de ter filhos, desejo pela parentalidade e intenção pela parentalidade, entre os participantes heterossexuais-cisgêneros e entre os LGB's.

Resultados

Ajuste e invariância dos modelos de medição

Ajuste e invariância configural dos modelos de medida. Os resultados da AFCM da escala de desejo de ter filhos indicaram um bom ajuste do modelo unifatorial para ambos grupos (invariância configural), χ^2 (70) = 101.933, p = 0.008, CFI = 0.998, SRMR = 0.052, RMSEA = 0.037, IC 90% [0.020, 0.052], com todos os itens com cargas fatoriais ≥ 0.685 (todos os ps < 0.001) e uma boa consistência interna para escala (heterossexuais-cisgêneros ω = 0.947, IC 95% [0.941, 0.954]; LGB's ω = 0.943, IC 95% [0.931, 0.956]).

Os resultados da AFCM da escala com os dois fatores de desejo parental e de intenção parental indicaram um bom ajuste para o modelo, com os dois fatores correlacionados, em ambos grupos[1] (invariância configural), χ^2 (16) = 1.342, p = 1.000, CFI = 1.000, SRMR = 0.009, RMSEA = 0.000, IC 90% [0.000, 0.000], com todos os itens com cargas fatoriais ≥ 0.887 (todos os ps < 0.001) e uma boa consistência interna para cada fator (Desejo: heterossexuais-cisgêneros ω = 0.944, IC 95% [0.935, 0.952]; LGB's ω = 0.961, IC 95% [0.950, 0.971]. Intenção: heterossexuais-cisgêneros ω = 0.944, IC 95% [0.935, 0.953]; LGB's ω = 0.954, IC 95% [0.942, 0.966]).

[1] Como esse modelo não foi testado antes, em outros estudos, inicialmente nós realizamos uma análise fatorial confirmatória para a amostra geral para testar o ajuste do modelo teoricamente hipotetizado, com dois fatores correlacionados. A hipótese de invariância de medida foi testada somente depois de confirmar que o modelo apresentou bons índices de ajuste e de consistência interna, χ^2 (8) = 0.825, p = 0.999, CFI = 1.000, SRMR = 0.008, RMSEA = 0.000, IC 90% [0.000, 0.000], ω (desejo) = 0.949, IC 95% [0.942, 0.956], ω (intenção) = 0.947, IC 95% [0.940, 0.954].

Os resultados da AFCM da escala da ATHO indicaram um bom ajuste do modelo, com os dois fatores correlacionados, para ambos grupos (invariância configural), χ^2 (26) = 11.648, p = 0.993, CFI = 1.000, SRMR = 0.034, RMSEA = 0.000, IC 90% [0.000, 0.000], com todos os itens com cargas fatoriais ≥ 0.423 (todos os ps < 0.05) e uma boa consistência interna para cada fator (Atitudes distais: heterossexuais-cisgêneros ω = 0.847, IC 95% [0.825, 0.869]; LGBT ω = 0.742, IC 95% [0.678, 0.805]. Atitudes proximais: heterossexuais-cisgêneros ω = 0.838, IC 95% [0.814, 0.863]; LGB's ω = 0.736, IC 95% [0.664, 0.808]).

Os resultados da AFCM da escala de suporte social percebido indicaram um bom ajuste do modelo, com os três fatores correlacionados, para ambos grupos (invariância configural), χ^2 (102) = 42.461, p = 1.000, CFI = 1.000, SRMR = 0.035, RMSEA = 0.000, IC 90% [0.000, 0.000], com todos os itens com cargas fatoriais ≥ 0.738 (todos os ps < 0.001) e uma boa consistência interna para cada fator (Suporte percebido da família: heterossexuais-cisgêneros ω = 0.918, IC 95% [0.907, 0.930]; LGB's ω = 0.924, IC 95% [0.905, 0.942]. Suporte percebido de amigos: heterossexuais-cisgêneros ω = 0.952, IC 95% [0.945, 0.959]; LGBs ω = 0.931, IC 95% [0.914, 0.947]. Suporte percebido de outros: heterossexuais-cisgêneros ω = 0.881, IC 95% [0.863, 0.898]; LGB's ω = 0.917, IC 95% [0.897, 0.938]).

Os resultados da AFCM da escala de tradicionalismo indicaram um bom ajuste do modelo unifatorial para ambos grupos (invariância configural), χ^2 (54) = 84.212, p = 0.005, CFI = 0.987, RMSEA = 0.041, IC 90% [0.023, 0.057], embora o valor do SRMR = 0.090 tenha sido ligeiramente acima do esperado. Todos os itens apresentaram cargas fatoriais ≥ 0.416 (todos os ps < 0.001) entre os participantes heterossexuais-cisgêneros. Porém entre participantes LGB's dois itens apresentaram cargas fatoriais iguais a 0.080 e 0.207 (abaixo do valor esperado de 0.30), além disso todos os itens apresentaram valores

de $p \geq 0.113$. Ainda assim, os índices observados indicaram uma boa consistência interna para a escala em ambos grupos (heterossexuais-cisgêneros ω = 0.872, IC 95% [0.855, 0.889]; LGB's ω = 0.738, IC 95% [0.679, 0.798]).

Os resultados da AFCM da escala de religiosidade também indicaram um bom ajuste do modelo unifatorial para ambos grupos (invariância configural), χ^2 (54) = 195.779, $p < 0.001$, CFI = 0.982, embora os valore de SRMR = 0.099 e RMSEA = 0.089, IC 90% [0.076, 0.102] tenham sido ligeiramente acima do esperado. Todos os itens apresentaram cargas fatoriais ≥ 0.584 (todos os *p*s < 0.001) e a escala apresentou uma boa consistência interna em ambos grupos (heterossexuais-cisgêneros ω = 0.926, IC 95% [0.916, 0.936]; LGB's ω = 0.934, IC 95% [0.919, 0.948]).

Invariância escalar e métrica dos modelos de medida. As comparações entre os valores de CFI, SRMR e RMSEA dos modelos progressivamente restritos indicaram que a maioria das escalas apresentaram invariância de medida entre os grupos (heterossexuais-cisgêneros *vs* LGB's), de acordo com os pontos de corte utilizados (Chen, 2007; Cheung & Rensvold, 2002). As únicas exceções foram a escala de tradicionalismo (que não apresentou invariância métrica nem escalar) e a escala de religiosidade (que não apresentou invariância escalar, somente). A Tabela 1 mostra os resultados das comparações entre os modelos para testar a invariância de medida para cada instrumento.

Tabela 1.

Comparações dos índices de ajuste resultantes das análises fatoriais confirmatória multigrupo para testar a hipótese de invariância de medida

	Invariância Configural	Invariância Métrica	Δ	Escalar Invariância	Δ
Escada de desejo de ter filhos					
CFI	0.998	0.997	**-0.001**	0.999	**0.001**
SRMR	0.051	0.053	**0.002**	0.049	**-0.002**
RMSEA	0.037	0.037	**0**	0.023	-0.014
Escada de desejo e intenção parental					

CFI	1.000	1.000	**0**	1.000	**0**
SRMR	0.009	0.018	**0.009**	0.016	0.007
RMSEA	0.000	0.000	**0**	0.000	**0**
Escada de suporte social					
CFI	1.000	1.000	**0**	1.000	**0**
SRMR	0.035	0.052	**0.017**	0.048	0.013
RMSEA	0.000	0.000	**0**	0.000	**0**
Escada de atitudes frente à homossexualidade					
CFI	1.000	0.995	**0.005**	1.000	**0**
SRMR	0.034	0.055	**0.021**	0.049	0.015
RMSEA	0.000	0.033	0.033	0.000	**0**
Escada de tradicionalismo					
CFI	0.987	0.964	-0.023	0.972	-0.015
SRMR	0.090	0.105	**0.015**	0.096	0.006
RMSEA	0.041	0.063	0.022	0.049	**0.008**
Escada de religiosidade					
CFI	0.982	0.980	**-0.002**	0.982	**0**
SRMR	0.099	0.094	**-0.005**	0.085	-0.014
RMSEA	0.089	0.087	**-0.002**	0.073	-0.016

Nota. Valores em negrito indicam que a mudança foi menos do que o ponto de corte para rejeitar a hipótese de invariância de medida do modelo.

Análises bivariadas – diferenças entre grupos e associação entre constructos

Os resultados dos testes t realizados mostraram que os participantes heterossexuais-cisgêneros apresentaram níveis médios mais altos de desejo de ter filhos, desejo parental, intenção parental, suporte social percebido da família, atitudes distais contra homossexualidade e atitudes proximais contra homossexualidade, comparados aos participantes LGB's, com todas as diferenças estatisticamente significativas (todos os *p*s < 0.05). Participantes LGB's apresentaram média mais alta de suporte social percebido de amigos, comparados aos participantes heterossexuais-cisgêneros, mas essa diferença foi somente marginalmente significativa do ponto de vista estatístico (p = 0.054). Participantes heterossexuais-cisgêneros apresentaram média ligeiramente mais alta de suporte social percebido de outras pessoas, quando comparados aos participantes LGB's, porém essa diferença não foi estatisticamente significativa (p = 0.567). A Tabela 2 mostra

os resultados detalhados dessas comparações de médias, bem como os valores dos testes estatísticos e tamanho de efeitos das diferenças.

Tabela 2.

Comparações de médias entre participantes heterossexuais-cisgêneros e LGB's

Variáveis	Hétero-cis		LGB's		Estatísticas		
	M	*DP*	*M*	*DP*	*Test t*	*d de Cohen* [IC 95%]	*p*
Desejo de ter filhos	3.152	1.523	2.771	1.457	2.860 (666.000)	0.253 [0.079, 0.426]	0.004
Desejo parental	3.710	1.343	3.449	1.454	2.158 (666.000)	0.191 [0.017, 0.364]	0.031
Intenção parental	3.574	1.390	3.243	1.437	2.673 (666.000)	0.236 [0.062, 0.410]	<0.001
ATHO - Distal	2.197	1.323	1.299	0.678	11.406 (578.075)	0.854 [0.674, 1.034]	<0.001
ATHO - Proximal	2.749	1.748	1.262	0.710	15.603 (652.622)	1.115 [0.931, 1.298]	<0.001
EMSSP - Família	5.532	1.298	4.746	1.589	5.863 (256.732)	0.542 [0.362, 0721]	<0.001
EMSSP - Amigos	5.614	1.278	5.827	1.150	-1.930 (666.000)	-0.170 [-0.344, 0.003]	0.054
EMSSP - Outros	6.097	0.959	6.040	1.180	0.573 (255.845)	0.053 [-0.120, 0.226]	0.567

Nota. Os valores entre parênteses na coluna Teste t refere-se aos respectivos graus de liberdade.

Conforme pode ser visto na Tabela 3, os resultados das análises de correlação de Pearson mostraram que, entre participantes heterossexuais-cisgêneros o desejo de ter filhos, desejo parental e intenção parental se correlacionaram significativamente com muitas das demais variáveis escalares investigadas neste estudo. Com destaque para o maior número de correlação com a variável desejo de ter filhos. Por outro lado, entre participantes LGB's, esses três constructos se correlacionaram significativamente com bem menos variáveis, dentre as investigadas no estudo. Entre participantes LGB's, desejo de ter filhos se correlacionou somente com religiosidade, escolaridade e idade; e intenção pela parentalidade se correlacionou somente com religiosidade. A Tabela 4 mostra todos os coeficientes de correlação entre as variáveis entre participantes LGB's.

Tabela 3.

Correlações de Pearson entre participantes heterossexuais-cisgêneros

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1. EDTF	—												
2. Des_Par	0.743***	—											
3. Int_Par	0.740***	0.879***	—										
4. ATHO_Distal	0.125**	0.070	0.044	—									
5. ATHO_Prox	0.182***	0.122**	0.130**	0.608***	—								
6. Tradic.	0.199***	0.155***	0.160***	0.608***	0.729***	—							
7. Religiosidade	0.243***	0.196***	0.180***	0.323***	0.445***	0.571***	—						
8. EMSSP_Fam	0.224***	0.200***	0.163***	-0.016	0.076	0.094*	0.230***	—					
9. EMSSP_Amig	0.079	0.074	0.062	-0.222***	-0.143**	-0.087	0.030	0.405***	—				
10. EMSSP_Out	0.181***	0.149***	0.146**	-0.161***	-0.050	-0.013	0.151***	0.474***	0.505***	—			
11. Pos_pol	0.104*	0.108*	0.130**	0.522***	0.356***	0.432***	0.136**	-0.010	-0.156***	-0.069	—		
12. Esc_5gru	0.129**	-0.008	-0.037	-0.076	0.011	-0.046	0.008	0.102*	0.102*	0.037	-0.108*	—	
13. Ren_5pon	0.072	0.077	0.027	-0.102*	-0.073	-0.105*	-0.147**	0.129**	0.207***	0.084	-0.031	0.295***	—
14. Idade	0.105*	-0.148***	-0.212***	0.229***	0.198***	0.121**	0.178***	0.061	0.001	-0.042	-0.074	0.415***	0.177***

Nota. * $p < 0.05$. ** $p < 0.01$. *** $p < 0.001$.

Tabela 4.

Correlações de Pearson entre participantes LGB's

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1. EDTF	—												
2. Des_Par	0.765***	—											
3. Int_Par	0.763***	0.919***	—										
4. ATHO_Distal	-0.042	-0.039	-0.097	—									
5. ATHO_Prox	-0.024	-0.088	-0.048	0.392***	—								
~~**6. Tradic.**~~	~~0.013~~	~~-0.029~~	~~-0.004~~	~~0.370***~~	~~0.485***~~	—							
7. Religiosidade	0.195*	0.115	0.151*	0.127	0.108	~~0.266***~~	—						
8. EMSSP_Fam	-0.024	-0.042	-0.025	0.049	-0.054	~~0.016~~	0.203**	—					
9. EMSSP_Amig	0.108	0.135	0.148	-0.157*	-0.118	~~-0.127~~	0.022	0.256***	—				
10. EMSSP_Out	0.137	0.127	0.124	-0.062	-0.141	~~-0.112~~	0.064	0.372***	0.659***	—			
11. Pos_pol	0.004	-0.021	-0.013	0.322***	0.310***	~~0.416***~~	0.208**	0.009	-0.082	-0.001	—		
12. Esc_5gru	0.169*	0.034	0.025	0.070	-0.043	~~-0.033~~	0.219**	0.140	0.073	0.040	-0.015	—	
13. Ren_5pon	0.046	-0.007	-0.018	0.064	0.068	~~-0.012~~	-0.071	0.039	0.020	0.074	-0.059	0.139	—
14. Idade	0.196**	-0.019	-0.018	0.279***	0.231**	~~0.154*~~	0.336***	0.171*	-0.044	-0.070	0.121	0.593***	0.125

Nota. * $p < 0.05$. ** $p < 0.01$. *** $p < 0.001$. (As correlações com tradicionalismo foram apresentadas, mas sugiro excluir a linha e coluna com os resultados, já que o modelo não apresentou bom ajuste entre LGB's e todas as cargas fatoriais foram não significativas estatisticamente e discorrer sobre isso na Discussão).

Análises multivariadas – modelos de regressão do desejo de ter filhos, desejo parental e intenção parental entre participantes heterossexuais-cisgêneros e entre LGB's

Modelos de regressão entre participantes heterossexuais-cisgêneros. Inicialmente foi testado um modelo de regressão com desejo de ter filhos como variável dependente e os dois fatores da ATHO, os três fatores da escala de suporte social percebido, tradicionalismo, religiosidade, posicionamento político, escolaridade, renda e idade como variáveis independentes, entre os participantes heterossexuais-cisgêneros. Os resultados mostraram que o modelo explicou significativamente desejos de ter filhos, $R^2 = 0.105$, $F (11, 483) = 6.276$, $p < 0.001$. Suporte social percebido da família (B = 0.143, EP = 0.060, $p = 0.017$), suporte social percebido de outros (B = 0.192, EP = 0.085, $p = 0.024$), religiosidade (B = 0.023, 0.009, $p = 0.010$) e escolaridade (B = 0.144, EP = 0.069, $p = 0.037$) predisseram significativamente mais desejo de ter filhos.

Em seguida, foi testado um modelo de regressão com desejo parental como variável dependente e os dois fatores da ATHO, os três fatores da escala de suporte social percebido, tradicionalismo, religiosidade, posicionamento político, escolaridade, renda e idade como variáveis independentes, entre os participantes heterossexuais-cisgêneros. Os resultados mostraram que o modelo explicou significativamente os desfechos de desejo parental, $R^2 = 0.107$, $F (11, 483) = 6.393$, $p < 0.001$. Nesse modelo suporte social percebido da família (B = 0.135, EP = 0.053, $p = 0.011$), religiosidade (B = 0.025, 0.008, $p = 0.002$) e renda (B = 0.146, EP = 0.054, $p = 0.008$) predisseram significativamente mais desejo parental. Enquanto idade (B = -0.045, EP = 0.009, $p < 0.001$) predisse significativamente menos desejo parental.

Por fim, foi testado um modelo de regressão com intenção parental como variável dependente e os dois fatores da ATHO, os três fatores da escala de suporte social percebido, tradicionalismo, religiosidade, posicionamento político, escolaridade, renda e idade como variáveis independentes, entre os participantes heterossexuais-cisgêneros. Os resultados

mostraram que o modelo explicou significativamente os desfechos de intenção parental, R^2 = 0.118, F (11, 483) = 6.995, $p < 0.001$. Nesse modelo, religiosidade, (B = 0.023, EP = 0.008, p = 0.005) predisse significativamente mais intenção parental. Suporte social percebido da família (B = 0.100, EP = 0.054, p = 0.065) e renda (B = 0.096, EP = 0.056, p = 0.087) tenderam a predizer mais intenção parental, porém de forma marginalmente significativa somente. Enquanto idade (B = -0.055, EP = 0.010, p < 0.001) predisse significativamente menor intenção parental. A Tabela 5 mostra os coeficientes não padronizados, coeficientes padronizados e demais parâmetros para todas as variáveis incluídas nesses modelos. Todos os pressupostos necessários para realizar análises de regressão foram atendidos nesses modelos.

Tabela 5.

Modelos de regressão para participantes heterossexuais-cisgêneros

Variáveis dependentes e independentes no modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	*t*	*p*	IC de 95% para B	
	B	Erro Padrão	Beta			Inferior	Superior
Desejo de ter filhos							
(Intercepto)	-0.409	0.548		-0.746	0.456	-1.486	0.668
AHO – Distal	0.021	0.074	0.018	0.281	0.779	-0.124	0.165
ATHO – Prox	0.043	0.058	0.049	0.747	0.455	-0.070	0.156
Sup. Social Família	0.143	0.060	0.122	2.400	0.017	0.026	0.261
Sup. Social Amigos	-0.040	0.062	-0.033	-0.637	0.525	-0.162	0.083
Sup. Social Outros	0.192	0.085	0.121	2.267	0.024	0.026	0.358
Tradicionalismo	0.074	0.132	0.041	0.562	0.574	-0.185	0.334
Religiosidade	0.023	0.009	0.143	2.601	0.010	0.006	0.041
Pos_político	0.067	0.061	0.058	1.096	0.274	-0.053	0.186
Esc_5gru	0.144	0.069	0.102	2.086	0.037	0.008	0.279
Ren_5pon	0.072	0.062	0.054	1.159	0.247	-0.050	0.193
Idade	0.002	0.011	0.011	0.213	0.831	-0.019	0.023
Desejo parental							
(Intercepto)	2.139	0.483		44.431	< .001	1.191	3.088
AHO – Distal	0.038	0.065	0.037	00.586	0.558	-0.089	0.165
ATHO – Prox	0.033	0.051	0.043	0.655	0.513	-0.066	0.133
Sup. Social Família	0.135	0.053	0.130	2.559	0.011	0.031	0.238
Sup. Social Amigos	-0.025	0.055	-0.024	-0.455	0.649	-0.133	0.083
Sup. Social Outros	0.087	0.074	0.062	1.166	0.244	-0.060	0.233
Tradicionalismo	0.031	0.116	0.019	0.265	0.791	-0.198	0.259
Religiosidade	0.025	0.008	0.172	3.118	0.002	0.009	0.040
Pos_político	0.035	0.054	0.034	0.654	0.514	-0.070	0.140
Esc_5gru	0.060	0.061	0.048	0.984	0.325	-0.060	0.179

Ren_5pon	0.146	0.054	0.125	2.681	0.008	0.039	0.253
Idade	-0.045	0.009	-0.243	-4.776	<.001	-0.063	-0.026
Intenção parental							
(Intercepto)	2.446	0.497		4.925	< .001	1.470	3.423
AHO – Distal	-0.027	0.067	-0.025	-0.399	0.690	-0.158	0.104
ATHO – Prox	0.067	0.052	0.084	1.288	0.198	-0.035	0.170
Sup. Social Família	0.100	0.054	0.093	1.847	0.065	-0.006	0.206
Sup. Social Amigos	-0.020	0.057	-0.019	-0.361	0.718	-0.132	0.091
Sup. Social Outros	0.106	0.077	0.073	1.386	0.166	-0.044	0.257
Tradicionalismo	0.055	0.120	0.033	0.460	0.646	-0.180	0.290
Religiosidade	0.023	0.008	0.153	2.789	0.005	0.007	0.039
Pos_político	0.072	0.055	0.068	1.296	0.196	-0.037	0.180
Esc_5gru	0.068	0.062	0.053	1.090	0.276	-0.055	0.191
Ren_5pon	0.096	0.056	0.079	1.715	0.087	-0.014	0.206
Idade	-0.055	0.010	-0.288	-5.688	< .001	-0.074	-0.036

Nota. Desejo de ter filhos: $R^2 = 0.105$, $F(11, 483) = 6.276$, $p < 0.001$. Desejo parental: $R^2 = 0.107$, $F(11, 483) = 6.393$, $p < 0.001$. Intenção parental: $R^2 = 0.118$, $F(11, 483) = 6.995$, $p < 0.001$.

Modelos de regressão entre participantes LGB's.

Foi testado um modelo de regressão com desejo de ter filhos como variável dependente e os dois fatores da ATHO, os três fatores da escala de suporte social percebido, religiosidade, posicionamento político[2], escolaridade, renda e idade como variáveis independentes, entre os participantes LGB's. Os resultados mostraram que o modelo explicou significativamente os desfechos de desejos de ter filhos, $R^2 = 0.056$, $F(10, 162) = 2.015$, $p < 0.035$ (destaca-se a sua baixa explicação variância do modelo e o *p* valor próximo do limite de 0.05). Religiosidade ($B = 0.024$, $EP = 0.012$, $p = 0.047$) predisse mais, e suporte social percebido da família ($B = -0.150$, $EP = 0.076$, $p = 0.050$) predisse menos, desejo de ter filhos, porém ambas variáveis com estimativas consideradas marginalmente significantes. Idade ($B = 0.043$, $EP = 0.023$, $p = 0.068$) também predisse, de forma marginalmente significante, mais desejo de ter filhos.

[2] A variável tradicionalismo não foi incluída nos modelos para participantes LGB's. Portanto, somente a medida de posicionamento político foi utilizada como indicador de conservadorismo. Isso se deu devido ao fato da escala de tradicionalismo não ter apresentado bom ajuste nesse grupo e todas as cargas fatoriais foram não significativas estatisticamente. Inclusive, foi verificado (testado) que a inserção dessa variável pioraria até mesmo o ajusto do primeiro modelo (variável dependente: desejo de ter filhos), que foi o único que se mostrou significativo para explicar os desfechos da variável dependente.

Em seguida foi testado um modelo de regressão com desejo parental como variável dependente e os dois fatores da ATHO, os três fatores da escala de suporte social percebido, tradicionalismo, religiosidade, posicionamento, escolaridade, renda e idade como variáveis independentes, entre os participantes LGB's. Contudo, os resultados mostraram que o modelo não explicou significativamente os desfechos de desejo parental, R^2 = -0.003, F (10, 162) = 0.948, p = 0.492. O mesmo modelo foi testado com intenção parental como variável dependente e ele também não explicou significativamente variações nos desfechos dessa variável, R^2 = 0.008, F (10, 162) = 1.131, p = 0.342. Mesmo assim, os resultados sugeriram que religiosidade (B = 0.027, EP = 0.012, p = 0.026) predizeria significativamente mais intenção parental. Portanto, optou-se por rodar o modelo novamente somente com religiosidade como variável independente. Os resultados dessa análise mostraram que uma pequena proporção da variância de intenção parental (R^2 = 0.017, F [1, 171] = 0.948, p = 0.047) foi explicada por religiosidade (B = 0.022, EP = 0.011, p = 0.047). A Tabela 6 mostra os coeficientes não padronizados, coeficientes padronizados e demais parâmetros para todas as variáveis incluídas nesses modelos. Todos os pressupostos necessários para realizar análises de regressão foram atendidos nesses modelos.

Tabela 6.

Modelos de regressão para participantes LGB's

Variáveis dependentes e independentes no modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	*t*	*p*	IC de 95% para B	
	B	Erro Padrão	Beta			Inferior	Superior
Desejo de ter filhos							
(Intercepto)	0.432	0.839		0.515	0.607	-1.225	2.090
AHO – Distal	-0.177	0.184	-0.083	-0.966	0.336	-0.540	0.185
ATHO – Prox	-0.065	0.176	-0.032	-0.369	0.713	-0.412	0.282
Sup. Social Família	-0.150	0.076	-0.163	-1.976	0.050	-0.299	-0.001
Sup. Social Amigos	0.023	0.127	0.018	0.180	0.858	-0.229	0.274
Sup. Social Outros	0.217	0.129	0.176	1.678	0.095	-0.038	0.473
Religiosidade	0.024	0.012	0.164	2.000	0.047	0.001	0.048
Pos_político	-0.018	0.131	-0.011	-0.135	0.893	-0.276	0.241
Esc_5gru	0.050	0.138	0.035	0.365	0.715	-0.221	0.322
Ren_5pon	0.036	0.096	0.029	0.377	0.707	-0.153	0.225

Idade	0.043	0.023	0.190	1.838	0.068	-0.003	0.090
Desejo parental							
(Intercepto)	2.435	0.864		2.820	0.005	0.729	4.140
AHO – Distal	0.028	0.189	0.013	0.150	0.881	-0.345	0.402
ATHO – Prox	-0.161	0.181	-0.079	-0.891	0.374	-0.518	0.196
Sup. Social Família	-0.122	0.078	-0.133	-1.562	0.120	-0.276	0.032
Sup. Social Amigos	0.118	0.131	0.093	0.899	0.370	-0.141	0.376
Sup. Social Outros	0.113	0.133	0.091	0.845	0.399	-0.151	0.376
Religiosidade	0.022	0.012	0.151	1.793	0.075	-0.002	0.047
Pos_político	-0.030	0.135	-0.019	-0.221	0.825	-0.296	0.236
Esc_5gru	0.034	0.141	0.024	0.242	0.809	-0.245	0.314
Ren_5pon	0.006	0.098	0.005	0.062	0.950	-0.188	0.201
Idade	-0.008	0.024	-0.034	-0.322	0.748	-0.055	0.040
Intenção parental							
(Intercepto)	2.153	0.849		2.536	0.012	0.476	3.830
AHO – Distal	-0.166	0.186	-0.078	-0.893	0.373	-0.533	0.201
ATHO – Prox	-0.018	0.178	-0.009	-0.100	0.921	-0.369	0.333
Sup. Social Família	-0.100	0.077	-0.110	-1.302	0.195	-0.251	0.052
Sup. Social Amigos	0.135	0.129	0.108	1.049	0.296	-0.119	0.389
Sup. Social Outros	0.088	0.131	0.072	0.670	0.504	-0.171	0.346
Religiosidade	0.027	0.012	0.188	2.247	0.026	0.003	0.051
Pos_político	-0.015	0.132	-0.010	-0.114	0.909	-0.276	0.246
Esc_5gru	0.021	0.139	0.015	0.149	0.882	-0.254	0.295
Ren_5pon	-0.001	0.097	-0.00	-0.003	0.998	-0.191	0.191
Idade	-0.008	0.024	-0.036	-0.344	0.732	-0.055	0.039
Intenção parental – modelo univariado							
(Intercepto)	2.700	0.292		9.233	< .001	2.123	3.278
Religiosidade	0.022	0.011	0.151	1.997	0.047	0.001	0.044

Nota. Desejo de ter filhos: $R^2 = 0.056$, $F (10, 162) = 2.015$, $p < 0.035$. Desejo parental: $R^2 = -0.003$, $F (10, 162) = 0.948$, $p = 0.492$. Intenção parental: $R^2 = 0.008$, $F (10, 162) = 1.131$, $p = 0.342$. Intenção parental- modelo univariado: $R^2 = 0.017$, $F [1, 171] = 0.948$, $p = 0.047$.

Discussão

O principal propósito deste estudo foi investigar o impacto de variáveis psicossociais e do preconceito sexual na explicação do desejo de ter filhos e no desejo/intenção pela parentalidade em indivíduos com diferentes orientações sexuais. Os constructos "desejo de ter filhos" e "desejo/intenção pela parentalidade" estão associados ao tema da parentalidade prospectiva, que se relaciona à preparação psicológica para a experiência de ser pai ou mãe. Nesse contexto, a parentalidade prospectiva consolida-se como um campo de debate sobre diversos fatores psicossociais que influenciam a construção desse desejo e intenção. Entre esses

fatores, destacam-se o suporte social, a religiosidade, a orientação sexual, a idade, a homofobia e o posicionamento político, os quais são discutidos ao longo deste trabalho.

A pesquisa se centrou nas pessoas solteiras como público-alvo, constituindo o eixo principal das análises e discussões realizadas. Nesse contexto, algumas questões emergem: o que leva pessoas solteiras a apresentarem maior ou menor desejo de exercer a parentalidade? As variáveis psicossociais são relevantes para essa compreensão? O marcador da orientação sexual desponta como um elemento significativo nessa análise, sendo a variável central que orienta este trabalho. Pessoas pertencentes a minorias sexuais, ao vivenciarem a parentalidade, frequentemente enfrentam situações desafiadoras marcadas pela presença de preconceito e discriminação (Leal et al., 2021; Lasio & Ferri, 2019).

Um dos objetivos deste trabalho foi investigar diferenças nos níveis médios de desejo de ter filhos e de desejo/intenção pela parentalidade entre participantes heterossexuais e não heterossexuais de diferentes gêneros. Vale destacar que esta é a primeira vez que os constructos de desejo e intenção parental são medidos no Brasil, especificamente na região Nordeste. As medidas utilizadas foram testadas e demonstraram eficácia para o contexto brasileiro, evidenciando invariância em relação à orientação sexual.

Nesse sentido, um desfecho relevante observado é que as medidas aplicadas para avaliar os constructos deste estudo indicam que, entre heterossexuais e não heterossexuais, homens cis e mulheres cis, os desejos e intenções parentais são mensurados de forma invariável. Tal achado é significativo, pois permite questionar a inclusão de instrumentos no campo científico capazes de abarcar diferentes variáveis, além de contribuir para ampliar o debate já existente sobre quais variáveis psicossociais devem ser consideradas. Ademais, reforça a necessidade de investigar se essas variáveis podem, de fato, influenciar a mensuração dos constructos de desejo e intenção parental (Gato et al., 2020).

As respostas para tais questionamentos foram parcialmente esclarecidas pelas análises bivariadas realizadas neste estudo. Os resultados indicaram que os participantes heterossexuais cisgêneros apresentaram níveis mais elevados de desejo de ter filhos, bem como de desejo e intenção parental, corroborando a hipótese de que barreiras atitudinais podem dificultar a obtenção de resultados similares para pessoas pertencentes à comunidade LGB.

A parentalidade heterossexual tem sido amplamente investigada, inclusive sob a perspectiva da prospecção (Gato et al., 2020). Nesse sentido, o contexto heteronormativo sustenta os níveis observados, uma vez que, ao se pensar nas vivências parentais de pessoas heterossexuais predomina a ideia de que essa forma de parentalidade é universal e natural. Assim, pessoas heterossexuais parecem sentir-se mais seguras em relação à experiência da parentalidade, muito em função da expectativa de contar com o suporte social familiar, da ausência de julgamentos sociais ou da inexistência de preocupações relacionadas ao estigma antecipado decorrente da orientação sexual (Lasio et al., 2018; Gato & Fontaine, 2015).

O estigma antecipado vinculado à orientação sexual, presente no fenômeno da parentalidade prospectiva, não é uma preocupação que pessoas heterossexuais precisam considerar. Pelo contrário, o contexto heteronormativo frequentemente contribui para a invisibilização de aspectos relacionados à orientação sexual e aos privilégios associados a esse cenário (Santos et al., 2024). O conceito de estresse de minorias já evidencia o quanto a população LGB enfrenta um ambiente com maiores estressores (Meyer, 1995).

Dado que o estigma antecipado é um fator que dificulta a parentalidade prospectiva, estabelece-se aqui uma discussão relevante sobre os elementos que influenciam o desejo de pessoas solteiras pela parentalidade. Parece evidente que a orientação sexual e o estigma antecipado figuram como fatores centrais nessa equação (Costa, 2023).

Ainda que as leis que garantem direitos às minorias sexuais sejam uma realidade no Brasil — como a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a possibilidade de adoção solo ou

por casais homoafetivos —, não se pode ignorar as estatísticas que apontam o conservadorismo e a homofobia como pilares que sustentam o aniquilamento de identidades e vivências de minorias sexuais no país (Gato et al., 2020; Lasio & Serri, 2019; Riskind & Patterson, 2010).

Com isso, não se pretende afirmar que apenas o estigma antecipado seja responsável pelas discrepâncias observadas no desejo e na intenção parental entre pessoas heterossexuais e LGB. Outras hipóteses devem ser consideradas. A ausência da ideia de constituição de uma família nuclear como objetivo para pessoas LGB é um aspecto relevante a ser analisado (Gato et al., 2020). Além disso, a perspectiva econômica merece atenção, uma vez que a vivência parental exige planejamento financeiro (Park et al., 2020). Contudo, são necessárias evidências mais robustas para sustentar tais considerações no contexto específico deste estudo.

Um aspecto que pode ser discutido além das hipóteses apresentadas é o constructo de suporte social percebido que é definido como a segurança proporcionada por recursos afetivos e, em algumas situações, financeiros, caso sejam necessários (Gabardo-Martins et al., 2017). Os participantes heterossexuais demonstram maior suporte social percebido vindo da família, enquanto os participantes LGB apresentam, de forma marginalmente significativa, maior suporte social percebido de amigos. Essa diferença evidencia, mais uma vez, as questões relacionadas à orientação sexual.

Enquanto pessoas solteiras heterossexuais tendem a confiar no suporte familiar, o mesmo não ocorre para pessoas LGB, que parecem depositar maior confiança nos amigos como referência para qualquer tipo de apoio relacionado à parentalidade e às experiências associadas. Esse fenômeno é influenciado por barreiras sociais e familiares que podem interferir no desejo e na intenção parental. Em outras palavras, pessoas LGB frequentemente percebem que suas famílias de origem não aprovam ou não apoiam plenamente a assunção da parentalidade (Costa, 2023; Leal et al., 2021; Tate & Patterson, 2019; Riskind & Patterson, 2010).

A diferença centrada no suporte social evidencia ser um tema indispensável para pessoas solteiras na constituição do desejo e da intenção pela parentalidade (Gato et al., 2020). Essa questão parece estar intimamente relacionada às barreiras atitudinais, uma vez que, embora a legislação vigente permita que pessoas LGB's se unam civilmente e adotem, no campo das atitudes, o preconceito sexual ainda é responsável por processos de exclusão e violência física e psicológica. Esse cenário contribui para que os índices de desejo de ter filhos, desejo parental e intenção parental sejam mais baixos entre pessoas LGB's (Ribeiro & Granato, 2021).

Contudo, não se pode afirmar que não existam elementos correlatos no desejo de ter filhos, desejo parental e intenção parental entre diferentes orientações sexuais já que existe um elemento aglutinador na amostra: o fato de serem pessoas solteiras, o que aponta para a constituição de uma família que foge do padrão tradicional. No entanto, é importante ressaltar que, apesar das semelhanças unificadoras pela monoparentalidade, ainda persiste um abismo de vivências devido às diferentes orientações sexuais, o que é essencial para a discussão proposta (Bhering & Fontes, 2021; Biasutti, 2016; Cerqueira-Santos & Santana, 2015).

Os modelos de regressão testados foram satisfatórios para o grupo de pessoas heterossexuais, mas pouco satisfatórios para pessoas LGB's, o que sugere que os fatores psicossociais e as variáveis relacionadas ao preconceito sexual podem impactar de maneira diferente essas populações. Para as pessoas LGB's, o efeito das variáveis testadas precisa ser analisado a partir de elementos específicos, alguns dos quais já foram discutidos, como o estigma social antecipado, a discriminação e as barreiras atitudinais e culturais enfrentadas por essas pessoas (Gato et al., 2020). De maneira geral, é necessário considerar que as AFCM indicam que as medidas utilizadas são eficazes para ambos os grupos e não apresentam invariância, o que diminui as possíveis hipóteses de enviesamento dos instrumentos. Os resultados destacam a necessidade de desenvolver análises que considerem o impacto das

normativas sociais e das desigualdades estruturais no desejo de formar uma família por pessoas solteiras pertencentes a minorias sexuais (Costa, 2023).

No grupo de pessoas heterossexuais, os fatores que previram de forma significativa o desejo de ter filhos, o desejo parental e a intenção parental foram a religiosidade e a idade. Isso sugere que, para pessoas heterossexuais, a religiosidade pode ser um fator central na formação das intenções parentais, refletindo possíveis crenças culturais e valores sobre a família e a paternidade/maternidade, o que está relacionado ao conservadorismo (Varas & Borsa, 2019). Por outro lado, a idade, ao atuar como um fator moderador da menor intenção, também parece explicar por que pessoas solteiras não conseguem vivenciar o desejo e a intenção de se tornar pais/mães.

No grupo de pessoas LGB's, o desejo de ter filhos foi predominantemente predito pela religiosidade, enquanto o suporte da família teve um efeito menos significativo. Esse contraste entre os dois grupos pode indicar que, para pessoas LGB's, a religiosidade continua a desempenhar um papel relevante na decisão de ter filhos, mas o suporte familiar, que para muitos heterossexuais pode ser um fator crucial, parece ter um impacto reduzido, possivelmente devido à falta de aceitação ou apoio de familiares em contextos de orientação sexual não heteronormativa (Gato et al., 2020; Ruiu & Gonano, 2020). Esses resultados ressaltam a importância de considerar as dinâmicas sociais e culturais específicas de cada grupo na análise das intenções parentais, especialmente no que se refere às diferentes influências familiares e religiosas.

Com essa discussão, não se pretende afirmar que o não desejo e a não intenção de ter filhos tanto entre indivíduos heterossexuais quanto LGB, sejam aspectos menos significativos. Pelo contrário, observar posições controversas contribui para uma compreensão mais ampla do fenômeno, permitindo enxergá-lo sob diversos ângulos, como por exemplo, não apenas a partir de aspectos negativos ou adversos, a exemplo da falta de apoio ou os desafios impostos pelos

preconceitos sociais. O fato de não desejar ou não ter planos para a parentalidade pode estar profundamente relacionado ao planejamento pessoal e ao projeto de vida de cada indivíduo. Para muitas pessoas, a decisão de não ter filhos está alinhada com um plano de vida no qual outras prioridades, como a carreira, o desenvolvimento pessoal, a liberdade de escolhas e até mesmo a preservação de uma identidade, ocupam um papel central (Costa, 2023; Leal et al., 2021).

No caso das pessoas LGB's, especialmente, a decisão de não formar uma família pode ser influenciada pela percepção de que a parentalidade envolve desafios adicionais, como o enfrentamento de estigmas e a falta de representatividade ou apoio institucional. Contudo, também pode refletir um alinhamento com projetos de vida nos quais a paternidade ou maternidade não fazem parte das aspirações (Costa, 2023; Leal et al., 2021). Assim, é fundamental compreender o desejo e a intenção parental como uma decisão multifacetada, que vai além dos aspectos negativos da marginalização e está intimamente ligada às escolhas pessoais e ao contexto de vida de cada indivíduo, os quais podem apresentar tanto elementos negativos quanto positivos para essa decisão (Leal et al., 2021; Gato et al., 2020).

Desta forma, fica evidente que as variáveis agrupadas nos modelos de regressão aqui propostos não foram suficientes para explicar os desfechos embora essas mesmas variáveis, em análises bivariadas tenham oferecido algumas correlações. No entanto, as análises bivariadas não preveem direções, mas correlações, enquanto as regressões, ao agruparem as diversas variáveis, não sustentam o desfecho de explicação do desejo parental e da intenção parental a partir do gênero e da orientação sexual, quando acrescidas das demais variáveis deste estudo. A hipótese que surge para explicar essa análise está intimamente ligada à necessidade de repensar a adequação das medidas utilizadas, bem como a composição da amostra e as especificidades sociodemográficas, que devem ser ponderadas em pesquisas futuras.

Considerações finais

A pesquisa apresentada destaca a importância e o fortalecimento dos achados sobre parentalidade prospectiva no cenário brasileiro, um campo ainda incipiente no que se refere à comparação por orientação sexual. Nesse contexto, os resultados corroboram o que pesquisas internacionais (Leal et al., 2021; Gato et al., 2020) já apontam: pessoas heterossexuais apresentam maiores índices de desejo e intenção parental, evidenciando que o contexto heteronormativo pode contribuir significativamente para que pessoas LGB's manifestem menor desejo e intenção parental. Por outro lado, não se pode descartar que, mesmo com os direitos constantemente ameaçados, o contexto brasileiro oferece, minimamente, segurança jurídica no que tange ao acesso à união civil e à adoção, o que contribui para a criação de um cenário de autonomia e projeto de vida para pessoas LGB's, ainda que de forma significativamente menor em comparação às pessoas heterossexuais, permitindo o adiamento dos planos parentais.

Os resultados dos preditores do desejo de ter filhos, desejo parental e intenção parental demonstraram evidências mais significativas para pessoas heterossexuais, sendo a religiosidade o preditor com os maiores índices. Da mesma forma, pessoas LGB's também apresentaram maiores índices de desejo de ter filhos, associados à religiosidade, evidenciando que esse constructo, frequentemente cercado de conservadorismo, atua como regulador na parentalidade prospectiva. Por outro lado, a idade, para pessoas heterossexuais, e o suporte social familiar, para pessoas LGB's, predizem menores índices de parentalidade prospectiva. Esse cenário sugere que a ausência de suporte familiar em contraponto aos índices de parentalidade prospectiva, também deve ser considerada e debatida.

Embora as medidas tenham confirmado sua eficácia para medir o que se propõem, ficou evidente que o estudo apresenta como limitação a predição mais eficaz para o grupo LGB. Contudo, os achados gerais ressaltam a importância do estudo, ou seja, discutir a parentalidade prospectiva para diferentes orientações sexuais. Fica claro que outros estudos precisam ser

realizados, além da região Nordeste, como comparativos, ou que proponham novos métodos capazes de ampliar a discussão.

Referências

Asparouhov, T., & Muthen, B. (2010). *Simple second order chi-square correction*. Unpublished manuscript. Retrieved from https://www.statmodel.com/download/WLSMV_new_chi21.pdf

Benatti, A. P., Campeol, Â. R., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). Famílias monoparentais: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *41*, e209634.

Biasutti, C. M. (2016). *Parentalidade em casos de adoção monoparental* , Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo).

Bhering, L. S., & Fontes, M. B. (2021). Famílias monoparentais masculinas: escolhas e sentimentos construídos em torno da monoparentalidade. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, *32*(2), 1-17.

Brown, T. A. (2015). *Confirmatory factor analysis for applied research* (2a ed.). Guilford Publications.

Chen, F. F. (2007). Sensitivity of goodness of fit indexes to lack of measurement invariance. *Structural Equation Modeling, 14*(3), 464-504. https://doi.org/10.1080/10705510701301834

Cheung, G. W., & Rensvold, R. B. (2002). Evaluating goodness-of-fit indexes for testing measurement invariance. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal, 9*(2), 233-255. https://doi.org/10.1207/S15328007SEM0902_5

Cerqueira-Santos, E., Koller, S. H., & Wilcox, B. (2008). Condom use, contraceptive methods, and religiosity among youths of low socioeconomic level. *The Spanish Journal of Psychology*. 11(1), 94-102.

Cerqueira-Santos, E., & Santana, G. (2015). Adoção homoparental e preconceito: crenças de estudantes de direito e serviço social. *Temas em psicologia*, 23 (4), 873-885. *http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.4-06*

Cecílio, M. S. & Scorsolini-Comin, F. (2016). Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. *Psicologia: ciência e profissão*, 36(1), 171-182, https://doi.org/10.1590/1982-3703003832015

Costa, A. I. A. (2023). *Aspirações Parentais: Variação Em Função da Orientação Sexual e Identidade de Género*. (Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto).

Costa, P. A., & Salinas-Quiroz, F. (2019). A comparative study of attitudes toward same-gender parenting and gay and lesbian rights in Portugal and in Mexico. *Journal of Homosexuality*.

Da Silva, F. H. O. B., Cavalcante, L. I. C., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Pretendentes à adoção de crianças no Brasil: um estudo documental. *Revista da SPAGESP*, *17*(2), 67-80.

Dias, M. G., dos Santos, J. S., Almeida, D. R., Rocha, F. C., de Andrade Neto, G. R., & Andrade, D. L. B. (2017). A participação masculina no planejamento familiar. *Hu Revista*, *43*(4), 349-354.

Gabardo-Martins, L. M. D., Ferreira, M. C., & Valentini, F. (2017). Propriedades Psicométricas da Escala Multidimensional de Suporte Social Percebido. *Temas em Psicologia,* 25 (4), pp. 1873-1883.

Gato, J., Leal, D., & Tasker, F. (2019). Parenting desires, parenting intentions, and anticipation of stigma upon parenthood among lesbian, bisexual, and heterosexual women in Portugal, *Journal of Lesbian Studies*, DOI: 10.1080/10894160.2019.1621733

Gato, J., Leal, D., Coimbra, S., & Tasker, F. (2020). Anticipating Parenthood Among Lesbian, Gay, Bisexual, and Heterosexual Young Adults Without Children in Portugal: Predictors and Profiles. *Front. Psychol.*, (11)1058. doi: 10.3389/fpsyg.2020.01058

Gato, J., & Fontaine, A. M. (2015). Attitudes Toward Adoption by Same-Sex Couples: Effects of Gender of the Participant, Sexual Orientation of the Couple, and Gender of the Child. *Journal of GLBT Family Studies*, *12*(1), 46–67. https://doi.org/10.1080/1550428X.2015.1049771

Giddens, Anthony (1993). *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Paulista.

Kline, R. B. (2016). *Principles and practice of structural equation modeling* (4a ed.). Guilford Press.

Lasio, D., Lampis, J., Spiga, R., & Serri, F. (2020). Lesbian and gay individual parenting desires in heteronormative contexts. *Europe's journal of psychology*, *16*(2), 210.

Lasio, D., & Serri, F. (2019). The Italian public debate on same-sex civil unions and gay and lesbian parenting. *Sexualities*, 22(4), 691-709. https://doi.org/10.1177/1363460717713386

Lasio, D., Serri, F., Ibba, I., & Manuel De Oliveira, J. (2018). Hegemony and Heteronormativity: Homonormative Discourses of LGBTQ Activists About Lesbian and Gay Parenting. *Journal of Homosexuality*, *66*(8), 1058–1081. https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1493252

Leal, D., Gato, J., Coimbra, S., Freitas, D., & Tasker, F. (2021). Social support in the transition to parenthood among lesbian, gay, and bisexual persons: A systematic review. *Sexuality Research and Social Policy*, *18*(4), 1165-1179.

Lira, A. N., & de Morais, N. A. (2016). Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. *Temas em Psicologia*, *24*(3), 1051-1067.

Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: (re)afirmando o seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 28 (2), 350-359. https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p350

Meyer, I. H. (1995). Minority stress and mental health in gay men. Journal of Health and Social Behavior, *36*(1), 38-56. https://doi.org/10.2307/2137286

Mellish, L., Jennings, S., & Tasker, F. (2013). *Gay, lesbian and heterosexual adoptive families: Family relationships, child adjustment and adopters' experiences* (pp. 1-40). BAAF.

Mozzaquatro, C. D. O., & Arpini, D. M. (2017). Planejamento familiar e papéis parentais: o tradicional, a mudança e os novos desafios. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *37*(04), 923-938.

Natividade, J. C., Londero-Santos, A., Carvalho, N. M., Mello, R. M., Machado, R. N., & Feres-Carneiro, T. (2020). Desire to have children: validity evidence of an instrument. *Psic. Clin.*, 32(2), 273-294. Doi: 10.33208/PC1980-5438v0032n02A04.

Paiva, L. D. (2004). *Adoção***:** Significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Park, N., Schmitz, R. M., & Slauson-Blevins, K. (2020). "It takes a lot of planning": Sexual minority young adult perceptions of gay and lesbian parenthood. *Journal of Family Issues*, *41*(10), 1785-1809.

Pedro, C. B., Casacio, G. D. D. M., Zilly, A., Ferreira, H., Ferrari, R. A. P., & Silva, R. M. M. D. (2021). Fatores relacionados ao planejamento familiar em região de fronteira. *Escola Anna Nery*, *25*(3), e20200180.

Ramos, M. M, & Cerqueira- Santos, E. (2021). Escala de atitudes frente à homossexualidade (ATHO): construção e produção de evidências de validade. *Revista de Psicologia*, 12 (1), 127-140.

Riskind, R. G., & Patterson, C. J. (2010). Parenting intentions and desires among childless lesbian, gay, and heterosexual individuals. *Journal of Family psychology*, *24*(1), 78.

Ruiu, G., & Gonano, G. (2020). Religious barriers to the diffusion of same-sex civil unions in Italy. *Population Research and Policy Review*, *39*, 1185-1203.

Sanches, M. A., & Simão-Silva, D. P. (2016). Planejamento familiar: do que estamos falando?. *Revista Bioética*, *24*, 73-82.

Santos, T. T. T., de Medeiros Varela, I., da Costa, A. M. M., & Barros, C. M. D. L. (2024). ENTRE LAÇOS E AMARRAS: Uma revisão integrativa sobre a influência do ambiente familiar nas vivências LGBTQIA+. *Psicologia e Saúde em debate*, *10*(2), 889-908.

Santos, J. V. O., Araújo, L. F., Negreiros, F., & Cerqueira-Santos, E. (2018). Adoção de crianças por casais homossexuais: as representações sociais. *Temas em psicologia*, 26 (1), 139-152. (DOI AUSENTE).

Santos, C. P., da Fonsêca, M. C. S. M., de Souza, C. M. S. M., & Dias, C. M. D. S. B. (2011). Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. *Psicologia: teoria e prática*, *13*(2), 89-102.

Scarparo, H. B. K., & Ecker, D. D. I. (2015). Constituição brasileira: A noção de família e planejamento familiar como estratégia de governo. *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, *15*(2), 3-23.

Silva, J. A., Sousa, A. M. B. D., & Fernandes-Eloi, J. (2017). Homoparentalidade no contexto da adoção e das práticas parentais: uma revisão sistemática. *Pensando famílias*, 21 (2), 60-75.

Tate, D. P., & Patterson, C. J. (2019). Desire for parenthood in context of other life aspirations among lesbian, gay, and heterosexual young adults. *Front. Psychol.*, 10 (2679). https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02679

Varas, G. V., & Borsa, J. C. (2019). Revisión sistemática del estudio de las motivaciones para la parentalidad. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *19*(1), 261-283.

Vilanova, F., DeSousa, D. A., Koller, S. H., & Costa, A. B. (2018). Adaptação Transcultural e Estrutura Fatorial da Versão Brasileira da Escala Right-Wing Authoritarianism. *Temas em Psicologia,* 26 (3), 1299-1316.

Zanardo, L. B., Teixeira-Filho, F. S., & Ribeiro, E. M. C. (2014). Os efeitos da matriz bioparental nos processos de adoção de crianças e adolescentes. *Revista de Psicologia da UNESP*, 13(1), 60-85.

CAPÍTULO V

Contextos de desenvolvimento e os desafios da monoparentalidade: da escolha às vivências monoparentais

Development contexts and the challenges of single parenthood: from choice to single parent experiences

Eu nunca sofri preconceito, assim, né? Por ser um pai solo gay.

Mas o próprio Joaquim já me disse uma vez que ele ficou, assim, com o pé atrás, né? Quando (...) porque o pessoal da casa de acolhimento não falou pra ele que (...) Só falou pra ele que era só eu que ia adotar, mas não falou que eu era gay. E aí, ele me perguntou se eu já tinha me casado alguma vez. Eu disse sim, foi no nosso primeiro encontro. Aí, quando foi no segundo encontro, eu falei pra ele, né? Para introduzir o assunto (...) Ah, eu já fui casado, mas fui com um homem.

Aí, ele disse pra mim que tava de boa esse assunto, mas recentemente ele me disse que nesses primeiros dias, né? Quando ele soube que eu era gay, ele teve preconceito comigo, né? Ele disse que não queria ter um pai gay. Aí, ele falou pra uma funcionária lá do acolhimento. E aí, a funcionária falou pra ele que não tinha nada a ver, que era preconceito e aí a vinculação continuou (Fábio, pai solo, homossexual).

A monoparentalidade é um conceito que está contido no amplo debate sobre parentalidades e as suas modalidades de existir (Benatti et al., 2021; Biasutti et al., 2021; Bhering & Fontes, 2021). Ele situa a assunção de parentalidades onde a pessoa solteira, voluntariamente ou involuntariamente, vivencia o processo da parentalidade de maneira solo. Este modelo contribui de maneira importante para a complexidade do conceito de família, colocando em análise a ideia de família tradicional e abrindo a possibilidade de um debate mais

amplificado sobre formas de exercer a parentalidade e constituir família (Lima & Feres-Carneiro, 2022; Bhering, 2019).

A monoparentalidade pode estabelecer-se de forma involuntária ou voluntária. No caso da monoparentalidade involuntária, destacam-se exemplos como a viuvez e a maternidade ou paternidade solo decorrente dessa configuração (Lima & Feres-Carneiro, 2022). Ademais, observa-se a monoparentalidade compulsória, predominantemente vivenciada por mães solo que enfrentam o abandono afetivo e financeiro de seus parceiros no exercício dos cuidados parentais, especialmente após uma separação. Esse modelo é amplamente presente no contexto brasileiro, sendo frequentemente experienciado por mulheres chefes de família (Lima & Feres-Carneiro, 2022; Leonardo & Morais, 2017).

De modo contrário, a monoparentalidade voluntária é um modelo de parentalidade escolhido, desejado e planejado por pessoas solteiras e pode ser vivenciado de maneira biológica, por meio da reprodução assistida e outros métodos, bem como de maneira adotiva, pela filiação afetiva (Arrais et al., 2019). Esse modelo é acessado por pessoas que pretendem ser pais/mães sem necessariamente vivenciar a conjugalidade (Carone et al., 2020; Gato et al., 2020). Nesse sentido, tem-se difundido no dispositivo de adoção, uma possibilidade segura, palpável e acessível para uma parcela considerável da população, tendo em vista que alguns métodos biológicos costumam ser onerosos financeiramente (Lima & Feres-Carneiro, 2022; Lima & Feres-Carneiro, 2021; Rinaldi, 2019).

Assim, fica evidente que o conceito de monoparentalidade abarca diferentes perspectivas na sociedade contemporânea; sendo importante salientar que o debate aqui instaurado se centra sobre a monoparentalidade voluntária, por via da adoção legal. A monoparentalidade ao ser estudada, destaca a sua prevalência em diferentes contextos, grupos sociais, orientações sexuais e gênero, fazendo com que o debate seja enriquecido,

complexificado e aqueça o cenário para maior flexibilidade na aceitação de diferentes modelos parentais (Campeol & Pereira, 2021; Campeol et al., 2021).

Além disso, ao entrelaçar a discussão sobre monoparentalidade e adoção, o debate se torna ainda mais relevante. A literatura tem explorado de forma significativa os diferentes arranjos familiares (Silva et al., 2021; Cerqueira-Santos, 2020; Lira & Morais, 2016). A monoparentalidade voluntária por meio da adoção também ocupa um papel central nesse contexto; contudo, as pesquisas ainda não têm abordado de maneira ampla as vivências entre pais e filhos nesse tipo de arranjo parental (Benatti et al., 2021; Campeol & Pereira, 2021; Arrais et al., 2019). Complementarmente, os marcadores de gênero, orientação sexual, condição socioeconômica e raça contribuem para a reflexão acerca das especificidades dessas famílias, mesmo que a configuração familiar, por si só, não seja suficiente para explicar o padrão de funcionamento de tais núcleos (Rosa & Couto, 2024).

Desse modo, o trabalho se centra sobre a necessidade de ampliar o debate sobre as vivências monoparentais, levando em consideração os marcadores de gênero e orientação sexual, em específico. Além disso, como sustentação teórica são suscitadas as ideias de Bronfenbrenner (Poletto & Koller, 2008) e Meyer (LeBlanc & Frost, 2020), que apresentam a teoria bioecológica do desenvolvimento e a teoria do estresse de minoria. Assim, o intuito desse trabalho é discutir sobre as vivências monoparentais e como os marcadores de gênero e orientação sexual atravessam esse debate da monoparentalidade adotiva, pois esse é um tema de relevância social e científico para os estudos sobre famílias e, podendo este, ajudar na formulação de políticas públicas mais efetivas e para o desenvolvimento social destas.

Para tanto, o capítulo se estrutura da seguinte forma: inicialmente são apresentadas as perspectivas teóricas adotadas para as análises aqui tecidas, que estão ancoradas na teoria bioecológica do desenvolvimento (Bronfenbrenner) e a teoria do estresse de minorias (Meyer). Assim, são discutidas as motivações para a escolha pela monoparentalidade voluntária na

modalidade adoção e por fim são apresentados os desafios e as vivências da monoparentalidade a partir dos estudos já publicados, com prioridade para análise que considera as questões de gênero e orientação sexual como importantes.

Esse capítulo é apresentado em interconexão com entrevistas qualitativas realizadas pelo primeiro autor, com aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe (Parecer nº 68249323.4.0000.5546). As entrevistas foram coletadas entre os meses de fevereiro e setembro de 2024 de maneira presencial e virtual, com foco em pais e mães solo por adoção, com diversas orientações sexuais, com objetivo de investigar as suas vivências e os desafios presentes; estas serão utilizadas em estudo posterior. No entanto, estão sendo aproveitadas algumas falas neste trabalho, oriundas dessa coleta, pois se mostram pertinentes à temática e ao contexto pesquisado.

Contextos de desenvolvimento e os estressores de minorias

> *"ah, um gay que vai adotar dois meninos", na minha família os questionamentos eram em relação a minha liberdade, as dificuldades que vou ouvir por eu adotar sozinho os meninos, entendeu? Mas, eu convivo em um grupo de adoção, eu milito no grupo de adoção, onde lá são colocadas as configurações, então de certa forma as pessoas têm um certo entendimento, entendeu? De que existem outras configurações. Logicamente que a gente sabe que existe uma sociedade hipócrita por trás, existe alguns elementos até, talvez, de igrejas, talvez aqui tem um pouco de preconceito, deve existir algum preconceito nesse sentido, por eu ser um pai solo, por eu ser gay e adotar duas crianças só que, graças a Deus, não chega até mim (Pedro, pai solo).*

O desenvolvimento humano é uma área estudada por diversos campos de conhecimento. A psicologia se coloca presente neste cenário contribuindo de maneira significativa para esse debate, principalmente pensando na integração entre o desenvolvimento físico, psicológico e

psicossocial das pessoas (Papalia & Mortorell, 2021). Nesse campo, tem se estabelecido um caminho de análise que considera o contexto de desenvolvimento como primordial para qualquer inferência, sendo assim, as famílias têm sido amplamente inseridas nas pesquisas sobre desenvolvimento, abandonando-se a ideia de um desenvolvimento isolado e solitário (Campeol et al., 2021; Coscioni et al., 2018).

A teoria bioecológica do desenvolvimento é um importante marco para o debate sobre o desenvolvimento humano e os contextos de desenvolvimento (Campeol & Pereira, 2021; Barreto, 2016). A ideia de um olhar ecológico para o desenvolvimento humano perpassa diretamente por observar o modelo proposto por Bronfenbrenner (1917-2005) que aponta o foco na interação contínua entre o indivíduo e o ambiente, sendo esse um fenômeno dinâmico que envolve a Pessoa, o Processo, o Contexto e o Tempo. Cada elemento desempenha um papel importante na compreensão do desenvolvimento humano (Menezes & Borsa, 2022). A dimensão Pessoa aponta para as características individuais e o modo como estas interagem com o ambiente através da pessoa; já a dimensão Processo discorre sobre as interações contínuas e recíprocas que acontecem durante o desenvolvimento humano; o Contexto refere-se ao ambiente de desenvolvimento composto por múltiplos níveis de sistemas (Microssistema, Mesossistema, Exossistema, macrossistema, Cronossistema); com relação ao Tempo se torna importante destacar que este a dimensão temporal afeta o desenvolvimento ao longo do tempo (Menezes & Borsa, 2022; Poletto & Koller, 2008; Vondra et al., 2005).

A teoria do estresse de minorias não está ancorada numa perspectiva exclusivamente desenvolvimentista, porém deve ser referenciada como importante contribuição a perspectiva do desenvolvimento humano com foco nos estressores para uma população específica (Paveltchuk & Borsa, 2020). Ela explica como experiências de discriminação, marginalização e estigmatização vivenciadas por minorias sexuais impactam a saúde mental e, por consequência, o desenvolvimento humano. Assim, os estressores (internos ou externos) são

estudados como medida para entendimento de como grupos marginalizados são impactados por esses fenômenos (LeBlanc & Frost, 2020).

Ao prospectar a conexão entre as duas teorias anteriormente citadas, é importante pensar o desenvolvimento humano como um constructo multifacetado. Além disso, em ambos os casos é possível discutir acerca da centralidade da família e suas construções como foco de análise. De um lado, a teoria bioecológica contribui de maneira significativa para pensar como o contexto familiar pode proporcionar, ou não, espaço seguro para o desenvolvimento humano (Menezes & Borsa, 2022). De outro lado, a teoria do estresse de minorias também aponta para frutífera discussão nos modos como os estressores podem impactar o desenvolvimento humano, em todas as dimensões (Souza et al., 2022; Costa et al., 2020). Os diferentes tipos de família podem ser impactados proporcionalmente aos estigmas antecipados que cada uma carrega. Em específico, as famílias monoparentais, quando analisadas, podem apresentar estigmas antecipados em sua composição tendo em vista o pertencimento a um grupo considerado novos arranjos familiares (Gato et al., 2020; Riskind & Patterson, 2010).

Os impactos da composição familiar monoparental no desenvolvimento dos filhos deve ser uma temática analisada a partir de suas minúcias. Questionamentos sobre a autenticidade da família, preconceitos, marginalizações, são alguns fenômenos que podem ser vivenciados por crianças e adolescentes que pertencem a famílias monoparentais (Campeol & Pereira, 2021b). Os impactos podem ser apresentados a partir de indicadores emocionais, psicológicos e sociais, que se desdobram em fatores negativos e positivos. Os impactos negativos versam sobre sentimento de rejeição, insegurança emocional, sentimento de culpa e estigma social, por exemplo (Benatti et al., 2021). De outro modo, os impactos positivos podem ser a resiliência emocional, menor risco de conflitos familiares, desenvolvimento de habilidades sociais. Fica evidente que, assim como qualquer arranjo familiar, qualquer desenvolvimento humano, há

conflitos, pontos de insegurança e segurança, que devem ser considerados na análise deste arranjo (Benatti et al., 2021; Campeol et al., 2021).

Um aspecto deve ser considerado nesse cenário, o cultural, pois é a partir desse constructo que podemos entender como situar a temática da monoparentalidade no contexto brasileiro, pois este influencia a percepção dos desafios da monoparentalidade (Bhering, 2019). Nesse contexto as normas e expectativas de gênero para homens e mulheres no Brasil divergem bastante e delineiam espaços de atuação dentro dos núcleos familiares, o que também acontece em famílias monoparentais, com a diferença que prioritariamente lidam com as faltas e os estigmas associados (Campeol et al., 2021; Fonseca & Lomando, 2019; Carneiro et al., 2017). Outro ponto importante são os valores difundidos em grande mídia que exaltam a família dita tradicional e coloca as famílias monoparentais como algo "anormal", fazendo com que esse processo não seja natural, o que causa estranhamento, preconceito e dificuldades de vivenciar a monoparentalidade (Biasutti et al., 2021).

A Escolha pela Monoparentalidade

> *"Nossa, mas você vai continuar com o processo?" Porque me separei, né? "Nossa, mas você vai continuar com o processo? Vou? Sozinha? É. Nossa, não. Tudo bem, né? Que homem também não ajuda muito, né? Sim, tem homem que era melhor não ter nada. Mas você vai continuar? Você acha que você vai ter condições? Mas como é que você vai cuidar dela sozinha?" Tudo isso eu ouvi. (Juliane, mãe solo, explicando sobre a decisão pela monoparentalidade).*

A monoparentalidade voluntária, ou seja, aquela em que a pessoa escolhe e planeja o seu desenvolvimento familiar, está cercada por diferentes aspectos motivacionais (Lima & Feres-Carneiro, 2022). Se fala em motivação para a escolha pela monoparentalidade por ser esse um fenômeno ancorado em implicações pessoais, emocionais, econômicas, culturais e

sociais, sendo assim múltiplas análises podem se estabelecer para identificar quais as motivações estão implicadas no desenvolvimento do desejo e intenção pela monoparentalidade (Bhering & Fontes, 2021; Arrais et al., 2019).

Ao discutir os fatores pessoais que motivam a escolha pela monoparentalidade, não se ignoram as questões sociais. Contudo, é inegável que existem aspectos intrínsecos aos indivíduos que os levam a optar pela monoparentalidade como uma modalidade viável para a constituição de sua família (Benatti et al., 2021). Nessa conjuntura, é essencial considerar que a decisão de criar filhos sozinhos pode ser empoderadora e altamente significativa para a contemporaneidade. No entanto, há resistências a essa escolha em determinadas pessoas e contextos, principalmente pelo preconceito fortemente associado, o que produz estigma antecipado (Ortega, 2020; Verza et al., 2015).

Os fatores pessoais que influenciam a escolha pela monoparentalidade estão diretamente relacionados à autonomia na tomada de decisão, uma vez que essa autonomia permite que o planejamento seja conduzido exclusivamente pela pessoa em questão (Golombok et al., 2016). Outro aspecto relevante é o não desejo de estabelecer uma relação conjugal que possa interferir no planejamento da parentalidade, sendo, inclusive, possível que se opte pela abdicação da conjugalidade em favor do exercício da parentalidade (Carneiro et al., 2017).

Como mencionado anteriormente, os fatores pessoais não excluem a influência dos fatores sociais. Quais contextos de desenvolvimento são mais saudáveis e oferecem menor quantidade de estressores capazes de influenciar a escolha pela monoparentalidade? Em que tipo de sociedade o indivíduo sente-se acolhido e validado ao decidir constituir uma família monoparental por opção?

Essas questões são essenciais para aprofundar o debate. Ao centrar a análise no contexto brasileiro, pode-se afirmar que os avanços legislativos – Constituição Federal (Brasil, 1990), Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), reconhecimento da união civil entre

pessoas do mesmo sexo (CNJ, 2013) e a nova Lei da Adoção nº 13.509/2017 (Brasil, 2017) – desempenharam um papel fundamental na consolidação de perspectivas jurídicas e civis mais favoráveis às famílias monoparentais, especialmente àquelas que fogem da norma sexual, como as formadas por pessoas LGB.

Dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) indicam que, das 12.194 pessoas cadastradas como pretendentes à adoção, 11,7% buscam realizar o processo de forma solo, ou seja, almejam constituir uma família monoparental. Embora essa parcela pareça pequena, trata-se de um número significativo, especialmente quando se considera os ataques provenientes de grupos extremistas que buscam monopolizar o debate acerca do conceito contemporâneo de família (Conselho Nacional de Justiça, 2025).

Outros aspectos a serem considerados são a construção do desejo pela monoparentalidade que perpassa as ideias pregressas construídas durante o desenvolvimento social e familiar da pessoa, bem como aspectos relacionados a independência sexual, seja pela busca da reprodução assistida, adoção ou outro método de filiação (Tate & Patterson, 2019; Riskind & Patterson, 2010). Essas ideias são possíveis pela construção jurídica outrora citada, no entanto, há resistências atitudinais que precisam ser pensadas na constituição dessa escolha (Gato et al., 2020; Park et al., 2020).

De outro modo os aspectos emocionais podem ser considerados como complemento às questões pessoais e se colocam no campo da afetividade, emotividade, ou seja, aquilo que mobiliza a pessoa e a motiva para a experiência monoparental (Benatti et al., 2021). O que fica evidente é que existe uma forte conexão entre aspectos pessoais, sociais e emocionais, fazendo com que múltiplas análises sejam realizadas (Porta et al., 2019).

De forma complementar, os aspectos econômicos ocupam posição prioritária entre os fatores que influenciam a motivação para a monoparentalidade (Costa, 2023). Ao abordar a monoparentalidade voluntária, emerge a ideia de um planejamento que considera, de maneira

mais coordenada, os aspectos relacionados ao desejo e à intenção. Nesse sentido, refletir sobre as condições econômicas necessárias para essa etapa da vida torna-se essencial na escolha pela monoparentalidade (Leal et al., 2021). Fatores como renda, estabilidade financeira e profissional são critérios fundamentais a serem considerados no momento dessa decisão. Ademais, aspectos sociais e culturais que promovam maior flexibilidade em relação a arranjos familiares focados na diversidade também desempenham um papel relevante na decisão pela monoparentalidade (Tate & Patterson, 2019).

Todas essas questões são importantes de serem demarcadas para situar as mudanças nas dinâmicas familiares – a escolha pela monoparentalidade reforça esse aspecto – pois estas robustecem o modo como a sociedade contemporânea tem redefinido suas estruturas familiares, bem como se colocado favorável, em alguma medida, a aceitação de diferentes configurações familiares (Benatti et al., 2021). Os avanços legislativos também são importantes para garantir que essas famílias não sejam invisibilizadas e, por consequência, a escolha seja uma realidade para pessoas solteiras, que já se coloca como um arranjo distinto da norma hegemônica, e indo além, seja uma realidade para pessoas cis e trans, heterossexuais e não heterossexuais (Park et al., 2020; Scandurra et al., 2018).

Desafios e vivências da monoparentalidade

Apesar de eu ter uma boa rede de apoio, mas eu sempre tenho que pensar muito em quem vai ficar com ela, caso (...) Algo que me preocupa é se eu ficar doente. Se eu tiver que fazer uma cirurgia, o que que eu vou fazer com a menina, né? Isso é algo que me preocupa. Porque, claro, eu tenho meus irmãos, tenho Aracaju, tenho meus pais, mas meus pais já são idosos. Aí eu não quero estar sobrecarregando, né? Isso é o que me preocupa, se eu precisar fazer algum procedimento médico. Me preocupa, mas eu sei que se uma vez for necessário, eu sei que chega. Eu vou achar a solução! (Fátima, mãe solo)

Embora a monoparentalidade seja uma realidade para muitas pessoas, não se pode ignorar os desafios envolvidos em sua vivência, os quais se manifestam em diferentes frentes. Desde o momento da escolha pela monoparentalidade, torna-se evidente que as limitações financeiras constituem um grande obstáculo para aqueles que optam por essa modalidade de forma voluntária. Tanto a reprodução assistida quanto a adoção podem exigir uma condição socioeconômica estável por parte de uma pessoa solteira (Costa, 2023; Gato et al., 2020). Embora outros arranjos parentais também requeiram estabilidade financeira, nem sempre são vivenciados de maneira planejada (Golombok et al., 2016).

Nesse contexto, a necessidade de uma renda fixa assume relevância no processo de planejamento e nas vivências monoparentais, considerando que, mesmo com eventual apoio familiar, a responsabilidade financeira recairá majoritariamente sobre a pessoa solteira que, voluntariamente, optou por essa forma de parentalidade (Tate & Patterson, 2019). Assim, ser o único provedor da família pode gerar uma carga financeira significativa, que, por sua vez, aumenta a vulnerabilidade dessa pessoa (Leal et al., 2021).

De modo complementar os desafios emocionais e psicológicos devem ser debatidos. As inseguranças, momentos adaptativos, podem gerar impactos emocionais de estresse, ansiedade e de sobrecarga emocional (Carone et al., 2020). As pesquisas apontam que as famílias compostas por casais heterossexuais experimentam maior assimetria na divisão de tarefas, sempre recaindo sobre as mulheres maior quantidade de funções, o que por consequência leva a maior sobrecarga, isso pode ser explicado pelas questões de gênero (Campos & Tilio, 2024; Borsa & Nunes, 2011). De outro modo, em casais homossexuais, a divisão de tarefas parece ser mais simétrica e os desafios emocionais se colocam em outro polo: os preconceitos e os estigmas antecipados (Ogaki & Piccinini, 2023). Assim, famílias monoparentais podem transitar pelos dois polos, fazendo com que experimentem desafios por não ter com quem

dividir tarefas ou ainda pelo preconceito e estigma antecipado, o que pode fazer com que a realidade cotidiana apresente impactos para a saúde mental (Xavier et al., 2020).

É preciso considerar a construção da identidade parental e o isolamento social na vivência monoparental. Esses elementos se mostram como desafios tendo em vista as questões culturais e sociais atreladas a este modelo de família. Pais e mães solteiras por opção, apesar de toda a jornada de planejamento, vivenciam inseguranças e apresentam maior necessidade de suporte social (Benatti et al., 2021; Biasutti et al., 2021). Assim, podem vivenciar um lugar de maior vulnerabilidade sobre a confiança em si mesmo, tendo em vista os parâmetros socialmente esperados de responsabilidades parentais sempre atreladas à uma dupla, mesmo que se considere o abandono parental como cenário corriqueiro no Brasil (Biasutti et al., 2021).

O suporte social se mostra essencial na dinâmica monoparental, pois uma boa rede de apoio pode ajudar a conciliar o trabalho e a vida familiar, bem como por vezes, os relacionamentos amorosos (Gabardo-Martins et al., 2017). De modo contrário, quando isso não acontece, esse desafio pode ser enfrentado a partir de estratégias que perpassam pela necessidade de estreitamento com uma rede de apoio, melhores condições socioeconômicas que sejam capazes de manter uma rede de apoio formal, principalmente, ou ainda o acesso a políticas públicas de educação que possa receber a criança/adolescente em tempo integral com o objetivo de garantir a continuidade dos cuidados (Benatti et al., 2021; Coltro et al., 2020).

As vivências monoparentais são rodeadas de singularidades, tendo em vista ser esse, um arranjo familiar capaz de suscitar diferentes perspectivas na sociedade e também no próprio círculo social mais restrito das pessoas que a vivenciam (Bhering & Fontes, 2021). No entanto, é necessário dizer que mesmo com singularidades presentes, essa modalidade de acesso a parentalidade também se aproxima dos outros arranjos parentais, não há nada essencialista para diferenciá-la, ao mesmo tempo, é preciso destinar olhar diferenciado por conta dos fatores externos como o estigma antecipado, por exemplo (Costa, 2023; Benatti et al., 2021; Gato et

al., 2020). Isso acontece pelo fato de que os caminhos desenvolvimentais não demonstram essencialismos, mas as experiências cotidianas, que partem das percepções e dos fenômenos sociais, demarcam as diferenças outrora explicitadas, ou seja, as dificuldades parecem ser semelhantes e não há impedimentos para que pessoas solteiras exerçam esse tipo de parentalidade (Denardi & Bottoli, 2017).

As questões de gênero, orientação sexual e socioeconômicas devem estar sempre em análise, seja qual for o arranjo parental. Nesse caso em específico, se torna essencial, principalmente pelos preconceitos associados a partir da identidade de gênero e de orientação sexual, que apresentam especificidades, não internamente, mas de maneira externa ao sujeito, a partir dos fenômenos psicossociais outrora citados (Golombok et al., 2016). Assim, as estratégias de enfrentamento também perpassam por esse lugar. Por exemplo, as mães solo enfrentam maior naturalização do seu papel de cuidadora, enquanto pais solo podem se aproximar de um papel de herói nos cuidados parentais, simplesmente pelo fato de executar as mesmas tarefas que mães solo executam (Barbosa et al., 2023).

Do ponto de vista da orientação sexual também é importante pensar as vivências que homens e mulheres podem experienciar. Para homens e mulheres pertencentes as minorias sexuais há o estigma antecipado de uma parentalidade marginalizada (Cerqueira-Santos, 2020). Homens gays são vistos como pessoas menos capazes de exercer o cuidado, pois são constantemente associados a promiscuidade, bem como potenciais abusadores (Gato & Fontaine, 2014). As mulheres lésbicas também recebem alguns estigmas, o destaque da associação direta com o cuidado materno também é presente, no entanto, também podem apresentar estigmas associados à sua orientação sexual (Golombok et al., 2016). Homens e mulheres heterossexuais também vivenciam estigmas e preconceito ao exercerem a monoparentalidade, inclusive pode haver uma associação entre a vivência monoparental e a ausência de uma relação conjugal com a orientação sexual homossexual, o que revela o

preconceito que pais solteiros heterossexuais podem vivenciar e como a orientação sexual está sempre presente como um fenômeno importante na construção das vivências monoparentais (Benatti et al., 2021).

No que diz respeito ao desenvolvimento de crianças e adolescentes provenientes de famílias monoparentais, a literatura sugere a hipótese de possíveis impactos negativos, como o aumento do risco de transtornos psíquicos, além de problemas comportamentais e de aprendizagem (Melo & Marin, 2016). Contudo, não se atribuem exclusivamente às vivências monoparentais os possíveis impactos, mas sim às relações estabelecidas entre pais e filhos, além de fatores socioeconômicos e sociodemográficos que não são específicos das experiências monoparentais. Dessa forma, a composição familiar, por si só, não é capaz de determinar prejuízos ao desenvolvimento de crianças. O que se evidencia é que a composição ou o modelo familiar não define, necessariamente, o padrão de funcionamento da família (Rosa & Couto, 2024; Melo & Marin, 2016; Agoglia & Torralba, 2015).

As vivências parentais são influenciadas por agentes externos, conforme discutido por Bronfenbrenner (1917-2005), que já abordava os impactos do contexto no desenvolvimento humano (Coscioni et al., 2018). No que se refere aos agentes externos associados a experiências positivas, destaca-se a importância do suporte social, seja ele familiar, proveniente de amigos ou de outras pessoas que oferecem auxílio ao se mostrarem presentes (Tate & Patterson, 2019; Gabardo-Martins et al., 2017, Riskind & Patterson, 2010).

Por outro lado, as experiências negativas envolvem fenômenos psicossociais, como o preconceito, que se configura como um dos principais fatores capazes de impactar negativamente essas vivências (Benatti et al., 2021). O acesso a serviços de saúde e educação por parte de pais solteiros por opção pode, por exemplo, ser marcado por situações negativas, nas quais a família é questionada ou percebida como "incompleta" (Santos et al., 2011).

As políticas públicas têm papel fundamental na manutenção de vivências monoparentais positivas e perpassa expressamente pela necessidade de maior discussão sobre como os diferentes tipos de família, incluindo a monoparental, são uma realidade, não devem ser discriminadas e são capazes de desenvolver cuidados parentais positivos com seus filhos (Gato et al., 2020; Riskind & Patterson, 2010). Os desafios que impactam as vivências monoparentais de cuidado podem ser exemplificados a partir da necessidade de políticas públicas capazes de oferecer maior atenção as singularidades desse vínculo parental, principalmente não discriminando e fazendo com que isso não impacte negativamente as vivências (Campeol et al., 2021).

Contudo, é importante destacar que, desde a escolha pela monoparentalidade até suas vivências, esse caminho não é composto apenas por desafios e análises negativas quanto à sua constituição. Pelo contrário, torna-se fundamental enfatizar a necessidade de promover uma visão que não permita que as diferenças, baseadas em um viés essencialista, ocupem espaço na sociedade. Pessoas cisgênero e transgênero, heterossexuais e não heterossexuais têm o direito de exercer a parentalidade, algo amplamente reconhecido. Entretanto, sabe-se também que grupos minoritários enfrentam maiores dificuldades nesse acesso, devido às barreiras atitudinais já discutidas, como o preconceito e o estigma antecipado (Leal et al., 2021; Golombok et al., 2016). Por outro lado, o suporte social tem se mostrado um elemento fundamental para a promoção de experiências positivas na monoparentalidade, seja em famílias heterossexuais ou não heterossexuais, especialmente naquelas que vivenciam o preconceito como fenômeno psicossocial (Gato et al., 2020).

Considerações finais

A partir do debate aqui estabelecido, temos que a monoparentalidade voluntária é um tema recente na literatura, mesmo que a sua constituição na sociedade não seja tão recente

assim, tendo em vista a monoparentalidade involuntária. Esse tema suscita a necessidade de pensar como que famílias constituídas na monoparentalidade tem se estabelecido na sociedade, como tem vivenciado a experiência da monoparentalidade e mais ainda, quais os desafios dessas vivências.

Destarte, fica evidente que o contexto de desenvolvimento para famílias monoparentais é cercado de desafios, que se estabelecem nos campos emocionais, culturais e sociais. Apesar das barreiras no campo das legislações não existirem, há barreiras atitudinais que colocam em xeque essa modalidade de parentalidade e comprometem suas vivências. Afirma-se que não há nenhum essencialismo nesta modalidade de parentalidade do ponto de vista de prejuízos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. No entanto, as particularidades nesta vivência fazem com que os desafios se materializem em algumas dificuldades, a saber: o estigma antecipado da monoparentalidade, as inseguranças e motivações para a monoparentalidade, o preconceito e as crenças sobre o modelo de família com maior aceitação, podem ser algumas das dificuldades presentes.

Portanto, se torna importante ampliar o debate a partir de novas pesquisas no campo da monoparentalidade, que discutam as vivências e as dificuldades, ao mesmo tempo em que também coloque em evidência relação desse tema com o contexto de desenvolvimento. A constituição de famílias não é um tema recente no debate acadêmico, no entanto, dar visibilidade a arranjos não tradicionais é importante para contribuir com olhares mais ampliados sobre o assunto, inclusive com a monoparentalidade voluntária.

Referências

Agoglia, I. S., & Torralba, H. G. (2015). Monoparentalidades electivas en Chile: Emergencias, tensiones y perspectivas. *Psicoperspectivas*, *14*(2), 40-50.

Arrais, R. H., Gomes, I. C., & Campos, E. M. P. (2019). A monoparentalidade por opção e seus aspectos psicossociais: Estudo de revisão integrativa. *Revista da SPAGESP*, *20*(1), 39-53.

Barbosa, C. F., Pires, E. O., & Di Gregório, M. D. F. A. (2023). Mães Solo: disputas e embates da monoparentalidade feminina na contemporaneidade. *Odeere*, *8*(2), 19-40.

Barreto, A. C. (2016). Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a Teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Psicologia em Revista*, *22*(2), 275-293.

Benatti, A. P., Campeol, Â. R., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). Famílias monoparentais: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *41*, e209634.

Bhering, L. S., & Fontes, M. B. (2021). Famílias monoparentais masculinas: escolhas e sentimentos construídos em torno da monoparentalidade. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, *32*(2), 1-17.

Bhering, L. S. (2019). *Famílias monoparentais masculinas: aspectos sociodemográficos e vivências cotidianas*. (Dissertação de mestrado apresentada em Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa).

Biasutti, C. M., Nascimento, C. R. R., & Canal, C. P. P. (2021). Atividades parentais na família monoparental constituída pela adoção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *21*(1), 236-259.

Borsa, J. C., & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, *29*(64).

Brasil (2017). Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). *Diário Oficial da União*, 22 de fevereiro de 2018. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm

Brasil (1990). Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990. Dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 27 de setembro de 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Brasil. (1990). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm

Campeol, A. R., & Pereira, C. R. R. (2021). A paternidade em famílias monoparentais

masculinas: a perspectiva bioecológica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 73(1), 121-136. https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2021v73i1p.121-136

Campeol, Â. R., Benatti, A. P., & Pereira, C. R. R. (2021). A paternidade monoparental na inter-relação com os contextos ecológicos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *41*, e224041.

Campos, M. T. D. A., & Tilio, R. D. (2024). Formações discursivas de pais heterossexuais sobre parentalidade. *Psicologia USP*, *35*, e190129.

Carneiro, F.A., Taske, F., Salinas-Quiroz, F., Leal, I., & Costa, P. A. (2017). Are the Fathers Alright? A Systematic and Critical Review of Studies on Gay and Bisexual Fatherhood. *Front. Psychol*. 8(1636). http://10.3389/fpsyg.2017.01636

Carone, N., Baiocco, R., Lingiardi, V., & Barone, L. (2020). Gay and heterosexual single father families created by surrogacy: Father–child relationships, parenting quality, and children's psychological adjustment. *Sexuality Research and Social Policy*, *17*, 711-728.

Cerqueira-Santos, E. (2020). Família e diversidade sexual: relacionamentos homossexuais, conjugalidade e parentalidade. In M. L. M, Teodoro & M. N. Baptista (Orgs.). *Psicologia de Família*: teoria, avaliação e intervenção (pp. 135-143). Porto Alegre: Artmed.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. (2013, 14 maio) Resolução CNJ nº 175/2013. *Conselho Nacional de Justiça.*

Coltro, B. P., Paraventi, L., & Vieira, M. L. (2020). Relações entre parentalidade e apoio Social: revisão integrativa de literatura. *Contextos Clínicos*, *13*(1), 244-269.

Conselho Nacional de Justiça (n.d). *Painel de acompanhamento*. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Acesso em: 18 jan. 2025 em https://encurtador.com.br/WXpr6

Coscioni, V., Nascimento, D. B. D., Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2018). Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: Uma pesquisa com adolescentes em medida socioeducativa. *Psicologia USP*, *29*(3), 363-373.

Costa, A. I. A. (2023). *Aspirações Parentais: Variação Em Função da Orientação Sexual e Identidade de Género*. (Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto).

Costa, A. B., Paveltchuk, F., Lawrenz, P., Vilanova, F., Borsa, J. C., Damásio, B. F., ... & Dunn, T. (2020). Protocolo para avaliar o estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. *Psico-USF*, *25*(2), 207-222.

Denardi, A. T., & Bottoli, C. (2017). E quando não é a mãe? A paternidade diante da monoparentalidade. *Barbarói*, (49), 120.

Fonseca, K. & Lomando, E. (2019). Parentalidade e adoção: um estudo comparativo de orientação sexual e práticas parentais. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 30(2), 9-19. DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v30i2.294

Gabardo-Martins, L. M. D., Ferreira, M. C., & Valentini, F. (2017). Propriedades Psicométricas da Escala Multidimensional de Suporte Social Percebido. *Temas em Psicologia,* 25 (4), 1873-1883.

Gato, J., Leal, D., Coimbra, S., & Tasker, F. (2020). Anticipating parenthood among lesbian, gay, bisexual, and heterosexual young adults without children in Portugal: Predictors and profiles. *Frontiers in Psychology*, *11*, 1058.

Golombok, S., Zadeh, S., Imrie, S., Smith, V., & Freeman, T. (2016). Single mothers by choice: Mother–child relationships and children's psychological adjustment. *Journal of Family Psychology*, *30*(4), 409. http://dx.doi.org/10.1037/fam0000188

Leal, D., Gato, J., Coimbra, S., Freitas, D., & Tasker, F. (2021). Social support in the transition to parenthood among lesbian, gay, and bisexual persons: A systematic review. *Sexuality Research and Social Policy*, *18*(4), 1165-1179.

LeBlanc, A. J., & Frost, D. M. (2020). Couple-level minority stress and mental health among people in same-sex relationships: Extending minority stress theory. *Society and Mental Health*, *10*(3), pp. 276-290.

Leonardo, F. A. M., & de Morais, A. G. L. (2017). Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, *3*(1), 11-22.

Lima, S. J. P., & Féres-Carneiro, T. (2021). Experiência Subjetiva no Exercício da Monoparentalidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *21*(2), 709-729. Doi: http://10.12957/epp.2021.61065

Lima, S. J. P., & Féres-Carneiro, T. (2022). Monoparentalidade voluntária: autoridade e rede social na construção do vínculo. *Pensando fam*, 137-151.

Lira, A. N. & Morais, N. A. (2016). Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. *Temas em Psicologia*, 24(3), 1051-1067. https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.3-14Pt

Melo, S. C. H., & Marin, A. H. (2016). Influência das composições familiares monoparentais no desenvolvimento da criança: revisão de literatura. *Revista da SPAGESP*, *17*(1), 4-13.

Menezes, K. D. J. S., & Borsa, J. C. (2022). Evaluación psicológica en el contexto del duelo infantil: aportes de la teoría bioecológica del desarrollo humano. *Diversitas*, *18*(1).

Ogaki, H. A., & Piccinini, C. A. (2023). As funções parentais em casais homossexuais masculinos com bebês. *Psicologia em Estudo*, *28*, e53215.

Ortega, J. (2020). Percepções do estigma antecipado em trabalhadores (as) gays e lésbicas da saúde (Argentina). *Cuadernos Inter. cambio sobre Centroamérica y el Caribe*, *17*(1).

Papalia, D. E., & Martorell, G. (2021). *Desenvolvimento Humano-14*. McGraw Hill Brasil.

Park, N., Schmitz, R. M., & Slauson-Blevins, K. (2020). It Takes a Lot of Planning": Sexual Minority Young Adult Perceptions of Gay and Lesbian Parenthood. *Journal of Family Issues*, *0*(0), 1-25. https://doi.org/10.1177/0192513X20925508

Paveltchuk, F. O., & Borsa, J. C. (2020). A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. *Revista da SPAGESP*, *21*(2), 41-54.

Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, *25*, 405-416.

Porta, D. D., Leão, F. E., Antoniazzi, M. P., & Siqueira, A. C. (2019). Vivências e Expectativas de Mulheres Solteiras Habilitadas para Adotar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *35*(spe), e35nspe10.

Riskind, R. G., & Patterson, C. J. (2010). Parenting intentions and desires among childless lesbian, gay, and heterosexual individuals. *Journal of Family psychology*, *24*(1), 78.

Rosa, E. M. & Couto, L. L. M. (2024). Contribuições da teoria bioecológica do desenvolvimento humano para estudos e intervenções com famílias adotivas. In: Morais, N. A., Lira, A. N., & Nunes, M. C. A. (2024). *Entre o nó e o laço*: para compreender famílias em diferentes contextos. Curitiba: CRV.

Santos, C. P., da Fonsêca, M. C. S. M., de Souza, C. M. S. M., & Dias, C. M. D. S. B. (2011). Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. *Psicologia: teoria e prática*, *13*(2), 89-102.

Silva, J. A., Sousa, A. M. B. D., & Fernandes-Eloi, J. (2017). Homoparentalidade no contexto da adoção e das práticas parentais: uma revisão sistemática. *Pensando famílias*, 21(2), 60-75.

Scandurra, C., Bacchini, D., Esposito, C., Bochicchio, V., Valerio, P., & Amodeo, A. L., (2018). The Influence of Minority Stress, Gender, and Legalization of Civil Unions on Parenting Desire and Intention in Lesbian Women and Gay Men: Implications for Social Policy and Clinical Practice, *Journal of GLBT Family Studies*. https://doi.org/10.1080/1550428X.2017.1410460

Souza, J. S., Marques, J. M., de Tubino Scanavino, M., Zamignani, D. R., & Costa, A. B. (2022). Desfechos negativos em saúde mental de minorias de sexo e de gênero: uma análise

comportamental a partir da teoria do estresse de minorias. *Perspectivas em análise do comportamento*, *13*(1), 069-085.

Tate, D. P., & Patterson, C. J. (2019). Desire for parenthood in context of other life aspirations among lesbian, gay, and heterosexual young adults. *Front. Psychol.*, 10 (2679). https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02679

Vondra, J., Sysko, H. H., & Belsky, J. (2005). Developmental Origins of Parenting: Personality and Relationship Factors. In: Luster, T. & Okagaki, L. (eds). (2005). *Parenting : an ecological perspective* (pp. 35-72).

Xavier, P., Alberto, I., & Mendes, F. (2020). Pensando a Homoparentalidade: Um Estudo Qualitativo com Jovens Adultos Portugueses sem Filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *36*, e3646.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese se propôs a responder algumas questões fundamentais na sociedade contemporânea que se pense inclusiva: por que famílias monoparentais ainda não são vistas como naturais? Por que pessoas solteiras, a depender do gênero e da orientação sexual, podem apresentar maior ou menor desejo em ter filhos? Por que a adoção ainda é vista como um arranjo familiar marginal por pessoas de grupos majoritários? Essas questões não foram exauridas neste trabalho, tampouco se pretendeu tal ato. Ao retomar o objetivo geral desta tese, a saber, discutir a monoparentalidade adotiva em diferentes orientações sexuais e de gênero e as barreiras que podem ser levantadas a partir do preconceito vivenciado, bem como a experiência de parentalidade prospectiva para pessoas solteiras nos grupos pesquisados, percebe-se que a demanda por análises a respeito da monoparentalidade é um tema central neste trabalho, e que demonstrou apresentar diversas nuances.

Assim, as ideias aqui discutidas corroboram a hipótese inicial de que, apesar das legislações e marcos regulatórios para constituição da monoparentalidade adotiva como um modelo de família viável, esse ainda é um arranjo que apresenta maior necessidade de recursos emocionais, de suporte familiar/social na constituição da experiência parental. Desse modo, torna-se legítimo dizer que esse modelo de família pode agregar duplo estigma, seja pela configuração individual e a perspectiva essencialista de parentalidade não estar vinculada neste lugar e ainda pelos desafios cotidianos de exercer um papel não demarcado no campo social como possível a uma parcela das pessoas, quando este modelo é colocado como algo voluntário e não compulsório.

Portanto, esta tese contribuiu de maneira significativa para o aprofundamento do olhar sobre essa temática no campo acadêmico, fazendo com que alguns entrelaçamentos de ideias fossem realizados. Assim, no primeiro capítulo, ao retomar teoricamente conceitos importantes para este trabalho foi possível entender que a monoparentalidade adotiva ainda é um assunto

pouco estudado no contexto brasileiro, fazendo com que o debate trazido nesta tese seja fundamental para novos direcionamentos no campo acadêmico, a saber: pensar a relação entre monoparentalidade, adoção e os conceitos de gênero e orientação sexual.

No segundo capítulo, a proposta de apresentar um debate geral sobre como a adoção é vista por pessoas da região nordeste do país se mostrou viável e com achados importantes para a aproximação com o debate geral da tese: a monoparentalidade adotiva. Desse modo, ao utilizar medidas que versavam sobre a adoção, adoção homoparental, tradicionalismo e atitudes frente a homossexualidade, foi possível estabelecer um perfil de como a adoção era aceita ou não, sendo que pessoas heterossexuais, casadas e com perfil político ideológico alinhado à direita, se mostraram mais contrárias a adoção. Isso demonstrou a necessidade de avanços nesta área, fazendo com que pensemos que a adoção, mesmo sendo um fenômeno cercado por ideias benevolentes e aspectos humanitários, ainda não é capaz de penetrar em grupos majoritários como possibilidade de constituição de uma família nuclear natural. Ao acrescentarmos o debate sobre a monoparentalidade essa conta parece não fechar.

O capítulo três tentou ampliar o debate a partir da testagem em cenários, em um estudo quase experimental, que contou com o julgamento dos participantes a respeito dessa modalidade de parentalidade. Aqui a ideia é que as histórias contadas em cada cenário pudessem ser capazes de expressar um modelo de família específico, sendo: 1) cenário com homem gay, 2) cenário com mulher lésbica, 3) cenário com mulher heterossexual e 4) cenário com homem heterossexual. A diversidade de gênero e de orientação sexual proposta aqui, contribuíram de maneira significativa e os resultados apontaram que os modelos não heterossexuais se mostraram mais explicativos para a predição de julgamento, ao mesmo tempo em que a aceitação à adoção homoparental, presente nos cenários, ajudou a explicar a aceitação monoparental, pois elementos correlatos estão presentes em ambos os casos. Isso revela que o duplo estigma minoritário – ser pai/mãe solo e gay ou lésbica – são marcadores que devem ser

considerados quando da análise da monoparentalidade por adoção e ainda se mostra pouco explorado no Brasil.

O capítulo quatro foi responsável por trazer à tona o debate sobre parentalidade prospectiva no contexto brasileiro. Para tanto, utilizou-se as medidas de desejo e intenção parental como principais constructos a serem testados em análises bivariadas e multivariadas. O que a pesquisa evidenciou foi que as medidas de desejo e intenção parental apresentaram invariância nos grupos pesquisados, o que demonstra a validade do instrumento para uso em variados grupos, como foi o caso desse estudo. Ademais, as correlações nas análises bivariadas apontaram diferenças significativas na condução do desejo e intenção parental a partir da identidade sexual dos participantes. De outro modo, ao agrupar as variáveis do estudo (suporte social, religiosidade, idade, atitudes frente a homossexualidade), estas não foram suficientes para predizer desfechos de diferenças nos índices de desejo e intenção parental para os grupos pesquisados neste estudo. Isso demonstra que ainda é preciso olhar para o modo como desejos parentais e intenções parentais por pessoas solteiras pode ser mensurado no Brasil e mais especificamente no Nordeste, tendo em vista que, as mesmas medidas foram utilizadas em pesquisas internacionais com resultados satisfatórios. Assim sendo, a prospecção da parentalidade, mesmo que não explicada majoritariamente a partir dos modelos de regressão para grupos de diferentes orientações sexuais e gênero, se mostrou um tema necessário para ampliar o debate sobre onde estar ancorado o desejo e a intenção pela parentalidade, ao passo que também ajudou a pensar sobre o planejamento familiar de pessoas solteiras e, por conseguinte, sobre a possibilidade de constituição de famílias monoparentais.

O quinto capítulo buscou retomar a discussão inicial da tese, com foco na consolidação de uma perspectiva teórica capaz de abarcar as múltiplas visões sobre o fenômeno da monoparentalidade adotiva e de sua prospecção por pessoas solteiras. Haja vista, esse fenômeno se mostrou multifacetado e diverso. Assim, os resultados apontaram que a escolha pela

monoparentalidade está centrada em aspectos pessoais, emocionais e sociais, ao tempo em que as vivências monoparentais são permeadas por desafios que trazem consigo aspectos negativos e positivos, a saber respectivamente: 1) preconceitos, o estigma antecipado e maiores dificuldades de suporte social e 2) maior liberdade na vivência monoparental, desligamento da parentalidade à conjugalidade. Com base nisso, as contribuições teóricas de Urie Bronfenbrenner (Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano) e Illan Meyer (Teoria do estresse de minoria), mostraram-se ser modelos teóricos pertinentes aos achados, não somente neste último estudo, mas foram suscitados, em alguma medida, nos demais estudos.

O que se pretendeu nesta tese foi a integração das referidas abordagens na compreensão do fenômeno da monoparentalidade adotiva. Ao pensar as variáveis de gênero e orientação sexual, tão presentes nessa pesquisa, o modelo do estresse de minoria foi responsável por nortear de maneira importante as questões relacionadas aos grupos minoritários, que ficou evidente neste trabalho e que apresentam maiores elementos dificultadores para assunção da monoparentalidade. Além disso, a teoria bioecológica do desenvolvimento humano contribuiu de maneira significativa para pensar o modo como o contexto de desenvolvimento, a partir de marcadores sociais como gênero e orientação sexual, também ajudam a explicar as diferenças aqui encontradas.

A partir dessas questões, a contribuição deste trabalho talvez seja apontar caminhos para pensarmos a integração dessas variáveis quando se discute a monoparentalidade adotiva. As constatações que apresentam maior relevância neste trabalho são as seguintes ideias: 1) o modelo de adoção ainda é visto com olhar preconceituoso por parte do grupo majoritário (pessoas heterossexuais, casadas e com posicionamento político à direta) e isso diz muito sobre como esse fenômeno contribui com as medidas de desejo e intenção parental para determinados grupos sociais; 2) quando se pensa nos índices de aceitação ao modelo monoparental por adoção, os grupos minoritários (LGB's) se posicionam com maior aceitação ao modelo, ao

tempo em que o duplo estigma – ser solteiro e lésbica ou gay – coloca em evidência a correlação entre homoparentalidade e monoparentalidade nesse cenário; 3) a parentalidade prospectiva é um constructo que precisa ser analisado de maneira multifacetada, o gênero e a orientação sexual se mostraram elementos indispensáveis para as evidências correlacionadas de maior ou menor desejo parental para esses grupos, ao tempo em que ajudam a explicar, em alguma medida, o desejo e intenção parental por pessoas solteiras. Assim, essas contribuições perpassam esse trabalho, fazendo com que se pense em um modo de aplicabilidade futura em contextos mais amplos das políticas públicas do Brasil, como forma finalística para este debate, o que garantirá melhores resultados para os achados em pesquisas futuras.

Apesar da relevância do trabalho aqui apresentado, é preciso falar das limitações como algo a ser perseguido e exaurido em trabalhos futuros. A lacuna sobre a representatividade de grupos minoritários na amostra desse estudo, bem como no debate circunscrito, fica evidente. Pessoas bissexuais apesar de incluídas na amostragem de participantes, não apresentaram índices suficientes para gerar análises em separado. Além disso, por opção dos autores, escolheu-se o caminho das análises com gays e lésbicas como demarcação de objeto para o trabalho. No entanto, entende-se que essa manobra pode gerar invisibilidade sobre pessoas bissexuais, bem como sobre outras identidades pertencentes às minorias sexuais – transexuais, travestis, queer, intersexo dentre outros – e isso deve ser corrigido em trabalhos futuros como elemento demarcador da necessidade de naturalizar identidades sexuais e suas vivências parentais.

Ademais, as análises multivariadas do capítulo quatro, não foram capazes de predizer desfechos significativos para pensar o desejo e intenção parental de grupos minoritários, uma resposta que se pretendia oferecer neste trabalho. Mesmo assim este resultado também é capaz de ofertar direcionamento para futuros interesses dos pesquisadores brasileiros acerca desse

fenômeno, o que minimiza os impactos dos achados e sugere a necessidade de investimentos mais robustos neste problema.

Além disso, outro ponto de limitação desse trabalho é o não acesso às vivências monoparentais de maneira empírica, tendo em vista que o capítulo cinco é uma revisão teórica. O acesso as vivências monoparentais por adoção possibilitariam melhores compreensões sobre o fenômeno, sendo importante, inclusive para a análise dos desfechos quantitativos dos demais capítulos. Por assim ser, torna-se importante a reafirmação da necessidade de trabalhos empíricos que possam dar voz a esse modelo de família com foco, inclusive, na revisão das variáveis responsáveis para predição de desejo e intenção, trazidos no capítulo quatro.

Contudo, esta tese apresenta pontos fortes e representativos, fazendo desse trabalho um debate original a partir dos elementos aqui congregados. Inicialmente a amostra está concentrada na região Nordeste do Brasil demonstrando a necessidade de que, em um país com dimensões continentais, as pesquisas brasileiras delimitem contextos para estudos, não produzam generalizações abruptas e estabeleçam análises mais coerentes e contextuais. Nesse caminho a teoria bioecológica foi um grande contributo à esta escolha de delimitação, pois ao situar a pesquisa no Nordeste, foi possível observar e circunscrever achados e análises que de outro modo não seria possível.

Além disso, ao oferecer destaque à temática da monoparentalidade adotiva, foi possível abrir margem para o debate sobre a parentalidade prospectiva, com foco no desejo parental e na intenção parental. Esse contributo se mostrou de relevância ao integrar as variáveis de gênero e de orientação sexual para as análises aqui tecidas e demonstraram pertinência para explicar como esses índices podem oscilar a partir dos marcadores sociais, colocando em evidência a necessidade de que políticas públicas mais inclusivas e diversas sejam pensadas no contexto brasileiro na condução do planejamento familiar, ao ponto de também auxiliar no debate sobre a monoparentalidade compulsória e a política higienista que mães solo

involuntárias passam no Brasil. A tese proporcionou esse debate em alguma medida, mostrando ser válido essa união.

Ainda neste foco, a utilização das medidas de desejo parental e intenção parental em contexto brasileiro, sua invariância para os diferentes grupos e sua validade para o que se propõe a medir, é também um contributo desta tese para futuras pesquisas, pois ao fazer uso de instrumentos já validados em contexto internacional, essa tese também propõe maior alcance e repercussão com foco nas questões regionais e contextuais. É importante dizer que não há relatos de utilização das referidas medidas em outros estudos brasileiros, assim, se torna importante também por esse motivo.

Contudo, não se pretendeu com esta tese exaurir todo o debate sobre a monoparentalidade adotiva, a discussão sobre as limitações deste trabalho, outrora apresentadas, aponta para esse caminho. Assim, faz-se importante indicar possíveis direcionamentos em estudos futuros: 1) a proposição de análise qualitativa a respeito das vivências monoparentais por adoção como forte elemento para renovar os direcionamentos de estudos quantitativos nesta temática; 2) a seleção de novas variáveis para compor um modelo de regressão que dê conta de pensar a parentalidade prospectiva e as variáveis de desejo parental e intenção parental em contexto nordestino e brasileiro; 3) a ampliação de análise sobre diferentes grupos minoritários, com foco em grupos ainda pouco pesquisados; 4) a inclusão da questão de identidade racial como elemento importante e indissociável das questões mais prementes desse país. Assim, o debate tende a avançar e as contribuições aqui trazidas podem se renovar, ganhar novos sentidos e intensificar a necessidade de uma sociedade cada vez mais diversa e uma monoparentalidade mais acessível a todos e todas, onde, só assim as mudanças serão possíveis.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado no capítulo 2, 3 e 4.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você para participar da pesquisa intitulada "Crenças e atitudes sobre a adoção monoparental" que tem por objetivo compreender as crenças e atitudes da população frente a adoção monoparental por pessoas heterossexuais e homossexuais. Esse instrumento levará cerca de 15 minutos para ser respondido. Tal pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar os conhecimentos nessa área, possibilitando avanços sociais e acadêmicos com essa população. A participação é online, através do preenchimento deste formulário, composto por questões abertas e de múltipla escolha. Os resultados do presente estudo serão divulgados em meio científico apenas de forma agrupada, impossibilitando a sua identificação pessoal. Sua identidade não necessitará ser expressa e caso deseje nomear-se o pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Sua participação não é obrigatória e apresenta risco considerado mínimo, possíveis reações adversas ao conteúdo da pesquisa, ou desconforto psicológico ao responder e a sensação de perda de tempo por responder perguntas em um questionário online. Caso ocorra este tipo de situação, você poderá abandonar o preenchimento desse formulário imediatamente. Além disso, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer prejuízo. Os pesquisadores providenciarão informações necessárias para minimizar seu possível desconforto e estão disponíveis para contato posterior, caso sejam acionados.

Esta pesquisa não trará nenhum benefício financeiro ou quantia em dinheiro para ressarcimento de despesas por você estar participando. Os benefícios esperados são com relação à ampliação do conhecimento acerca das crenças e atitudes sobre a adoção monoparental, de modo a oferecer subsídios para atuações profissionais mais assertivas e políticas públicas igualmente efetivas. Esta pesquisa proporciona formas de benefício direto aos participantes, como a oportunidade de refletir sobre a adoção e as possibilidades de constituição de uma família.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você estará livre para participar ou recusar-se a participar. Os pesquisadores se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida que eventualmente você venha a ter.

O pesquisador responsável pela pesquisa é o doutorando Me. Baruc Correia Fontes. Fornecemos o endereço de e-mail (barucfontes@gmail.com) e o telefone (079999209521) para que os (as) participantes possam entrar em contato conosco.

O Comitê de Ética da UFS pode ser contatado para constatação de qualquer informação e/ou dúvidas sobre seus direitos como participante.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um órgão de proteção ao participante da pesquisa. Em caso de dúvidas, reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo você pode entrar em contato com o CEP UFS: (79) 3194-7208 ou mandar um e-mail para cephu@ufs.br. O endereço do CEP UFS é: Rua Cláudio Batista s/nº, Bairro Sanatório, CEP: 49060-100, Aracaju – SE."

Tendo lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido acima, escolha como quer proceder:

( ) Após ser devidamente informado sobre a pesquisa, declaro ser maior de 18 anos e decido participar voluntariamente dela, concordando com seus termos.
( ) Não quero participar dessa pesquisa ou sou menor de idade.

Apêndice B – Questionário sociodemográfico utilizado nos capítulos 2, 3 e 4.

Questionário sociodemográfico

1) Idade: _____
2) Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Intersexo
3) Cor ou raça: ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indigena
4) Qual sua cidade: _____
5) Qual seu estado:_____
6) Qual a sua orientação sexual: ( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Bissexual ( ) Outra: (Especifique:_____)
7) Qual seu status relacional: ( ) solteiro ( ) Casado/mora com um (a) companheiro (a) ( ) Separado(a)/Divorciado(a)/Desquitado(a) ( ) Viúvo ( ) Outro:_____
8) Composição familiar na residência atual: ( )Pai ( )Mãe ( )Irmãos ( )Irmãs ( )Tios/tias ( )Primos ( )Avôs/Avós ( )amigos ( )Sozinho ( )Outros
9) Grau de escolaridade: ( ) Não estudou ( ) Ensino fundamental ( ) Ensino fundamental incompleto ( ) Ensino médio ( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino superior ( ) Ensino superior incompleto ( ) Pós-graduação: ( ) latu-sensu (especifique:_____) ( ) strictu-sensu (especifique: Mestrado/doutorado/area)
10) Orientação religiosa/espiritual: ( ) Católica ( ) Evangélica/protestante ( ) Umbanda ou Candomblé ( ) Espírita ( ) Sem religião ( ) Outra:_____
11) Como você se posiciona políticamente: ( ) Esquerda ( ) Extrema esquerda ( ) Centro-esquerda ( ) Centro ( ) Centro direita ( ) Direita ( ) Extrema direita
12) Composição da renda mensal do grupo familiar: ( ) Menor que 1 mil reais ( ) De 1 mil reais à 3 mil reais ( ) De 3 mil reais a 6 mil reais ( ) De 6 mil reais a 10 mil reais ( ) Maior que 10 mil reais

Apêndice C – Histórias para os cenários, utilizadas no capítulo 3.

Cenário 1: Mulher lésbica

Desde muito cedo, Elaine sempre soube que em sua vida a maternidade não estaria condicionada ao casamento, por isso, ao completar 35 anos de idade, resolveu se inscrever no Cadastro Nacional de Adoção com disposição para adotar uma criança. Elaine é uma mulher lésbica, nunca se casou nem estabeleceu relacionamentos duradouros e também não pretende esperar estabelecer uma relação amorosa para vivenciar a maternidade. Contadora em uma empresa privada, é reconhecida por todos os colegas de trabalho como uma boa profissional, o que faz com que todos torçam por ela. Em sua família não é diferente, sua mãe e irmãos também esperam que Elaine seja logo chamada para conhecer uma criança acolhida e disponível para adoção, pois é considerada por seus familiares como uma pessoa preparada para isso em todos os aspectos, tanto emocionalmente como estruturalmente, afinal sua casa está à espera da criança, já contando com todas as adaptações necessárias. Recentemente Elaine foi chamada a Vara da Infância para uma entrevista psicossocial com uma Assistente Social e uma Psicóloga, pois havia surgido uma criança dentro do perfil que ela buscava, o que pode ocasionar a fase de aproximação com a mesma.

Cenário 2: Homem heterossexual

Desde muito cedo, Fábio sempre soube que em sua vida a paternidade não estaria condicionada ao casamento, por isso, ao completar 35 anos de idade, resolveu se inscrever no Cadastro Nacional de Adoção com disposição para adotar uma criança. Fábio é um homem heterossexual, nunca se casou nem estabeleceu relacionamentos duradouros e também não pretende esperar estabelecer uma relação amorosa para vivenciar a paternidade. Contador em uma empresa privada, é reconhecido por todos os colegas de trabalho como um bom profissional, o que faz com que todos torçam por ele. Em sua família não é diferente, sua mãe e irmãos também esperam que Fábio seja logo chamado para conhecer uma criança acolhida e disponível para adoção, pois é considerado por seus familiares como uma pessoa preparada para isso em todos os aspectos, tanto emocionalmente como estruturalmente, afinal sua casa está à espera da criança, já contando com todas as adaptações necessárias. Recentemente Fábio foi chamado a Vara da Infância para uma entrevista psicossocial com uma Assistente Social e uma Psicóloga, pois havia surgido uma criança dentro do perfil que ele buscava, o que pode ocasionar a fase de aproximação com a mesma.

Cenário 3: Mulher heterossexual

Desde muito cedo, Carolina sempre soube que em sua vida a maternidade não estaria condicionada ao casamento, por isso, ao completar 35 anos de idade, resolveu se inscrever no Cadastro Nacional de Adoção com disposição para adotar uma criança. Carolina é uma mulher heterossexual, nunca se casou nem estabeleceu relacionamentos duradouros e também não pretende esperar estabelecer uma relação amorosa para vivenciar a maternidade. Contadora em uma empresa privada, é reconhecida por todos os colegas de trabalho como uma boa profissional, o que faz com que todos torçam por ela. Em sua família não é diferente, sua mãe e irmãos também esperam que Carolina seja logo chamada para conhecer uma criança acolhida e disponível para adoção, pois é considerada por seus familiares como uma pessoa preparada para isso em todos os aspectos, tanto emocionalmente como estruturalmente, afinal sua casa está à espera da criança, já contando com todas as adaptações necessárias. Recentemente Carolina foi chamada a Vara da Infância para uma entrevista psicossocial com uma Assistente

Social e uma Psicóloga, pois havia surgido uma criança dentro do perfil que ela buscava, o que pode ocasionar a fase de aproximação com a mesma.

Cenário 4: Homem gay

Desde muito cedo, Miguel sempre soube que em sua vida a paternidade não estaria condicionada ao casamento, por isso, ao completar 35 anos de idade, resolveu se inscrever no Cadastro Nacional de Adoção com disposição para adotar uma criança. Miguel é um homem gay, nunca se casou nem estabeleceu relacionamentos duradouros e também não pretende esperar estabelecer uma relação amorosa para vivenciar a paternidade. Contador em uma empresa privada, é reconhecido por todos os colegas de trabalho como um bom profissional, o que faz com que todos torçam por ele. Em sua família não é diferente, sua mãe e irmãos também esperam que Miguel seja logo chamado para conhecer uma criança acolhida e disponível para adoção, pois é considerado por seus familiares como uma pessoa preparada para isso em todos os aspectos, tanto emocionalmente como estruturalmente, afinal sua casa está à espera da criança, já contando com todas as adaptações necessárias. Recentemente Miguel foi chamado a Vara da Infância para uma entrevista psicossocial com uma Assistente Social e uma Psicóloga, pois havia surgido uma criança dentro do perfil que ela buscava, o que pode ocasionar a fase de aproximação com a mesma.

ANEXOS

Anexo A – Perguntas de concordância, utilizada nas histórias dos cenários do capítulo 3

Qual a chance de Elaine conseguir adotar uma criança?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Para você, qual seria o sexo mais adequado da criança no caso de Elaine?

1. Menino
2. Menina
3. Indiferente para adequação

Considera que Elaine será boa mãe?

1. Nada
2. Pouco
3. Parcialmente
4. Muito
5. Totalmente

Pensa que se Elaine adotar, a criança poderá estar em risco de problemas emocionais?

1. Nada
2. Pouco
3. Parcialmente
4. Muito
5. Totalmente

Pensa que se Elaine adotar, a criança poderá ser gozada ou rejeitada pelos colegas na escola?

1. Nada
2. Pouco
3. Parcialmente
4. Muito
5. Totalmente

Considera Elaine uma boa candidata a adotar uma criança?

1. Nada
2. Pouco
3. Parcialmente
4. Muito
5. Totalmente

Anexo B – Escala de Atitudes Frente à Adoção (EAFA), utilizada nos capítulos 2 e 3.

INSTRUÇÕES: Gostaríamos que indicasse em que medida você concorda ou discorda com cada uma das afirmações abaixo. Seja o(a) mais honesto(a) e sincero(a) possível nas suas respostas. Responda indicando um número na escala de resposta ao lado de cada frase, segundo seu grau de concordância ou discordância.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente	Discordo Bastante	Discordo um pouco	Nem concordo nem discordo	Concordo um pouco	Concordo Bastante	Concordo Totalmente

1. Considero interessante a possibilidade de adotar uma criança.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
2. Adotar uma criança é algo arriscado.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
3. O ato de adotar possibilita a realização pessoal de quem adota.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
4. Adotar uma criança é algo que trará mais benefícios do que prejuízos para os envolvidos.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
5. Adotaria uma criança se não pudesse ter filhos.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
6. Crianças adotadas tendem a apresentar problemas de comportamento.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
7. Na criação dos filhos, o afeto é mais importante que a condição de ser pai e/ou mãe adotivos.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
8. Não teria problemas em criar uma criança cujos pais são desconhecidos.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
9. Pessoas que adotam crianças não pensam nas consequências futuras.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
10. A adoção é um ato de solidariedade.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
11. Preocupa-me a ideia de criar uma pessoa cuja origem é desconhecida.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
12. As crianças abandonadas devem ficar em orfanatos.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**

13. Adotaria uma criança independente da raça, cor, sexo ou idade.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
14. Considero adotar uma criança um gesto nobre.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
15. Sob nenhuma hipótese me arriscaria a ter uma criança adotada.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
16. Adotar uma criança é algo positivo.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
17. Vejo-me como alguém capaz de adotar uma criança.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
18. Quando alguém me diz que adotou uma criança, vejo esta ação com bons olhos.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
19. A relação que os pais estabelecem com filhos adotivos nunca será igual a dos filhos biológicos.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
20. Para os pais, a realização de ter um filho é importante, independente de ser biológico ou adotivo.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
21. Não teria problemas em adotar uma criança caso surgisse oportunidade.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
22. Adotar uma criança é algo que trará mais riscos do que benefícios para os envolvidos.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
23. Admiro as pessoas que adotam crianças abandonadas.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
24. Pai e Mãe é quem cria, independente do vínculo sanguíneo.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
25. Adotar uma criança é algo que penso que nunca irei fazer.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
26. A adoção é um ato aprovável.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
27. As pessoas que têm filhos adotivos são realizadas em suas vidas.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
28. As pessoas não devem fazer quaisquer distinções entre filhos biológicos e adotivos.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
29. Filhos adotivos tendem a apresentar problemas de identidade.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
30. A adoção deve ser uma prática encorajada.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
31. As crianças criadas por pais adotivos são tão ajustadas quanto às	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**

criadas por pais biológicos.

32. Os pais adotivos são motivados pela ajuda às crianças que precisam de um lar.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
33. A ruptura com os pais biológicos compromete o desenvolvimento da pessoa que foi adotada.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
34. Considero o fato de ter filhos adotivos uma ação humanitária.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**

Anexo C – Escala de Atitudes Frente à Homoparentalidade por Adoção - Reduzida (EAFHA-R), utilizada nos capítulos 2 e 3.

INSTRUÇÕES. Indique seu grau de concordância/discordância com as afirmações a seguir. Ao lado de cada afirmação, escolha um número que melhor expressa a sua opinião, de acordo com a escala de resposta abaixo. Saiba que quanto maior o número, maior será sua concordância. Portanto, se escolher 1 significará que você discorda totalmente com o que é afirmado, ao passo que se escolher o 7 estará concordando totalmente. Você poderá usar qualquer número entre 1 e 7, segundo seu grau de concordância/discordância.	**Discordo Totalmente**	**Discordo Muito**	**Discordo**	**Indeciso**	**Concordo**	**Concordo muito**	**Concordo Totalmente**
01. Um menino adotado por lésbicas se tornará gay pela falta de um referencial masculino em casa.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
02. Uma criança criada por gays apresentará inseguranças e problemas psicológicos pela falta da figura materna.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
03. Se o casal homossexual é formado por duas pessoas ajustadas psicologicamente, a criança se desenvolverá normalmente.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
04. Uma criança adotada por lésbicas no futuro terá medo de homens.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
05. Um menino criado por um casal de gays terá medo de mulheres no futuro.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
06. Em um lar formado por homossexuais onde existe muito diálogo, a criança adotada não guardará traumas de infância.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
07. Uma criança educada com os valores morais em uma família homoparental será um adulto adaptado socialmente.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**

08. Casais homossexuais têm condições emocionais de oferecer lares dignos para crianças.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
09. Devido aos homossexuais serem mais promíscuos, uma criança adotada por gays ou lésbicas futuramente também será promíscua.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
10. Um (a) jovem adotado(a) por homossexuais ao chegar na adolescência questionará a orientação sexual dos adotantes (gays ou lésbicas) e provavelmente se tornará um delinquente.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**

Anexo D – Subescala de tradicionalismo – (Escala de Autoritarismo de Direita), utilizada nos capítulos 2 e 3.

ITEM	**Discordo Totalmente**	**Discordo em parte**	**Não concordo nem discordo**	**Concordo em parte**	**Concordo totalmente**
01. As pessoas deveriam ter as suas próprias preferências sexuais, mesmo se isso torná-las diferentes do resto da sociedade.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
02. Não há nada de errado com sexo antes do casamento.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
03. Não tem absolutamente nada errado com praias de nudismo.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
04. As pessoas deveriam ter os seus próprios estilos de vida mesmo se isso torná-las diferentes do resto da sociedade.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
05. As pessoas deveriam ter as suas próprias crenças religiosas mesmo se isso torná-las diferentes do resto da sociedade.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
06. As pessoas deveriam prestar menos atenção à Bíblia e às outras formas antiquadas de orientação religiosa, e desenvolver seu próprio padrão do que é moral e imoral.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
07. As leis de Deus sobre aborto, pornografi a e casamento devem ser seguidas à risca antes que seja tarde demais.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
08. Ninguém deveria se restringir ao que é moralmente correto. Ao invés disso, as pessoas deveriam se libertar e experimentar várias ideias e experiências diferentes.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
09. Tem muita coisa de errado com os valores, os costumes e a moralidade tradicionais.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**

Anexo E – Escala de atitides Frente a Homossexualidade (ATHO), utilizada nos capítulos 2, 3 e 4.

ITEM	Discordo fortement	Discordo	Discordo em parte	Não concordo, nem	Concordo em parte	Concordo	Concordo fortement
1. Existem muitos grupos de homossexuais que pressionam os políticos para conseguir mais direitos e isso pode fazer com que os direitos dos heterossexuais sejam fragilizados.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
2. Não acredito que os homossexuais necessitem de medidas ou leis direcionadas para seu grupo.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
3. Se eu tivesse um filho/filha eu não me importaria que ele/ela tivesse relações íntimas com alguém do mesmo gênero.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
4. Se fosse o caso, eu não veria problema em sentir desejo de ter relações sexuais com alguém do mesmo gênero que eu.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
5. Se acontecesse, não me importaria que alguém homossexual tivesse relações íntimas com alguém da minha família.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
6. Do mesmo modo que os imigrantes adotam os costumes dos países em que chegam, creio que os homossexuais poderiam fazer o mesmo e serem mais discretos.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
7. Se os homossexuais realmente se esforçassem em integrar-se à sociedade, não precisariam fazer tantas manifestações nem se esconder.	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**

Anexo F – Escala de Religiosidade/Espiritualidade, utilizada no capítulo 4.

ITEM	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre
1. A religião/espiritualidade tem sido importante para a minha vida	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
2. Costumo frequentar encontros, cultos ou rituais religiosos	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
3. Costumo fazer orações no dia-a-dia	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
4. Costumo ler livros sagrados no dia-a-dia (Bíblia, Alcorão, etc.)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
5. Costumo agradecer a Deus pelo que acontece comigo	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
6. Peço ajuda a Deus para resolver meus problemas	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
7. Costumo fazer orações quando estou em momentos difíceis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
8. Busco ajuda da minha instituição religiosa (igreja, templo, etc.) quando estou em dificuldades	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
9. Sigo recomendações religiosas na minha vida diária	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

Anexo G – Escala Multidimensional de Suporte Social Percebido (EMSSP), utilizada no capítulo 4.

Agora, estamos interessados em saber como você se sente sobre cada uma das afirmações a seguir. Para expressar sua opinião sobre as mesmas, utilize a seguinte escala:

Discordo muito fortemente	2 Discordo fortemente	3 Discordo moderadamente	4 Sou Neutro	5 Concordo moderadamente	6 Concordo fortemente	7 Concord fo

Itens	1	2	3	4	5	6	7
Há sempre uma pessoa especial que se encontra próxima quando eu necessito.	1	2	3	4	5	6	7
2. Há sempre uma pessoa especial com quem posso partilhar as minhas alegrias e tristezas.	1	2	3	4	5	6	7
3. Minha família tenta verdadeiramente me ajudar.	1	2	3	4	5	6	7
4. Tenho a ajuda emocional e o apoio que necessito de minha família.	1	2	3	4	5	6	7
5. Tenho uma pessoa que é verdadeiramente uma fonte de conforto para mim.	1	2	3	4	5	6	7
6. Os meus amigos realmente procuram me ajudar.	1	2	3	4	5	6	7

7. Posso contar com os meus amigos quando algo de mal me ocorre.	1	2	3	4	5	6	7
8. Posso falar de meus problemas com minha família.	1	2	3	4	5	6	7
9. Tenho amigos com quem posso partilhar minhas alegrias e tristezas.	1	2	3	4	5	6	7
10. Há sempre uma pessoa especial em minha vida que se preocupa com meus sentimentos.	1	2	3	4	5	6	7
11. A minha família costuma estar disponível para me ajudar a tomar decisões.	1	2	3	4	5	6	7
12. Posso falar dos meus problemas com os meus amigos.	1	2	3	4	5	6	7

Anexo H – Escala Desejo de Ter Filhos, utilizada no capítulo 4.

Abaixo você vai encontrar uma série de afirmativas. Marque o quanto você con- corda com cada uma delas, sendo que quanto MAIS PRÓXIMO do 1, MENOS você CONCORDA com a afirmativa; e quanto MAIS PRÓXIMO do 6, MAIS você CONCORDA com a afirmativa.

	Discordo totalmente 1	2	3	4	5	Concordo totalmente 6
Sinto que algo em mim pede para eu ter filho(s).	1	2	3	4	5	6
Meu desejo de ter um bebê aumentou nos últimos tempos.	1	2	3	4	5	6
Sinto que estou preparado(a) para ter filho(s).	1	2	3	4	5	6
Eu converso com outras pessoas sobre a ideia de ter um bebê.	1	2	3	4	5	6
Se tivesse filho(s) agora, ficaria contente.	1	2	3	4	5	6
Quero ter filho(s) tão logo quanto for possível.	1	2	3	4	5	6
Quando vejo bebês ou crianças pequenas, isso me desperta vontade de ter um também.	1	2	3	4	5	6
A ideia de ter filho(s) é um tema recorrente em meus pensamentos.	1	2	3	4	5	6

Acredito que ter uma criança vai me tornar uma pessoa mais realizada.	1	2	3	4	5	6
Hoje em dia penso mais em ter filho(s) do que pensava antigamente.	1	2	3	4	5	6

Levantamento dos resultados: Calcular a média aritmética das respostas aos 10 itens.